

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA X CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC

I. DA SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º - O X Congresso Estadual do SINTE/SC será realizado no período de 05 a 07 de Dezembro de 2013, na cidade de Fraiburgo - SC

II. DOS CONGRESSISTAS

Art. 2º - São congressistas os delegados/as, convidados/as e observadores/as.

§ 1º - São delegados/as os/as trabalhadores/as em Educação filiados/as e eleitos/as em assembleias regionais, inscritos no prazo determinado e credenciados no presente congresso, com direito a voz e voto.

§ 2º - São delegados/as natos/as, Diretoria Executiva e Coordenação Regional de Videira, inscritos e credenciados na data prevista.

§ 3º - São convidados/as para participar do X Congresso, professores/as e sindicalistas da Região de Videira e os representantes das teses, com direito a voz e sem direito a voto.

III. DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Art. 3º - Os delegados serão eleitos por chapas em Assembleia Regional, convocadas para este fim, com ampla divulgação e conforme critérios aprovados no Conselho Deliberativo do dia 16/08/2013.

§ 1º - Para garantir a eleição de delegados as chapas deverão ter pelo menos 15% dos votos em caso de duas chapas inscritas. Com três ou mais chapas inscritas será necessário 10% dos votos dos filiados presentes e credenciados na assembleia.

§ 2º - O número de delegados eleitos será proporcional ao número de votos obtidos pela chapa, obedecendo ao estabelecido no parágrafo 1º.

IV. DO CREDENCIAMENTO

Art. 4º - O credenciamento dos congressistas acontecerá a partir das 07(sete) horas até as 18(dezoito) horas do dia 05/12, devendo cada congressista apresentar documento de identificação com foto.

§ 1º - A substituição de delegado pelo suplente durante o prazo do credenciamento, será feita mediante declaração da Coordenação Regional até as 12(doze) horas do dia 05/12, devendo ser efetuado o credenciamento do suplente até as 12(doze) horas do dia 06/12.

§ 2º - Cada congressista é responsável pela guarda do material contido nas pastas que receberá no ato do credenciamento e não haverá, em nenhuma hipótese, reposição de crachás.

§ 3º - O credenciamento será feito por funcionários indicados e supervisionados pela comissão organizadora do X Congresso Estadual do SINTE/SC em comum acordo entre as teses inscritas.

§ 4º - Os recursos dos congressistas referentes ao credenciamento deverão ser apresentados à coordenação do Congresso, que remeterá à primeira plenária deliberativa do Congresso.

V. DOS TRABALHOS DO CONGRESSO

Art. 5º - O congresso não terá tese guia, sendo as decisões tomadas por meio de resoluções

Art. 6º - O Congresso constará de:

- a) Abertura
- b) Painel de análise de conjuntura
- c) Painel de política educacional
- d) Trabalhos em grupo
- e) Encontro dos setores
- f) Sessões de plenárias deliberativas

Parágrafo Único – A programação do X Congresso obedecerá a seguinte ordem:

Dia 05/12/2013

07hs: Credenciamento;

09h30min: Apresentação Cultural – Regional de Videira;

10hs: Homenagens: Em memória de Ana Maria Alves Ribas, Marcelino Chiarrello e Malda Marli Braff;

10h20min: Composição da Mesa de Abertura;

11hs: Palestra de abertura;

12h30min: Almoço;

14hs: Apresentação e Votação do Regimento;

15hs: Painel de Conjuntura;

16hs: Debate sobre o tema conjuntura;

17hs: Votação e Encaminhamentos da conjuntura;

18h30 min: Encerramento dos trabalhos do dia;

19h30min: Janta.

06/12/2013

08hs: Painel de Política Educacional;

09h30min: Debate sobre Política Educacional;

12hs: Almoço;

14hs: Apresentação das Teses;

15h30min Trabalhos em grupo;

17hs: Encerramento dos trabalhos em grupo;

18hs: Encontros de Setores;
19hs: Encerramento dos trabalhos do dia;
19h30min: Janta;
21hs: Confraternização.

07/12/2013

10hs: Plenária
13hs: Almoço;
14hs: Continuação da Plenária.
17hs: Encerramento do X Congresso Estadual do SINTE/SC.

VI. DA PLENÁRIA

- a) As Plenárias serão coordenadas por uma mesa indicada pela coordenação e submetidas a aprovação do plenário.
- b) A coordenação das plenárias poderá ser destituída a qualquer momento, por proposição do plenário, aprovado por maioria.
- c) Na discussão das propostas vindas dos grupos, a mesa abrirá uma intervenção contra e outra a favor, pelo tempo de três minutos cada.
- d) Não havendo intervenção contra, não haverá a favor, processando-se a votação.

VII. DOS TRABALHOS EM GRUPO

- a) Participam dos grupos com direito a voz e voto os/as delegados/as e com direito a voz os/as convidados/as.
- b) Os trabalhos em grupo serão compostos por delegados/as, observadores/as e convidados/as, identificados entre si, pelo mesmo número constante no cartão de identificação.
- c) Cada grupo elegerá um/a coordenador/a.
- d) A Coordenação do Congresso indicará um(a) relator(a) para cada grupo.

Art. 7º - Cada delegado/a terá direito de fazer uso da palavra durante os trabalhos em grupo e em plenário, pelo tempo máximo de quatro minutos, respeitada a ordem de inscrição.

Art. 8º - As propostas que obtiverem acima de 20% dos votos no trabalho em grupo, mesmo rejeitada pelo mesmo, será apreciada pelo plenário.

Art. 9º - Os painéis constituem-se em apresentação e debate.

Art. 10º - As moções devem ser entregues na secretaria do Congresso ou nos trabalhos em grupo até às 12 horas do dia 07/12/2013.

VIII. DO ENCONTRO DE SETORES

- a) Cada setor (Aposentados, Especialistas e Assistentes, Funcionários de Escola, Questão Racial, Mulheres, LGBT, Pessoas com Deficiência) fará reunião para discutir a sua organização e tirar propostas para o Plano de Lutas.
- b) As propostas tiradas nos encontros por setores serão indicativos para plenária geral do Congresso.
- c) No ato do Credenciamento os delegados poderão optar pela inscrição no setor de seu interesse. A organização, o debate e os encaminhamentos de cada setor será de responsabilidade da coordenação do congresso.

Art. 11º - Todas as votações realizadas durante o congresso serão feitas utilizando-se o cartão de identificação do/a delegado/a através de visualização por contraste. Nos casos onde não for possível a aferição do resultado da votação por contraste, será utilizado o cartão de votação entregue no ato do credenciamento.

Art. 12º - Os casos omissos no presente regimento serão resolvidos em primeira instância pela comissão organizadora e em última instância pela plenária do Congresso.

TESE AÇÃO E LUTA.

Esta tese é uma elaboração coletiva produzida por companheiras (os) que fazem parte do Bloco Ação e Luta (militantes da CSP Conlutas e independentes de filiação a alguma corrente política).

Acreditamos que o contexto atual exige deste congresso uma análise detalhada da realidade e um debate sobre a atual crise econômica que assola a economia mundial, incluindo o Brasil que vem apresentando crescimento econômico cada vez menor e também a relação de nosso sindicato com a CUT - Central Única dos Trabalhadores - que há muito já não dá respostas efetivas às necessidades da classe trabalhadora e, neste contexto de crise, cumpre um papel ainda mais nefasto ao defender um governo que foi amplamente contestado pelos grandes protestos de junho nas ruas do país, vem realizando várias privatizações como o pré-sal, oportunizando altos lucros para os banqueiros e o capital internacional.

Tentamos nesta tese debater e buscar respostas aos principais anseios dos trabalhadores em educação e da classe trabalhadora de conjunto. É necessário explicar que em relação ao plano de lutas, acreditamos que ele esteja presente ao longo dos textos e resoluções que serão lidos a seguir neste caderno e que, sobre o estatuto do Sinte, excetuando-se a questão da proporcionalidade, não conseguimos fechar entre nós consenso para apresentar em tese, mas até o congresso elaboraremos uma resolução para ser democraticamente debatida no X Congresso do SINTE.

CONJUNTURA INTERNACIONAL, NACIONAL E ESTADUAL.

A conjuntura hoje é marcada por uma grave crise econômica. Estamos frente a uma nova depressão como a de 1929 ou no mínimo uma recessão profunda seguida de outras graves crises posteriores. Abriu se uma nova situação mundial, e se faz necessário encarar a discussão da situação dos trabalhadores da educação do Estado de Santa Catarina sobre as perspectivas da economia e suas relações com a luta de classes internacional e nacional.

Muita coisa tem sido dita sobre a crise econômica em curso e suas consequências para o Brasil. No entanto esta crise e seus desdobramentos devem levar a profundas mudanças no cenário político no mundo, no Brasil uma nova situação da luta de classes já se abriu a partir das jornadas de junho que colocou os trabalhadores na ofensiva e os governos em geral na defensiva. Compreender o novo cenário, e as tarefas que ele nos impõe é fundamental, portanto, para a nossa organização sindical. O principal objetivo de nossa análise conjuntural é que ela sirva de marco para o conjunto dos debates do Congresso. Que contribua para agir sobre a realidade, buscando transformá-la, na defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores da educação e também de seus interesses históricos, voltados para a construção de uma sociedade socialista.

CONJUNTURA INTERNACIONAL.

O marco fundamental da situação política deve ser explicado pela crise econômica e suas consequências. Esta crise determinou um significativo aumento nos níveis de exploração do trabalho e grandes ataques aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo.

Em 2008, após o estouro da “bolha” financeira dos empréstimos imobiliários que levou as instituições a emitirem "papéis podres" (subprimes), a liquidez do sistema financeiro mundial foi comprometida. A “bolha” foi gerada pela super-expansão de crédito, sem que houvesse mecanismos regulatórios que inibissem a contaminação do sistema com produtos financeiros sem garantias. A crença na auto-regulação do mercado legitimou a irresponsabilidade dos agentes envolvidos.

A crise já atravessou o Atlântico e atingiu os grandes bancos europeus, provocando um efeito global. A crise gerada na economia especulativa atingiu a economia real. A população passou a ser assolada pelo desemprego e viu os impostos pagos serem revertidos em socorro aos bancos. O desdobramento da crise em solo europeu atingiu fortemente os países mais fragilizados economicamente: Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Grécia. As políticas de austeridade aplicadas a esses pela troika (União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) impõem a recuperação econômica dos capitalistas às custas dos empregos e dos direitos sociais dos trabalhadores.

Existem cerca de 73 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, desempregados pelo mundo. Na Espanha e Grécia, o nível de desemprego atingiu 54% da população ao final de 2012. O desemprego em massa repassa a conta da crise para os trabalhadores. Os planos de austeridade, pacotes de medidas econômicas que visam sanar os déficits orçamentários dos países debilitados, atacam os direitos sociais, conquistas das populações.

Em várias partes do globo, mobilizações eclodem ou seguem os processos iniciados em anos anteriores, motivados pela ingerência capitalista que ataca os direitos dos trabalhadores.

Em Portugal, 80% da população é contrária ao cumprimento do acordo com a Troika. Na Espanha milhares tomaram as ruas das principais capitais em protesto contra o desemprego. Nos EUA o movimento Occupy Wall Street se mantém firme na busca por justiça. Estes e outros tantos eventos demonstram que há resistência.

Simultaneamente às greves e mobilizações na Europa, ocorrem processos revolucionários no mundo árabe, na Tunísia, Egito, Iêmen, Líbia, Palestina e Síria. A luta por liberdades democráticas e melhores condições de vida no norte da África e nos países árabes, derrubaram governos e seguem buscando caminhos para construir sociedades mais justas.

Rompeu-se a estabilidade política e econômica nos países do centro do capitalismo. A intensificação de todas as crises – econômica, política, social, ambiental - são parte desta nova situação política.

Esta nova situação mundial, mostra que devemos continuar apostando que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores. Precisamos Construir um sindicato independente do governo e dos capitalistas.

Aos trabalhadores brasileiros, cabe acompanhar a situação mundial e tirar lições e conclusões e apostar na mobilização independente dos trabalhadores como instrumento de transformação das suas condições de vida. Ao mesmo tempo é necessário fortalecer a unidade para lutar. Neste sentido, as delegadas (os) deste Congresso, devem exigir que o SINTE se una ao sindicalismo combativo, democrático e independente de governos e patrões para:

- 1- defender os direitos dos trabalhadores do mundo inteiro;
- 2- lutar contra os ataques do capital;
- 3- organizar campanhas de solidariedade a luta internacional dos trabalhadores.

CONJUNTURA NACIONAL.

O mundo ficou surpreso com os milhões de jovens e trabalhadores brasileiros que saíram às ruas mostrando sua indignação, quando muitos acreditavam na falsa imagem de que o Brasil é só alegria, futebol e carnaval.

O Brasil entrou com força no circuito de mobilizações de massas que se espalham pelo mundo. Desde as imensas mobilizações que derrubaram ditaduras no norte da África, até as dezenas de greves gerais que abalam o continente europeu, o mundo não foi mais o mesmo.

Podemos dizer categoricamente que após junho de 2013 o Brasil também não é mais o mesmo. O movimento de massas entrou em cena e vivemos as maiores manifestações de rua desde as Diretas Já de 1984, manifestações em mais de 300 cidades que obrigaram governos a revogar o aumento da passagem em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Dilma, governadores e prefeitos ficaram assustados, pois são os responsáveis pelos problemas que produziram a indignação atual. O parlamento, a falsa democracia dos ricos e os partidos da ordem também foram afetados, pois existem para manter os trabalhadores explorados e uma minoria rica.

Um dado importante foi que em 2012 foi o ano de maior número de greves desde 1996, mostrando claramente o descontentamento dos trabalhadores que vinha se acumulando em relação a política salarial implementada no país.

Nada será como antes. Mudanças estão acontecendo por conta dos protestos. Em dias se acumulam anos de aprendizado e experiência política permitindo um avanço no nível de consciência e politização dos manifestantes. Milhões questionam a ordem estabelecida e chegam à conclusão de que a luta coletiva pode obter vitórias, como no caso da redução das tarifas dos transportes.

Tudo começou nos atos contra o aumento das passagens de ônibus, e avançou para questionamentos mais globais como a corrupção e a farra com o dinheiro público nas obras da copa. A comparação

dos gastos da copa com os investimentos pífios que os governantes fazem em saúde e educação também deram a tônica dos protestos.

A crise econômica que se aprofunda no país é o pano de fundo da radicalização e do aumento das lutas. A inflação atinge sobretudo os insumos básicos, o que podemos constatar cada vez que vamos ao supermercado. O real desvalorizou, os juros foram para 9%, o mercado de trabalho está se reduzindo paulatinamente, sendo que nas regiões metropolitanas em torno de 20% dos jovens estão desempregados. O comércio retrocede e as economias familiares rondam a inadimplência. As repetidas isenções fiscais outorgadas pelo governo Dilma aos empresários, reduzem os fundos de Estados e Municípios, e ali a crise social se alastra e afunda o povo na miséria, sem saneamento básico, sistema de saúde decente, sem transporte de qualidade. A indústria nacional está se retraindo enquanto não param de crescer os hectares destinados ao plantio de soja, tornando o país refém das commodities alimentícias.

Dilma compromete-se com o ajuste fiscal privatizando rodovias, portos, ferrovias, aeroportos, o petróleo do pré-sal, seguindo a cartilha do FMI de juros mais altos, salários cada vez mais arrojados para garantir um superávit primário maior. A previsão orçamentária de 2014 destina apenas 3,44% do orçamento para a educação e 3,91 para a saúde, enquanto isso destina 42,42% para pagar juros e amortizações dos juros da dívida interna e externa.

Nunca antes na história desse país ocorreu uma privatização como a que Dilma realizou com o leilão do Campo de Libra. Um campo que abriga uma reserva de petróleo avaliada em 3 Trilhões de dólares, entregue para multinacionais como a Shell por apenas 15 bilhões de dólares. Esse dinheiro servirá somente para garantir o superávit primário. Esse entreguismo só foi possível porque para garantir o leilão o governo utilizou o exército, a Força de Segurança Nacional e até a Marinha.

Dilma está privatizando o país e criminalizando os movimentos sociais como fez o PSDB. Dilma promoveu a maior privatização da história do país.

Após junho, a pressão das bases para que os trabalhadores saíssem às ruas com suas reivindicações de forma organizada era tanta, que os burocratas sindicais vinculados a direção majoritária da CUT e da Força Sindical, foram obrigados a marcar um dia de greve geral em todo país. Em que pese a não terem mobilizado praticamente nada suas bases, os próprios trabalhadores e a CSP-Conlutas promoveram um dia histórico de greve.

Por fim, queremos colocar que acreditamos que a conjuntura com as Jornadas de Junho segue aberta. Todos os dias greves acontecem. Mobilizações de bairro por melhorias na infra-estrutura, ocupações de casas legislativas, paralisações de estradas e rodovias, jovens protestando pelo passe-livre estudantil e até paralisação de jogadores de futebol, entre outras tantas lutas, marcam a conjuntura pós-junho.

No setor da educação, onde praticamente todos os estados tiveram greves, podemos citar a do Rio Grande do Sul, contra o Governo Tarso (PT) que segue não pagando o Piso Nacional e, no último período, o exemplo mais avançado foi a recente greve dos educadores do RJ, que durou mais de dois meses. Em meio à greve, 100 mil pessoas, marcharam em apoio à luta dos educadores e em defesa da educação pública. Exigindo também o Fora Cabral e Paes. Esse tipo de apoio popular é fundamental para o avanço das lutas da classe trabalhadora.

Por fim, salientar que no ano que vem teremos a copa. Também várias categorias de trabalhadores começam a preparar suas reivindicações. Enquanto isso, Dilma e os governos estaduais buscam garantir pela lei que não haja mobilizações durante a Copa para não “incomodar” a grande burguesia que mais lucra com o evento. Neste sentido este Congresso deve exigir que o SINTE:

1- Convoque os trabalhadores em educação para lutar contra mais essa medida antidemocrática dos governantes, pois precisamos lutar e garantir nosso direito à livre manifestação.

2- Rompa com o governo. Por um sindicato independente dos governos!

3- Faça uma grande campanha salarial em 2014. Descompactação da tabela salarial! Piso na carreira e o cumprimento de 1/3 de hora atividade!

4- Pela anulação da privatização do campo de libra (pré-sal).

CONJUNTURA ESTADUAL.

O Governador Colombo foi eleito pelo DEM e imediatamente mudou para o recém criado PSD que não demorou para se tornar base aliada do Governo Dilma (PT) e passou a ter acesso rápido as verbas federais e a tentar surfar no prestígio da Presidente. Defendeu na campanha eleitoral como políticas centrais para a educação a municipalização do ensino fundamental e a meritocracia.

Colombo enfrentou já no seu primeiro ano de governo a maior greve do magistério desde os anos de 1980, pela implantação do Piso na carreira, mas infelizmente a maioria da direção do SINTE/SC e da CNTE (CUT) desmontou a greve defendendo nas assembleias regionais os avanços das negociações, que o governo não tinha dinheiro, que sairíamos da greve sem nada e que, era melhor terminá-la. Foi o fim da nossa tabela salarial e o início da perda de direitos.

Logo após a greve de 2011, o governo fez o decreto de municipalização do ensino fundamental e a partir de então, desenvolveu uma política de “grupo de estudo” entre governo e sindicato para passar para a sociedade a ideia de negociador, democrático e de preocupado com a educação. Não passou de enrolação e elogios a postura responsável e madura da “nova” diretoria do SINTE/SC, neste ano as negociações são uma tentativa de ganhar tempo para ver se o critério de reajuste do Piso muda do custo aluno para o INPC e a direção do sindicato passa a defender mudanças no plano de carreira com a incorporação das gratificações/regência de classe o que a força da greve de 2011, o impediu de fazer.

As várias escolas interditadas em muitas regiões do estado, as péssimas condições de trabalho e o aumento da violência dentro das escolas mostram, claramente, o descaso do governo com a educação.

O Governo Colombo mantém a política de privatização dos serviços públicos, sucateou ainda mais a educação, a saúde e a segurança e enfrentou as greves dos trabalhadores destes setores..

É preciso elaborarmos um bom plano de lutas para o próximo ano para mobilizarmos a categoria e aproveitarmos que será ano eleitoral e cobrarmos do governo Colombo tudo o que ele nos deve.

POLÍTICA EDUCACIONAL.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) recém-divulgada pelo IBGE, o país ainda tem 3 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos fora da escola e mais de 13 milhões de analfabetos e o alarmante número de 27,8 milhões de analfabetos funcionais. Quando o tema é ensino superior, apenas 12% da população brasileira tem nível superior. O Brasil, que hoje é a 7º economia mundial está em antepenúltimo lugar no ranking da OCDE (Organização Continental para o Desenvolvimento da Educação) em matéria educacional o que lança o país a 84º lugar no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Essa situação condena milhões de estudantes brasileiros a não aprenderem a ler, escrever, contar e nega o acesso à arte, cultura e impede uma melhora de vida.

Esse é o resultado mais cruel da continuidade da aplicação de uma política educacional sustentada no tripé da **meritocracia, privatização e precarização**, tratando a educação como uma mercadoria e não como um direito social.

O governo Lula e agora Dilma, desenvolve sua política educacional apoiada no Plano de Desenvolvimento da Educação, lançada em 2007 e que segundo o próprio governo, o principal foco do PDE é a Educação Básica e dá ênfase a **formação e valorização docente**, ao **financiamento** e à **garantia de acesso** e tem como base legal a lei nº 6094/07. Nessa lei se estabelece entre as metas que a valorização do trabalhador em educação se dará por **mérito**, “representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional”, além de “dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local”. Essa lógica meritocrática visa a culpabilização dos profissionais em educação pela crise que vive a escola pública. Todos sabem que não existe solução para milhões de brasileiros que vivem em condições de pobreza pela via do mérito, assim como não há saída para a escola pública por essa via. Como escreve Renato dos Santos Souza só pode defender a meritocracia “a menos que se pense, é claro, que uma sociedade seja apenas um agregado de pessoas. Então, uma coisa é a valorização do mérito como princípio educativo e formativo individual, e como juízo de conduta pessoal, outra bem diferente é tê-lo como plano de

governo, como fundamento ético de uma organização social. Neste plano é que se situa a meritocracia, como um fundamento de organização coletiva, e aí é que ela se torna reacionária e perversa.” A meritocracia serve para “apreciações individuais e não sociais.” No Estado de São Paulo, o governo do PSDB, chegou ao cúmulo de impor uma evolução salarial aos professores/as vinculada a nota de uma prova e em Minas Gerais existe um abono de produtividade baseado no IDEB.

Caminhando junto a meritocracia, há um profundo processo de **privatização** do ensino em nosso país. Quando há alguns anos privatizar significava a escola ter um dono e cobrar mensalidade agora de construiu métodos eficaz de transferência de verbas públicas às redes privadas. A maior expressão disso é o Prouni que despeja milhões de reais das verbas públicas para as faculdades/universidades privadas e é justamente as verbas que faltam para uma expansão com qualidade das universidades públicas. É possível que cada vaga comprada na rede privada seja aberta na rede pública. O Pronatec segue a mesma lógica de transferência de verbas as escolas privadas além dos projetos como o ensino médio integral ou inovador que se apoia em oficinas feitas por bancos e ONG's, que recebem muito em transferência direta de verbas públicas ou através de isenção fiscal.

Coroando esta política educacional neoliberal temos uma ampliação da **precarização** do trabalho educacional com mais de 50% da categoria sendo contratados como temporários (ACT's).

Passados 5 anos da criação da Lei do Piso Nacional a regra é que os estados e municípios não cumprem a lei de forma integral ou parcial. Apesar de o Piso Nacional aprovado ser muito inferior as reais necessidades do magistério, muitos estados e municípios seguem não cumprindo a Lei e o governo federal/MEC não move uma palha para isso. Segundo a própria CNTE apenas 12 estados e o DF pagam o Piso. O ponto alto dessa política é o caso do RS, pois o Ministro da Educação Tarso Genro foi defensor da aprovação dessa lei e agora o governador Tarso Genro (PT) além de não aplicar reprimiu violentamente a greve dos professores/as do RS e recorre ao STF. Estes infundáveis recursos judiciais protelam a aplicação desta lei, criando cada vez mais dificuldades para os professores/as de todo o país. Nesse momento á um debate sendo feito para mudar a regra do reajuste do valor do Piso, pois os governos (de todos os estados) se uniram para exigir que o reajuste seja feito pelo INPC mais 50% da variação do FUNDEB e não pela variação do custo aluno. Para 2014 o previsto é um reajuste de 19% e os governadores estão propondo alterar a regra, o que reduziria o reajuste para 7,7%. É uma vergonha o desrespeito destes governantes à educação, mas também é o fato da CNTE ter aprovado no CNE em 2012, sem discutir nos estados uma proposta semelhante, abandonando na prática a defesa do custo aluno.

Quando a aplicação da jornada de trabalho e garantia de no mínimo 1/3 ser de atividades extraclasse, aí que a situação é ainda pior. Para não aplicar a lei, vários estados e municípios tem

alterado a jornada de trabalho para legalizar a ilegalidade de não cumprir a lei. Em São Paulo, por exemplo, o estado (governado por Alckmin-PSDB) publicou uma resolução sustentando que a hora/aula é de 60 minutos e por isso 32 aulas de 50 minutos equivale a 27 aulas de 60 minutos, portanto já aplica a lei. Essa barbaridade de aumentar a jornada de trabalho para não aplicar a lei também se vê na maioria dos estados e municípios desse país.

Foi aprovado pelo congresso nacional o valor de 10% do PIB para a educação. Nota-se que essa aprovação não garante que o dinheiro investido vá para a educação pública, pois as metas do PNE reafirmam a necessidade dos programas educacionais privatistas, como o Prouni e o Pronatec além da política de escola integral ser apoiada em oficinas privadas. Para elevar o valor destinado à educação, após as manifestações de junho, o congresso aprovou que 75% dos royalties do petróleo vão para educação e 50% do fundo social do pré-sal. Muita propaganda e pouca efetividade, pois em 2013 os royalties representam 0,2% do PIB e em 2021, auge da exploração do pré-sal esse valor pode atingir 0,6% do PIB, segundo a auditoria cidadã da dívida. Ao mesmo tempo, o orçamento da união para 2014 prevê mais de 1 trilhão de reais para pagamentos de juros e amortizações das dívidas (44% do orçamento) e apenas 3,14% para a educação. Diante do aprofundamento das políticas neoliberais na educação brasileira o X Congresso do SINTE/SC resolve:

1. Desenvolver uma campanha em defesa da Escola Pública Gratuita e de Qualidade exigindo:
2. 10% do PIB para educação pública já!
3. Contra a Proposta de PNE do governo que é privatista!
4. Contra o Plano de Desenvolvimento da Educação (abaixo a Lei 6094/07);
5. Não a Meritocracia! Trabalho Igual, Direitos Iguais;
6. Contras as terceirizações (PL 4330) e a precarização do trabalho nas escolas, concurso público;
7. Contra a Privatização da Educação! Abaixo o Prouni e Pronatec! Por vagas públicas para todos/as nas universidades Públicas e Escolas Técnicas Públicas. Fim do Vestibular!
8. Suspensão do processo de municipalização do ensino e retorno das escolas municipalizadas a rede estadual;
9. Redução do número de alunos por sala! Máximo de 25 alunos!
10. Creche para todos/a que precisem! Creches nos locais de trabalho!
11. Imediata aplicação do Piso Salarial Nacional, rumo ao Piso do DIEESE!
12. Imediata aplicação de 1/3 de hora-atividade, rumo aos 50%!
13. Uma política de combate a violência nas escolas discutida e aprovada pela comunidade escolar que inclua aumento da segurança interna e atendimento especializado gratuito para os que sofrem violência;
14. Uma política de combate ao adoecimento do magistério público, definida de forma democrática com a participação efetiva dos trabalhadores em educação e que inclua atendimento

especializado gratuito para as diferentes enfermidades, extinção da exigência de idade mínima para se aposentar.

POLÍTICA SINDICAL.

Nos últimos anos, todas as lutas travadas pela classe trabalhadora brasileira encontraram um forte obstáculo: a política de total atrelamento da direção da CUT aos governos de Lula e Dilma. A perda da independência política diante desses governos e de seus projetos acarretou para o movimento sindical um enorme retrocesso nas mobilizações e nos direitos dos trabalhadores.

De forma consciente, os governos e os patrões cooptaram o apoio de grande parte das direções sindicais para melhor conduzirem seus planos e reduzirem a resistência dos sindicatos. Desde a implementação da Reforma da Previdência em 2003 ficou evidenciada essa política de colaboração por parte da CUT. E desde então esse é o principal dilema a ser resolvido pela classe trabalhadora. Sem um rompimento categórico com essa política de apoio e submissão aos governos, a classe trabalhadora estará permanentemente ameaçada de sucessivos ataques e retirada de direitos.

A convivência com as políticas dos governos levou a que inúmeras lutas de diversas categorias, nos últimos anos, tenham ficado isoladas. Entre elas, várias greves dos trabalhadores em educação por todo o país. A prioridade da direção da CUT e da maioria do SINTE foi apoiar os projetos governamentais, entre eles o Plano Nacional de Educação (PNE), que significam novas reformas favoráveis ao grande capital e novas formas de privatização dos serviços públicos.

Os trabalhadores começaram a compreender que, para obter vitórias em suas lutas, é necessário romper com as políticas de atrelamento aos governos. E que, para isso, é necessário construir direções comprometidas com a independência da classe trabalhadora.

Este é o caminho que o Congresso do SINTE deverá apontar: romper com a atual política de submissão aos governos e ajudar a organizar a luta independente dos trabalhadores. Os trabalhadores em educação repudiam a vergonhosa política de colaboração de classes e de apoio aberto aos governos da direção da CUT e da maioria do SINTE.

Mudar o rumo do SINTE significa que nossa entidade, a partir do Congresso, deverá repudiar as políticas de atrelamento ao governo e rejeitar as participações em fóruns de colaboração com o governo. O SINTE deverá estar a serviço do fortalecimento das lutas e das reivindicações da classe trabalhadora, de forma independente e autônoma diante dos governos.

A política sindical a ser desenvolvida pela direção do SINTE deverá privilegiar os fóruns e espaços que busquem a unificação das lutas dos trabalhadores e movimentos populares que indiquem uma reorganização independente do movimento sindical. Só assim será possível recolocar nosso

Sindicato no caminho das lutas e recuperar a independência da classe trabalhadora frente aos governos.

PLANO DE LUTAS.

Campanha de e-mail ao Governador Colombo e aos Deputados em defesa da descompactação da tabela salarial, do piso na carreira e do cumprimento de 1/3 de hora atividade:

realizar no transcorrer dos meses de fevereiro e março de 2014.

Calendário de mobilização:

Vizitas nas escolas em fevereiro e março;

Assembleias regionais na segunda quinzena de março;

Assembleia estadual na primeira quinzena de abril.

Divulgação:

Cartaz, panfletos, out dor e mensagem do SINTE divulgada em emissoras de rádio e televisão.

BALANÇO DA EXECUTIVA ESTADUAL.

Para fazer um balanço da atuação da executiva é necessário situarmos em primeiro lugar a conjuntura que atravessamos até aqui. Vivenciamos um momento de estagnação da economia e uma conjuntura nacional marcada pela eleição de um novo governo petista eleito com a maioria dos votos e com a confiança de um grande setor da classe trabalhadora. Entretanto esta confiança é seriamente questionada nas jornadas de junho de 2013.

O governo do estado com a tríplice aliança foi eleito em primeiro turno, passou para a base aliada do governo federal e tem governado para atender interesses políticos eleitorais, marcado por loteamento de cargos e conchavos. Nesse contexto está a direção do sindicato. Uma direção que esteve a frente de uma das maiores greves da história da categoria em 2011, pelo cumprimento da Lei do piso, mas que por falta de independência dos governos e autonomia em relação aos partidos políticos a maioria da direção (CUT) acabou desmontando a greve a partir das regionais quando ela ainda tinha condições de continuar e de fato continuou. Porém a desconfiança gerada na categoria por causa da política defendida pela maioria levou ao esvaziamento da greve.

Ainda em 2011, maioria da direção não realizou a assembleia estadual que estava marcada para dezembro.

Em 2012, a greve teve curta duração e após o encerramento foi feito um “grupo de estudo” entre o Governo e o sindicato que não resultou em absolutamente nada.

Na assembleia estadual de março de 2013, foi aprovada a realização da campanha salarial para ser lançada na greve nacional de abril e a direção não fez. Marcou nova assembleia estadual somente para o final de setembro para o lançamento da campanha salarial (cancelada por causa do clima), e acabou aceitando realizar um Ato Público em Florianópolis em outubro, desde que o mesmo não se

transformasse em assembleia estadual deliberativa, mas o material elaborado não tem como centro o Governo Colombo para exigir o atendimento das reivindicações e sim a denuncia do TCE.

Este ano, a negociação com o Governo, esta se caracterizando como grupo de estudo na medida em que não foi apresentada até o momento uma proposta concreta para negociação efetiva e com elementos de discussão de plano de carreira o que contraria a decisão da assembleia de Lages em 2011.

A proporcionalidade, em particular no SINTE representa o reconhecimento de que nenhuma corrente de opinião que se organiza na categoria tem maioria absoluta. É preciso que todos saibam que a direção executiva é composta por 17 membros, sendo 11 representantes da chapa 2 (CUT) e 6 da chapa 1 (Independentes e CSP Conlutas) o que torna impossível a minoria ganhar qualquer votação, embora seja democrático e toda a categoria se vê representada na direção do Sindicato.

Por isso propomos:

- 1- Construir a luta da categoria independente dos governos;
- 2- Respeitar e cumprir as deliberações das instancias da categoria;
- 3- Que nosso plano de lutas seja o norteador de nossas ações.

SETORES: SERVENTES E MERENDEIRAS.

Contrariando toda e qualquer expectativa destes dois segmentos que vêm na terceirização uma ameaça real à sua dignidade, apesar das várias intervenções deste sindicato que nos últimos anos vem travando uma luta constante na tentativa de barrar este processo, o governo do estado, na pessoa de LHS coloca na pauta de seu governo, a terceirização destes dois segmentos como prioritárias, sem levar em conta os problemas que este projeto, caso seja colocado em prática, poderá trazer aos trabalhadores que compõem este segmento.

A terceirização da merenda escolar, além de provocar dispensa de pessoal, trouxe prejuízos à comunidade escolar, tais como, a perda na qualidade da merenda que é servida à nossos alunos, perdas econômicas para os produtores das localidades em que situa-se a UE, pois como já é de nosso conhecimento em várias regiões de nosso estado, muitos produtores rurais tem feito parcerias com os governos municipais, comprometendo-se a fornecer gêneros agrícolas/alimentícios de qualidade para complemento da merenda escolar.

A respeito deste tipo de parceria, se faz necessário frisar que tal relação garante o fornecimento de gêneros alimentares de qualidade, além de estimular o desenvolvimento econômico do município-sede e também o aumento do emprego da mão-de-obra local.

Com a terceirização dos serviços gerais, nossa preocupação não diminui, pois o governo alegando enxugar a máquina administrativa, não leva em consideração o que este processo desencadeia de imediato, a demissão em massa por toda Santa Catarina.

No entanto, o que se percebe é a postura de indiferença e total desprezo demonstrado pelo mesmo diante do fato ora mencionado, ignorando inclusive luta desta categoria que tem se mobilizado constantemente em defesa da manutenção do quadro atual tal qual se apresenta, e que se for promovida algumas mudanças, sugerimos que se faça rodadas de negociações com a categoria e os segmentos ora em discussão, para que se estabeleça critérios onde os trabalhadores envolvidos não sejam atingidos em sua dignidade.

Como já é do conhecimento de todos, são os “colaboradores” diretos na construção de um ambiente que possibilite boas condições para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar.

Levando em consideração os dispostos acima mencionados, nós do SINTE defendemos que o governo crie mecanismos que possibilitem a imediata incorporação dos segmentos em discussão, ao quadro do magistério público estadual, do qual eles jamais deveriam ter sido excluídos. Garantindo dessa forma os seus devidos direitos, outrora retirados, tais como, plano de saúde, garantia de emprego, aposentadoria seguindo os mesmos critérios dos demais servidores.

Lutar contra o PL 4330, nenhuma negociação sobre terceirização!

ACT's.

Os trabalhadores temporários em educação em todo o país estão submetidos a situações de super exploração e precárias condições de trabalho e de vida, a qual tem piorado com leis que flexibilizam os direitos e liberdades democráticas mínimas. Em Santa Catarina, por exemplo, o ACT que levar faltas injustificadas corre o risco de ser demitido. É preciso reverter esta situação.

Seremos os maiores defensores da revogação da atual Lei 456/09, aprovada com repressão na ALESC. Defenderemos a isonomia de direitos entre ACT e efetivos, pois acreditamos que todos somos educadores e merecemos ter o mesmo tratamento dentro e fora da sala de aula.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS.

Definimos como opressão “o aproveitamento de desigualdades para por em desvantagem e submeter um grupo social com base em diferenças raciais, sexuais, nacionais e de outro tipo. Sendo que a opressão é sempre utilizada pela classe dominante para submeter a classe social explorada e justificar essa exploração.

Como parte constituinte de nossas bandeiras de lutas precisamos aprovar em nosso congresso um programa consciente e consequente para as questões de gênero, raça e GLBTT (Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). Uma política de combate à opressão contra a mulher, a discriminação racial e homossexual significa uma elaboração permanente, ou seja, um programa de fato que aconteça em nossas tarefas sindicais. Por isso, nossa elaboração deve avançar num processo de organização desses setores pautados em conjunto com as reivindicações da categoria.

Mulheres

A opressão da mulher é utilizada para justificar e ampliar a exploração da classe trabalhadora, portanto, é um instrumento do capitalismo que se manifesta de várias formas: reprodução e manutenção da força de trabalho, através do trabalho doméstico não remunerado e a utilização da mão de obra feminina com salários menores, propiciando maior extração de mais-valia.

O rebaixamento de salários pode se manifestar também de forma sutil, como no caso dos profissionais da educação, onde, em São Paulo, por exemplo, as mulheres somam cerca de 80% da categoria, pois a tradicional feminilização da categoria carrega consigo a discriminação de gênero.

Se analisarmos as diferentes funções dos profissionais da educação, percebemos que no ensino básico, onde se concentra o maior número de mulheres, os salários são menores do que no ensino médio, onde aumenta o número de homens, sendo que no ensino superior, onde cai drasticamente o número de mulheres, os salários são maiores.

Podemos então concluir que a feminilização da profissão beneficia os agentes do capital sedentos de lucro, através dos baixos salários, do desprestígio social, da ausência de creches, auxílio maternidade, licença amamentação, etc.

Para justificar a opressão, criou-se o mito da inferioridade feminina, apresentada com maior ou menor ênfase, a depender do contexto histórico. Atualmente a tese da inferioridade é disfarçada pelo conceito de “desigualdades”. A mulher não tem a mesma inteligência do homem, mas possui raciocínio mais rápido, tem habilidades específicas, como a intuição feminina “e outras bobagens pseudocientíficas”.

A opressão é comum a todas as mulheres trabalhadoras que são mais oprimidas que as mulheres burguesas, e para justificar tal afirmação, a dupla jornada de trabalho é um bom exemplo. Enquanto a maioria das assalariadas tem, depois de trabalhar na fábrica, no escritório ou no campo, de cumprir tarefas domésticas, as mulheres burguesas ou de classe média, podem relegar a outras mulheres esta tarefa. As mulheres burguesas, em síntese, utilizam-se da opressão de seu sexo para melhor explorar as trabalhadoras. Portanto se há afinidade entre o sexo feminino na luta genérica contra a opressão, essa unidade é limitada pelo papel que cada setor ocupa na produção. Apenas as mulheres trabalhadoras, pelo fato de serem oprimidas e exploradas, podem lutar de forma consequente contra a opressão.

Quando analisamos especificamente o caso das profissionais da educação, a expressão “dupla jornada” toma-se um tanto quanto amena, pois sabemos que sua jornada não se restringe ao horário de trabalho e sobrecarga doméstica, devido ao fato de que este é um setor onde o trabalho não se restringe às paredes da escola, pois conta com elaboração e desgaste psicológico.

Uma entidade como o SINTE que tem como papel a organização dos trabalhadores, se não combate o machismo é ineficaz. É necessário um combate serio contra essa prática no interior no sindicato e no conjunto de nossa sociedade. Por isso, defendemos a criação da Secretaria de Mulheres do

SINTE; Tal secretaria terá como tarefa traçar uma política de mobilização para as mulheres da categoria, levantando palavras de ordem que reflitam seus principais problemas. Para isso é fundamental a organização de conferências periódicas, onde as companheiras de base possam expor o que pensam.

Negros e Negras

As desigualdades raciais vêm sendo denunciadas há muito tempo, todavia, o resgate, de forma afirmativa, da identidade negra na luta sindical corresponde um tema importante para ser abordado ainda hoje. A necessidade da população negra por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz a educação, passou a ser particularmente apoiada pela promulgação da Lei 10.639/2003. Mesmo assim se faz importante destacar que vivemos numa sociedade marcadamente *etnocêntrica* de raiz europeia, portanto, cabe tematizar a identidade da população negra brasileira no contexto dos trabalhadores da educação em Santa Catarina.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana preveem e promovem em diversos momentos a importância da discussão da questão racial. Nosso sindicato não pode ficar alheio a esse debate, sem ao menos promover ações deliberativas na desconstrução de preconceitos historicamente estabelecidos.

O sucesso ou o fracasso da Lei 10.639 dependerá muito da conjugação de esforços da sociedade brasileira de reconhecer as implicações das desigualdades raciais e sociais. Depende também da necessidade de reeducação das relações étnico-raciais, o que significa o reconhecimento da importância de se buscar compreender os valores e lutas da população negra. Exige-se a valorização e respeito aos processos históricos de resistência negra. Faz-se necessário também reconhecer os preconceitos que desqualificam os negros e negras, que salientam os estereótipos depreciativos que incitam violências físicas ou simbólicas. Por isso defendemos:

- 1- A favor das reparações e cotas;
- 2- Assegurar a exigência da implantação da Lei 10.639;
- 3- Ter um espaço reservado nos materiais do SINTE para as datas comemorativas do movimento negro;
- 4- Apoio a Luta Quilombola;
- 5- Que o SINTE denuncie situações e práticas de racismo cometidos contra os trabalhadores da educação.

LGBTT (lésbicas, Gays, bissexuais, travestis e transexuais)

È fundamental para compreendermos a lógica da homofobia ter a consciência de que ela acontece de maneira diferente do racismo e do machismo. O elemento mais visível é a desigualdade do acúmulo obtido pelas lutas concretas. Ao longo de décadas, as conquistas obtidas pelas lutas de

negros e negras e mulheres (direito ao voto, leis trabalhistas, cotas em alguns países, etc.), trouxeram ganhos objetivos e subjetivos.

Queremos dizer que estes movimentos conseguiram se impor diante da opressão. Obviamente esta segue acontecendo em larga escala, no entanto não seria absurdo dizer que em determinados espaços e grupos, existe certo constrangimento para se fazer piadas racistas ou machistas, por exemplo. O mesmo não acontece com a homofobia, muito pelo contrário. O comportamento homofóbico é totalmente legitimado e incentivado em todas as esferas sociais.

O elemento menos visível, diz respeito especificamente à condição gay. Uma mulher nasce mulher e um negro nasce negro. Mas, dentro do senso comum, a condição homossexual é considerada opção. Queremos dizer que a homossexualidade é uma orientação, da qual não se pode escapar. Mas a ideologia da “opção” permite culpabilizar o homossexual pela sua condição. Desse modo à luta homossexual deve ser tratada com seriedade em nossa entidade.

ESTATUTO.

PROPORCIONALIDADE NO SINTE: uma necessidade!

A proporcionalidade no sindicato garante a democracia para os sócios. As chapas disputam na base e de acordo com o numero de votos a executiva é composta. Ao aplicar a proporcionalidade todos os sócios que votaram serão representados. Sindicato é uma frente única composta por pessoas que representam toda a categoria, independente da cor, da religião e do partido que ela defende.

A argumentação daqueles que são contra a proporcionalidade é de que com posições diferentes não é possível unir a categoria para a luta. Mas o encaminhamento do plano de lutas deverá ser feito pela direção do sindicato independente de sua posição. A defesa da unidade sempre foi um principio de qualquer categoria. Ela quer ver que suas direções estejam unidas. Diferenças políticas não dividem desde que o principio da independência de classe frente aos governos e a autonomia frente aos partidos sejam respeitadas.

Nós do Bloco Ação e Luta temos uma diferença com a CUT porque defendem políticas do governo. A proporcionalidade não é um principio e sim uma tática a ser adotada para melhor respeitar a democracia. O problema é que a CUT é ligada ao governo federal, e Colombo é base de sustentação do governo federal acabamos reféns dos governos.

Nós que fomos minoria da diretoria nesse ultimo período tivemos vários embates nas instancias do sindicato, principalmente na executiva. Se a direção representar uma única posição, em particular a CUT o comprometimento da executiva com as políticas dos governos será mais fácil de ser implementada. Nós defendemos a proporcionalidade para melhor lutar, não para preencher cargos e ser liberados. Já tivemos a experiência de uma direção que não era proporcional e foi um desastre.

Manutenção da proporcionalidade para as próximas eleições do SINTE/SC com a inclusão da mesma no estatuto da entidade e extensão desta às liberações quando a regional tiver direito a mais de 20hs.

A CUT já rompeu com as lutas, É HORA DE ROMPER COM A CUT

A Central Única dos Trabalhadores foi criada num contexto marcado pela reorganização do movimento operário a partir de 1978, desempenhando principalmente na década seguinte, um importante papel nas lutas em que travamos.

A organização sindical que o SINTE passou então a construir desde sua filiação à essa central no início da década de 80, ganha impulso. A categoria absorve o espírito próprio da classe trabalhadora daquela época que então materializava-se numa central de trabalhadores: sindicalismo classista e enraizado na base, livre de interferências do Estado, democracia interna nas estruturas sindicais e o socialismo como objetivo final da luta sindical.

A partir da década de 90 a infiltração, principalmente ideológica, dos inimigos do povo começa a se instalar dentro da CUT: os CONCURT's (Congressos Nacionais) limitam cada vez mais a participação dos trabalhadores de base. No III Congresso, realizado em 88, participaram mais de 6 mil delegados, enquanto no IV CONCURT realizado em 91, eram apenas 1554 delegados. A CUT abandonou a luta política em troca dinheiro do Estado, FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Este tipo de situação acabou criando uma casta de dirigentes burocratas, donos de carros importados, que vivem em condomínios fechados e não dependem mais do trabalho para sobreviver, mas das benesses do Estado e do patrão. Assim sendo, passam a pensar na lógica do patrão e do Estado e não mais da classe trabalhadora.

Com o governo Lula e Dilma, a CUT tem precisado fazer malabarismos nos discursos para justificar toda concessão que tem feito ao governo abrindo mão de conquistas. As relações entre a CUT e o governo tem sido mais que cordiais, chega a ser “promíscua” e isto pode ser explicado a partir dos seguintes elementos: a) os principais nomes da cúpula de do governo, foram as principais lideranças da CUT; b) as correntes que formam a CUT, passaram por um processo de cooptação ideológica (participação de muitas lideranças sindicais no primeiro e segundo escalão do governo, nos organismos tripartites, fundos privados de pensão, etc.).

Como se não bastassem todos estes motivos, o SINTE ainda tem um gasto anual enorme em centenas de milhares de reais para manter esta filiação que ao contrário de nos trazer quaisquer retornos positivos, auxilia esta Central a emperrar as lutas e mobilizações da classe.

É importante lembrar que a proposta de ruptura com a CUT sob hipótese nenhuma está vinculada à qualquer outra filiação a outra central de imediato. Isto não significa porém que o atual processo de reorganização que o movimento sindical brasileiro passa mais uma vez deverá passar ao largo dos debates nas instâncias do sindicato.

TESE SINTE PELA BASE
POR UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL E UM SINDICATO PARA OS
TRABALHADORES

CONJUNTURA O sistema capitalista está em crise. O objetivo central de expansão e acumulação de capital através da apropriação privada dos meios de produção, da exploração da força de trabalho, do uso irracional da natureza, da superprodução de mercadorias desvinculada das reais necessidades da humanidade, da dominação das superpotências sob os países “periféricos” está transformando o mundo em barbárie. No Brasil não é diferente. A grande política aprovada e encaminhada tem o claro objetivo de manter em alta a taxa de lucro do grande capital. Para tanto, o governo Dilma está privatizando os Hospitais Universitários, portos, aeroportos, poços de petróleo (em maio de 2013 a ANP realizou o 11º leilão para “conceder” 289 blocos de petróleo à iniciativa privada) e agora mais recentemente o Pré-sal (o Brasil vendeu para empresas estrangeiras a exploração de 60% de LIBRA, reserva correspondente a 70% de todo o Pré-sal, os outros 40% a serem explorados pela Petrobrás também o serão pelo capital privado, pois 60% das ações desta empresa não são mais públicas). Outra forma de beneficiar a iniciativa privada no Brasil tem sido os grandes eventos. Segundo o relatório do TCU (junho de 2012), os gastos com a Copa já alcançavam R\$ 27,410 bilhões. Enquanto isso, o governo Dilma cortou 5,1 bilhões da educação em 2011/12. Seguindo essa política, o governo também tem o objetivo de realizar uma nova contrarreforma da previdência. Entre os principais pontos está a ampliação da idade mínima para a aposentadoria; o fim da diferenciação por sexo, idade e categoria profissional (o que configura um novo ataque ao magistério); o fim da vinculação com o salário-mínimo; o estabelecimento de um teto previdenciário e a previdência complementar. Enquanto isso, o governo Dilma decidiu desonerar, até 2016, empresários de 40 setores, da sua contribuição de 20% à previdência. Por isso, em 2013 a perda da receita para a previdência será de 12 bilhões de reais. Também está em debate a proposta do Acordo Coletivo Especial (apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT). Se aprovado, o ACE permitirá que o negociado prevaleça sobre o legislado.

Em Santa Catarina, a lógica não é diferente. Colombo já declarou apoio ao governo Dilma e este quer seu apoio porque na essência representam a mesma classe: a burguesia. Assim, o governo catarinense tem entregado os hospitais públicas às empresas privadas (as OSs), terceirizado os bombeiros, privatizado grande parte da CASAN e da CELESC e achatado os salários e carreiras dos servidores públicos, entre outras medidas de austeridade social. Enfim, a prioridade do governo estadual é o grande capital. Tanto que a receita do Estado de SC em 2011 foi de R\$ 14,95 bilhões. Porém, o governo deixou de arrecadar R\$ 4,27 bilhões, devido à renúncia fiscal que concedeu às grandes empresas e negócios. Ou seja, a receita do Estado poderia ter ultrapassado R\$ 19 bilhões e com isso ter investido muito mais na educação.

POLÍTICA SINDICAL: A CUT ROMPEU COM OS TRABALHADORES, É HORA DOS

TRABALHADORES ROMPEREM COM A CUT: A Central Única dos Trabalhadores (CUT)

foi criada em 1983 numa conjuntura marcada pela reorganização do movimento operário que lutava por direitos sociais e pela redemocratização do Brasil. Na época, muito diferente dos tempos atuais, a CUT trilhava um caminho anticapitalista e defendia a ruptura com a estrutura sindical vigente, ou seja, era contra a conciliação de classes entre trabalhadores e burguesia/Estado. Assim, entre seus princípios de origem constavam, por exemplo: sindicalismo classista, enraizado na base e livre da interferência do Estado; autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos; democracia interna; internacionalismo sem alinhamentos e socialismo como objetivo final da luta sindical. Não por acaso, a *palavra de ordem* dos que criaram a CUT era: “Construir a CUT pela base”. Assim, a CUT viria a representar o chamado “novo sindicalismo”, cuja concepção se resumia nas palavras de Lula (então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo) já em 1978, quando as lutas operárias ascendiam com muita força: A estrutura sindical brasileira (...) é totalmente inadequada. Não se adapta à realidade, foi feita de cima para baixo (...). É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. A estrutura e a legislação sindical deveriam ser reformuladas como resultado das necessidades. O sindicato ideal é que aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista (*Lula: entrevistas e discursos*, p. 45. In: MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. - 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008).

A estrutura sindical brasileira, à qual se referia Lula, foi construída gradativamente na década de 30. Trata-se de um conjunto de leis amarradas entre si que pressupõe a colaboração de classes (trabalhadores e burguesia) entre si e com o Estado (histórico representante das classes dominantes). O objetivo é garantir um sindicalismo dócil e manso, no qual a colaboração entre as classes garante a reprodução e a acumulação do capital. Esta estrutura herdada da era Vargas concebeu um sindicalismo castrado, controlado e dirigido ideologicamente pela burguesia e inspirada na *Carta Del Lavoro* decretada por Mussolini em 1927, ou seja, de origem fascista.

As principais formas encontradas pelo Estado (transformadas em leis) para atingir tais objetivos e que perduram até hoje são: a carta sindical; a unicidade sindical e o imposto sindical. A **carta sindical** é a concessão outorgada pelo Estado ao sindicato para que o mesmo exista legalmente e possa representar a sua categoria. Sem esta representação sindical, o Estado não aceita a existência do sindicato. Desta maneira, o Estado passou a controlar a organização dos trabalhadores que antes era livre e autônoma. Casada à carta sindical, existe a lei da **unicidade sindical**, que garante ao sindicato o monopólio de representação da sua categoria, também concedido pelo Estado. Há uma grande diferença entre unidade e unicidade. A unidade se conquista através do debate de programa, da luta e de princípios condizentes com os objetivos dos

trabalhadores. Já a unicidade, tal como concebida e praticada, trata-se de uma imposição feita pelo Estado aos sindicatos brasileiros com o objetivo de controlar quem representa e quem não representa. Assim, busca-se impedir legalmente o surgimento de sindicatos de luta que venham a fazer frente a outros sindicatos pelegos e cartoriais. Porém, o mais grave é a essência desta lei: o Estado que dita a forma como os trabalhadores devem se organizar, tolhendo-lhes a liberdade e a autonomia de classe. Por último, o **imposto sindical**. Em invés de permitir a livre contribuição direta dos associados aos seus sindicatos, o Estado criou o imposto sindical que é cobrado compulsoriamente de todos os trabalhadores e depois redistribuído às centrais e aos sindicatos que, por sua vez, ficam dependentes de tais verbas. As respostas à estas perguntas levam à questão essencial: por que enfrentar o Estado e as classes dominantes que o mesmo representa, se isso pode nos levar a perder o que ele “concede”? Foi, então, se contrapondo a toda esta estrutura e ao peleguismo dela decorrente que a CUT nasceu. Mas, porque defendemos atualmente que o nosso sindicato se desfilie desta Central? Pelas mesmas razões que levaram ao seu nascimento e que hoje, infelizmente, não fazem mais parte de seus objetivos. A CUT não representa mais nada do “novo sindicalismo”. Tornou-se tão velha quanto aquilo que combatia. Pior, hoje a CUT é uma correia de transmissão do Estado e do governo petista junto aos trabalhadores, com o objetivo de promover a conciliação de classes.

Evidentemente que esse processo de peleguismo não se deu do dia para a noite. A seguir citamos alguns exemplos que demonstram esta realidade: - No 3º Concut, em 1988, a CUT modificou o seu estatuto e aumentou o espaço de tempo entre os congressos. Ademais, diminuiu o peso da participação de base e oposições, ampliando o peso dos dirigentes sindicais nas tomadas de decisões. - Em 1992 a CUT se filiou à CIOSL – Central sindical internacional, ligada ao sindicalismo estadunidense e social-democrata europeu. Trata-se, enfim, de uma central com clara ligação aos objetivos imperialistas. - No 6º Concut, em 1997, a tradição das teses por tendência foi substituída por um caderno com uma tese única de Direção Nacional da CUT. Em meados de 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista fez acordos com as grandes montadoras de automóveis, sob o peso das ameaças de demissões, que permitiam: ampliação do controle empresarial sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas extras não remuneradas - “banco de horas”); redução de salários e política de incentivo às demissões voluntárias. Em 1999, a grande bandeira dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição do IPI. - Em 1996, o presidente da CUT, o Vicentinho apoiou a contrarreforma da previdência do governo de Fernando Henrique Cardoso. Também na década de 90, a CUT passou a receber dinheiro do Fundo de Amparo aos Trabalhadores, atrelando-se ainda mais à estrutura do Estado. Abandonou a formação política e passou a fazer formação profissional, ocupando o papel dos patrões. - Contudo, foi com a chegada de Lula à Presidência da República em 2003. O governo Lula aprovou uma nova contrarreforma da

previdência, apresentada a partir de uma proposta referendada por um fórum “tripartite”. A CUT se posicionou contrária à greve dos 70 mil servidores, embora apresentasse críticas pontuais à proposta, apoiou sua concepção geral de instituir um teto dos proventos e criar o espaço das “aposentadorias complementares” para fundos de pensão privados, em substituição ao direito à aposentadoria integral. - Em 2004 a CUT também participou da elaboração do projeto de “reforma” sindical, através do Fórum Nacional do Trabalho. - Cada vez mais distante da luta que inspirou o seu nascimento, em 2007 a CUT boicotou a realização do Plebiscito Popular pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce.

DESFILIAÇÃO DA CUT: POR UM SINTE AUTÔNOMO, INDEPENDENTE E COMBATIVO

Golpes e autoritarismos: Por todas as razões expostas nesta tese, defendemos a desfiliação imediata do nosso sindicato da CUT. A concepção cutista atual de sindicalismo reflete negativamente no cotidiano da luta do magistério público estadual. Exemplo disso é esse próprio congresso: a deliberação do Conselho Deliberativo, proposta pela CUT, de impedir que os não filiados votassem nas eleições das assembleias que elegeram os delegados, bem como, a sua realização em pleno mês de dezembro de 2013 configuram um ataque à democracia e um claro distanciamento da base. Para nós está claro: a pretensão da direção majoritária do Sinte é manter a base distante do debate e das decisões políticas, com a pretensão de burocratizar e controlar a estrutura do sindicato, de qualquer jeito, independentemente da conjuntura. A base do magistério é formada na sua maioria por ACTs, isso dificulta a filiação, pois a mudança de vínculo cai com frequência. Um sindicato que se pretende classista e de luta jamais terá o objetivo de se afastar da sua própria base. Ao contrário, buscará encaminhar todas as políticas possíveis com intuito de aproximá-la e envolvê-la diretamente nas lutas. Este encaminhamento do Conselho Deliberativo é discriminatório, antidemocrático, incoerente e perigoso. Imaginemos se fosse esta a determinação para todas as votações em assembleia: como ficaria uma votação a favor ou contra greve? Se somente os filiados pudessem votar, teria o Sinte o direito de cobrar dos não filiados ativos (ampla maioria) de fazer greve? Como brigar por algo que você não pôde ajudar a decidir?

Ausência de autonomia e independência e seus efeitos drásticos para a luta: Para resistir às políticas de destruição da escola pública e dos direitos do magistério, os trabalhadores necessitam ter um sindicato combativo, autônomo e independente em relação ao Estado, ao governo e aos partidos políticos. No entanto, hoje, o Sinte, através da sua direção majoritária (setores vinculados a CUT), vem se conformando em um sindicato de conciliação, que negocia direitos históricos e que não valoriza a formação, a organização e a vontade da categoria. Por outro lado, embora reconheçamos a luta da CSP-CONLUTAS e sabemos que não passou para o outro lado, como a CUT, é necessário deixar claro que temos divergências com os companheiros, no que diz respeito ao debate sobre central sindical, à organização do sindicato, à proporcionalidade e à condução que

os mesmos desenvolveram em momentos decisivos, como exemplo a posição vacilante na greve de 2011 e o consentimento em adiar o congresso do ano passado, sem a discussão e deliberação da assembleia estadual. Não se trata de negar a participação, no sindicato, de pessoas ligadas às organizações políticas. Ao contrário, é importante que os trabalhadores se organizem politicamente. No entanto, não pode haver “aparelhamento” e/ou “atrelamento”. A autonomia e a independência do sindicato são imprescindíveis para a fidelidade deste instrumento aos interesses da categoria e da classe. Quando isso não acontece, os resultados são desastrosos. Exemplo disso foi a greve de 2011. Naquele momento havia disposição e força da categoria para impor uma derrota ao governo e conquistar o piso na carreira. Mas, a base do magistério é quem foi derrotada, com o achatamento da tabela salarial. A *crônica* dessa *derrota anunciada* começou a ser escrita quando houve um acordo nos bastidores entre os partidos do governo e a dita “oposição” petista. O fato do PSD ter se tornado base do governo Dilma influenciou no desfecho da greve. Em mais de uma assembleia geral, a posição majoritária da direção pelo fim da greve foi recusada pela base. Mesmo assim, tal objetivo foi construído nas regionais. Isso provocou uma divisão tão grande entre as mesmas, que já não importavam os encaminhamentos da assembleia geral. Mesmo sob forte protesto, o projeto de lei que destruiu a carreira do magistério foi aprovado na ALESC. Foi necessário o BOPE para tanto. Os professores saíram arrasados da “casa do povo”. Mas, em 2013, o novo presidente da ALESC, na época (Deputado Joares Ponticelli), relator do projeto de lei que destruiu nossa carreira, foi eleito com o voto do PT e do PC do B. A justificativa: O PP e o PSD são base do governo Dilma.

Avaliando a proporcionalidade: Cremos que o termo democracia deve ser problematizado e não descontextualizado da luta de classes. A democracia burguesa significa autoritarismo e autocracia para as classes trabalhadoras. Enquanto que a democracia proletária é encarada pelas classes dominantes como um desrespeito às leis, quando os trabalhadores exigem liberdade de organização, questionam a ordem de exploração dos de cima e reivindicam o que é seu por direito. Além disso, o que é mais democrático: um encaminhamento proporcional ou a decisão da maioria? Uma diretoria proporcional realmente garante a democracia interna ou a minoria é atropelada? Para não cairmos nas armadilhas das análises dualistas e, tampouco, ficarmos nas abstrações é necessário analisar a experiência da proporcionalidade no Sinte de forma concreta, ou seja, como realmente funciona e não como dizem funcionar. Em primeiro lugar, uma diretoria é eleita para dar consequência ao programa. Quando isso não acontece já temos um primeiro problema. É salutar que hajam diferentes tendências políticas e que todas participem da luta do magistério. No entanto, sabemos que elas geralmente possuem divergências. Em alguns casos, inclusive, são representantes da ideologia e do programa de partidos das classes dominantes, representadas no Estado e em governos. Quando as diferenças são pontuais, num processo de construção de chapa, por exemplo, através do debate e do respeito mútuo, pode-se chegar a um programa comum que deverá ser

aplicado caso seja eleito. Com a proporcionalidade uma direção possui projetos, muitas vezes opostos. Na prática, o que temos visto no Sinte é que não funciona. Enfim, com a proporcionalidade não se tem priorizado a construção de projeto político unitário e sim as vagas dos diferentes grupos políticos no corpo dividido da diretoria. Em síntese, a proporcionalidade na direção do Sinte tem institucionalizado a partidarização, a fragmentação e a divisão do movimento docente. A política da proporcionalidade tem contribuído para dissimular a luta de classes e para não deixar claro quem são os verdadeiros responsáveis pelas diferentes propostas, instaurando uma verdadeira confusão na base. A maioria chega à simples conclusão: a direção só briga, não tem unidade política. Nesta lógica, pode ser cômodo para quem é oposição manter tudo como está. Ou seja, *não vou mexer no “feudo” (regional) do outro que assim garanto o meu*. Diante dessa realidade, o Movimento Sinte Pela Base defende o fim da proporcionalidade no Sinte e a prioridade de construção de projeto político para nortear a categoria rumo aos seus verdadeiros objetivos.

Política Educacional: Só a concepção mais ampla de educação pode servir ao projeto emancipatório da classe trabalhadora, abrangendo espaços formais e não formais de educação, num processo que acompanhe toda a vida, da infância à velhice. Para Mészáros, *“o que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de interiorização, com todas as suas dimensões visíveis e escondidas .. para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir também aí uma reforma radical”*. **A ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. LEI DO PISO.** O valor do piso é calculado em cima do FUNDEB –. O valor do piso do MEC em 2012 foi de R\$ 1.451,00, calculado em cima do crescimento do fundo, na ordem de 22,22% em relação à 2011. (deveria ter sido de R\$ 1.937,26). Em 2013 foi para R\$1.567, depois do aumento de 7,97%. De acordo com a lei este aumento deveria ter sido 22%. Inclusive esta mudança foi ratificada pela CNTE/CUT, argumentando que foi por conta da crise, e que a categoria deveria também apertar os cintos. A atualização salarial de acordo com a lei deveria aumentar 19% em 2014, caso mantenha-se inalterada a Lei 11.738, que já encontra resistência de 27 governos que assinam documento defendendo apenas 7.7%. A posição da CNTE/CUT é uma incógnita, tende a negociar.

O “NOVO” PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE): Aprovado dia 25 de setembro, estabelece as metas das políticas educacionais. As metas 11 e 12 relativas à expansão da educação profissional técnica de ensino médio e da educação superior desobrigam o investimento no setor público e efetivam a expansão de matrículas, essencialmente, por meio de programas como o Pronatec , Fies e ProUni , devido à nova redação do parágrafo 5º do Art. 5º. Além disso suprime-se a estratégia 20.8, que demandava a complementação da União aos Estados e Municípios que não alcançarem, respectivamente, os valores do CAQi /CAQ isentando o Governo Federal de cumprir

com o estabelecido pelo parágrafo primeiro do Art. 211 da CF Segundo dados da Fineduca ,isso abonará a União de transferiro mínimo de R\$ 37 bilhões/ano aos entes federados.

POLÍTICA EDUCACIONAL EM SC: NOVO GOLPE NA CARREIRA E A

MERITOCRACIA: O achatamento da tabela, e a necessidade do "cumprimento" do PSPN são elementos que abrem caminhos para a implementação de um novo plano, já propagandeado pelo governo. O fato da atual situação da carreira não permitir maiores aumentos no vencimento fragiliza politicamente o magistério. Vemos que do nível A1 para o G7 havia em 2010 um aumento de 145% no valor do vencimento, caindo para 50% em 2013. A maioria dos professores, que se encontra nos níveis de graduação e especialização, não vê mais possibilidades de ter um aumento salarial. Para o "governo", que visualiza uma política a mais no controle do trabalho docente a situação é vantajosa. A parte mais pesada do orçamento relativo aos efetivos está nos níveis de graduação e da especialização(cerca de 75%). Para o governo esse grande contingente de professores nos níveis máximos, não permitem aumentos significativos no vencimento básico, já que comprometem grande parte do orçamento. Está indicada nessa nova política uma diminuição do percentual de aumento entre os níveis e referências, o que dá oportunidade para o governo conseguir conformar a política da meritocracia, pois se o professor não consegue grande aumento na remuneração, nem por tempo de serviço, nem obtendo nível de formação superior ao que possui, a proposta da remuneração por desempenho pode soar como possibilidade aos professores de obterem aumento salarial. **Terceirizações e privatizações:** Segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE) de SC, entre 2007-2011 enquanto os gastos correntes do Estado cresceram 47,76%, as despesas com terceirizados aumentaram 94,62%. O caso mais escandaloso é o da merenda. Uma auditoria feita pelo TCE relata que houve um aumento de 117% no custo do programa no período de 2008/2011 e de 143% no custo unitário médio por aluno/dia letivo. Além disso a Municipalização da educação como a desresponsabilização do Estado com o ensino; o sucateamento, fechamento de escolas e enturmação; a meritocracia como a institucionalização da violência e da barbárie; os ACTs e 2º professor como sinal da precarização do trabalho docente,bem como a já apontada terceirização dos professores temporários, numa condição ainda mais precária que os atuais ACT's; e a falta de eleições para diretor são seríssimas em SC.

DENÚNCIA: Estado não cumpre artigo 22 da lei do FUNDEB. Média salarial do magistério poderia ser de 3.740,59 reais! De acordo com relatório publicado pelo FNDE/MEC, em 2013, o Estado de Santa Catarina receberá, na sua conta/FUNDEB, um total equivalente a R\$ 1.729.087.041,63 (um bilhão, setecentos e vinte e nove milhões, oitenta e sete mil, quarenta e um reais e sessenta e três centavos).Segundo dados da Sed (outubro/2013), o sistema estadual de

educação básica era constituído de 21.910 turmas de alunos de 20 horas semanais (considerando-se em dobro as turmas de tempo integral e excluídas as turmas do CEJA que tem uma política especial), com uma média de 24 alunos por sala de aula. Com esse quadro de turmas, o estado é obrigado a garantir a oferta de 438.200 horas/aula de modo que nenhuma turma fique a descoberto. Para assegurar a presença de professor em todas as salas de aula o estado teria que ter, em exercício, 13.694 professores de tempo integral (considerando 32 horas/aula, mais 08 horas/atividade). Tendo em vista os índices históricos relativos aos afastamentos de sala de aula (noutras funções, licenças prêmio, licenças gestação, licenças para tratamento da saúde do professor ou de pessoa da família), o quadro de professores deve ter um incremento de 20% com a finalidade de que todas as salas de aula tenham professor ($13.694 + 20\% = 16.433$). Tomando-se por base o montante de recursos do Estado na conta FUNDEB, o número de turmas do sistema na Educação Básica e número de professores necessários, fica evidenciado que o governo estadual não cumpre o artigo 22, da Lei do FUNDEB. "Os 60% que vai para servidores de R\$ 1.729.087.041,63 correspondem a R\$ 1.037.452.224,98. Considera-se o estado cumpre o "art. 22" sempre e quando utilizar esses recursos para pagamento de 12 meses de salário, 13º salário, 1/3 de férias e, aproximadamente, 21% relativos aos encargos sociais (contrapartida patronal) incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais do magistério em efetivo exercício. Sendo assim, os R\$ 1.037.452.224,98 ficariam:

<i>60% do FUNDEB</i>	<i>12 Meses de Salário</i>	<i>13º Salário</i>	<i>1/3 Férias</i>	<i>Encargos Sociais</i>
1.037.452.224,98	737.628.531,96	61.469.044,33	20.489.681,44	217864967,25

Considerando que o estado, para cumprir a Lei do FUNDEB, mensalmente, com os membros do magistério em efetivo exercício, estimados 16.433 profissionais de tempo integral, deveria aplicar R\$ 61.469.044,33, pode-se afirmar que a remuneração média de um membro do magistério (na metade da carreira), com 40 horas semanais (32+08) deveria ser de, no mínimo, R\$ 3.740,59 (três mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos). Sabendo que o estado, em 2013, deverá receber R\$ 2.243,71 para cada aluno matriculado na Educação Básica (DOU, de 31.12.2012), e levando em conta que as turmas do sistema estadual têm um número médio de 24 alunos, façamos outra simulação. O trabalho de um professor, com 40 horas semanais, de 02 turmas das séries iniciais, cada uma com 24 alunos, totalizando 48 alunos, ao longo do ano, rende para a conta FUNDEB do estado um montante de R\$ 107.698,08. Caso 60% desse valor fosse utilizado para remunerá-lo, sua remuneração média (se estivesse na metade da carreira) deveria ser de R\$ 3.813,67, senão vejamos o quadro a seguir:

<i>60% do FUNDEB</i>	<i>12 Meses Salário</i>	<i>13º Salário</i>	<i>1/3 Férias</i>	<i>Encargos Sociais</i>

64.618,85	45.944,00	3.813,67	1.276,22	13.569,96
-----------	-----------	----------	----------	-----------

Ademais, registre-se que o governo do estado, há anos, não cumpre o dispositivo constitucional que lhe determina aplicar 25% de sua receita em Educação. Manipulam-se as contas públicas para parecer que se cumprem os mínimos legais; maquiagem-se as estatísticas oficiais com a finalidade de vender uma realidade que não existe. Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado se manifesta nos seguintes termos: “A situação é recorrente, e, somente no período de 2008 a 2012, esses valores somaram R\$ 1,23 bilhão, que deixaram de ser aplicados no sistema educacional catarinense. Vê-se que, no quinquênio 2008/2012 deixou-se de aplicar a quantia de R\$ 1,23 bilhão, que corresponde ao montante não cumprido pelo Estado na época própria, com gastos mínimos em MDE no período.”

PLANO DE LUTAS 1. Debate e lutas por propostas estratégicas para a educação brasileira e catarinense: - Desmercantilizar e reformar profundamente a educação. - Construir as condições para a formação de uma educação universal, pública, gratuita, laica, crítica, criadora e voltada à transformação e emancipação social. - Construir um Congresso Nacional de Educação, envolvendo a comunidade escolar, sociedade e movimentos sociais, para debater e formular uma proposta nacional de reforma da educação básica, para a qual propomos alguns elementos: implantar, emergencialmente, o Sistema Nacional de Educação, com vistas a garantir a possibilidade da criança ingressar e prosseguir na escola até a conclusão do ensino médio. Assim como o SUS, o Sistema Nacional de Educação deve ser previsto em lei, como uma política de Estado e não de governos conjunturais, pondo fim a descontinuidade das políticas educacionais. - Financiamento: imediato investimento de, no mínimo, 10% do PIB na educação e ampliação do percentual para a educação dos entes federados; fim da aplicação de recursos públicos e estatais em medidas de capitalização das indústrias privadas de ensino, com destinação exclusiva de verbas orçamentárias às instituições de educação pública; fim de qualquer forma de privatização e terceirização da escola; fim da desresponsabilização do Estado para com a Escola Pública. - Contra municipalização da educação. - Ampliação imediata das vagas na educação infantil, com vistas a universalizá-la. - Erradicação imediata do analfabetismo. - Garantia, com qualidade, da Educação de Jovens e Adultos, como modalidade, enquanto existir sua necessidade social, na rede oficial de ensino estatal. - Garantia da educação pública nas comunidades de povos originários (como indígenas e quilombolas) e nos assentamentos. - Articular a educação profissional com a educação básica, com vistas a formação crítica, criadora e voltada a formação de um trabalho emancipador. - Implantação da educação básica integral, ocupando-se uma parte do tempo com reforço do processo de aprendizagem realizado no turno e outra parte em atividades de vivência integral entre os educandos, com garantia de alimentação, acompanhamento médico-odontológico e psicológico, cultura, esporte e recreação. - Reforma da estrutura física das escolas, adequando-as às necessidades da educação integral, tornando-as salubres, acessíveis e com uma estrutura completa de biblioteca,

laboratórios, salas informatizadas e ambientes apropriados para a alimentação, esporte e confraternização entre toda a comunidade escolar. - Ampliação do número de escolas, com vistas a universalização da educação básica. - Fornecimento gratuito de todo o material básico necessário para o desenvolvimento do ensino e produção de conhecimentos na escola. - Fornecimento de alimentação orgânica e gratuita para toda comunidade escolar, fornecido por produtores locais e regionais, com vistas à alimentação saudável e ao incentivo da produção dos pequenos agricultores e maricultores.- Reforma dos parâmetros curriculares nacionais visando a superação da educação voltada ao capital. **2. Lutas por piso na carreira, efetivação dos trabalhadores em educação e cumprimento da lei do FUNDEB:-** Pela reconstrução da carreira! Pela efetivação da lei do piso! Pelo respeito ao limite máximo de ACTs de 10%! Por concursos periódicos! -Imediato cumprimento da lei do FUNDEB! - Debater e encaminhar a construção de leis e PECs de iniciativa popular, com vistas a transformar o ensino público em serviço essencial e valorizar os trabalhadores em educação. **3. Lutas por condições dignas de trabalho e valorização profissional com:** - Redução da jornada de trabalho, sem perda salarial; - Implantação imediata de 1/3 de hora atividade (tendo como referência a hora-aula); - Implantação de 50% de hora atividade; - Garantia da aposentadoria especial no magistério; - Concurso público permanente para repor o quadro efetivo e combater a todas as formas de precarização do trabalho, entre elas, o trabalho temporário; - Estabilidade para o ACT durante o ano; - Formação teórica e didático-pedagógica permanente, garantida pelo Estado em instituições públicas. - Formação de professores especializados para o atendimento de estudantes portadores de necessidades especiais (2º professor). Valorização destes profissionais e regularização dos seus contratos de trabalho; - Limitação do número de alunos por sala, de acordo com as condições didático-pedagógicas. - Política de prevenção e atenção da saúde dos trabalhadores em educação. - Garantir o recesso escolar no mês de julho.**4. Lutas por gestão democrática nas escolas:** - Eleição direta (com voto universal) para diretores de escola, Associação de Pais e Mestres, e Conselhos Escolares; a formação de grêmios estudantis livres e autônomos; livre organização e acesso dos sindicatos de trabalhadores em educação nos espaços de trabalho; autonomia das instituições educacionais, pondo fim ao controle da burguesia sobre a educação, contra a ingerência do Estado. - Articulação com os movimentos sociais do campo e da cidade para construir a gestão democrática nas escolas. **5. Por mudanças no Sinte:-** Debater a necessidade de construção de uma “central das classes trabalhadoras” autônoma, independente e classista no Brasil, com vistas a superar o sindicalismo de Estado e reorganizar o movimento de trabalhadores para a transformação social; - Desfiliação do Sinte da CUT; -Fim da política de proporcionalidade no Sinte; -Congressos amplamente debatidos e construídos nas bases; -Cursos de formação regionais sobre o funcionamento da sociedade capitalista, suas crises e suas consequências para a educação;

história e teoria do sindicalismo brasileiro; teoria da educação para além do capital; conjuntura e lutas.

X Congresso do Sinte – Santa Catarina

Tese da Corrente Sindical Esquerda Marxista

1. Conjuntura

O Brasil e o mundo

Estamos em uma situação mundial muito próxima do que foram os anos 30 do século XX. Uma crise econômica para a qual a burguesia não tem saída imediata, revolta aberta das massas de um país a outro. O traço dominante da situação é que as massas resistem e impõem uma relação de forças internacional favorável às suas lutas.

A burguesia não tem hoje nenhum partido com capacidade de enfrentar as massas, derrotá-las nas ruas e impor uma virada em direção à contrarrevolução, como os partidos nazistas, por exemplo. Os velhos aparatos que controlavam a classe trabalhadora, e que impediram na década de 30 que as massas derrubassem o capital, o aparato internacional stalinista e a internacional socialdemocrata, ou já não existem, ou já não tem mais a capacidade contrarrevolucionária que tinham de controlar as massas.

A cada momento reafirma-se a concepção marxista de que a classe operária é a classe fundamental na sociedade capitalista e que ela é a única classe conseqüentemente revolucionária. Assim como se reafirma a compreensão de que a juventude é a primeira corda que vibra ao som da revolução. As grandes manifestações de junho fizeram tremer a burguesia e os reformistas dirigentes das organizações de massa, assim como todo o governo. As próximas mobilizações, quando entrarem em cena e tomarem as ruas, os batalhões pesados da classe operária vão sacudir o Brasil de alto a baixo.

Após as grandes manifestações, a repressão policial e as provocações da extrema direita, o simples anúncio da mobilização geral do dia 11 de julho, convocada pelas centrais sindicais, varreu das ruas os provocadores, que apoiados na polícia infiltrada, atacavam as bandeiras vermelhas. A burguesia teme, e com razão, as massas enfurecidas. Se ela tentou a manobra de tentar virá-las contra “os

vermelhos”, rapidamente mudou de tática e sumiu das ruas quando viu a resistência organizar-se. A classe operária brasileira não está derrotada e ainda se sente forte das vitórias alcançadas.

A burguesia, é verdade, gostaria de ter “governos fortes”, capazes de praticar a brutalidade necessária para a imposição de seus planos de ajuste, que procuram jogar a crise nas costas da classe trabalhadora. Mas, o seu problema é que ela não consegue as condições políticas para tal e as revoltas generalizam-se pelo mundo. Países nos quais reinava uma “estabilidade social” como a Suécia, ou uma dita “democracia forte” como a Turquia, explodem em revoltas que todos os seus analistas classificam como “inesperadas”. Como “inesperada” foi a revolta dos jovens no Brasil, num país em que a presidente detinha mais de 60% de aprovação ou a segunda onda da revolução egípcia que derrubou o governo islamita.

Sim, para os analistas da burguesia tudo é “inesperado”, porque tudo o que desejam é tranquilidade para seguir com os negócios e não entendem de onde vem a fúria popular contra “tudo que está aí”. A questão só não se resolve por que os partidos e organizações que a classe trabalhadora reconhece como seus estão empenhados em manter o capital e são o maior sustentáculo do mesmo.

As manifestações populares contra o reajuste das tarifas de transporte público foram enfrentadas inicialmente pelos governantes com repressão pura e dura. A repressão desatada nas manifestações (13/06/2013) se constituíram em um marco histórico. A polícia realizou uma verdadeira operação de guerra contra a população. Mas, ao invés de acabar com as manifestações, a repressão encontrou resistência e se chocou com uma impressionante solidariedade de toda a população. Já no dia seguinte a burguesia e os governantes foram obrigados a tratarem de outra forma a situação.

Desde então, uma nova situação política se abriu no Brasil. A reação popular foi magnífica e com manifestações gigantescas tomaram as cidades e impuseram um recuo aos governantes.

O Sinte e as mobilizações

Em momentos revolucionários os sindicatos têm um importante papel.

O mal estar da civilização, a falta de perspectivas, a angústia de viver no inferno capitalista que só organiza catástrofes, veio à tona e não vai desaparecer de cena com discursos demagógicos dos governantes. O ódio contra um sistema que nada mais oferece às massas que sofrimento sem fim, se

expressa na revolta da juventude e na simpatia popular. Os 20 centavos foram apenas a gota d'água. É o capitalismo que não tem saída.

São os partidos de direita que nada tem a dizer à juventude e aos trabalhadores. São os partidos de esquerda, em primeiro lugar o PT, o PCdoB, que chegam aos governos e governam como todos os capitalistas. E cantam glórias ao avanço do capital internacional sobre a nação e a classe trabalhadora, distribuem o dinheiro público e continuam as privatizações, enquanto se vangloriam de ter tirado 40 milhões de brasileiros da miséria porque aumentaram a renda destes deserdados para cima de R\$ 70,00/mês. Setenta reais!

Quem pode culpar a juventude porque tem ojeriza dos atuais partidos, que não se sinta representada por eles e seja manobrada pela burguesia, que quer exatamente afastar a revolta juvenil da saída política necessária?

Governantes, a burguesia e sua mídia, dirigentes partidários reformistas e sindicalistas colaboradores da burguesia, todos estavam surpresos e em pânico. Eles não estão entendendo nada do que se passa nas ruas.

Até ontem eles não se cansavam de recitar que o Brasil era a 5ª potência mundial, o PIB crescia, não havia mais miseráveis, os pobres e os trabalhadores estavam “virando classe média” e que mais capitalismo era igual a mais felicidade. As ideias socialistas estão mais vivas do que nunca. É preciso que construamos organizações fortes, capazes de mudar o mundo.

Por outro lado, nossos sindicatos estão intactos em todo o Brasil. Se por um lado cresce a repressão, por outro crescem as greves e os filiados nos sindicatos. É hora de nos organizarmos, de fortalecermos o Sinte. É hora de tomarmos em nossas mãos nossos destinos.

Em Santa Catarina - o governo Raimundo Colombo

Em 2011 retorna à chefia de governo do estado de Santa Catarina o velho PFL, que virou DEM e depois muitos de seus membros migraram ao PSD, mantendo sempre a velha política, tendo Raimundo Colombo como governador.

Raimundo Colombo governa com o PSD, com o PP de Amin, com o PMDB de Luiz Henrique da Silveira e constantes visitas a Brasília onde é tratado como aliado do Governo Dilma Rousseff.

Não é preciso prestar muita atenção às ações de governo, ou mais propriamente à ausência de ações, para perceber que há uma completa continuidade do governo anterior do PMDB, inclusive com as trinta e seis secretarias regionais que atualmente consomem alguma coisa em torno de 700 milhões de reais por ano, sem qualquer tipo de resultado com relação às reivindicações da população catarinense, pois são apenas e tão somente aparatos eleitoreiros para acomodação dos 'amigos do rei' e de controle dos governos municipais.

O resultado palpável é a perda de leitos em hospitais e sua entrega às chamadas 'organizações sociais', que nada mais é que a privatização de um serviço público essencial.

Na educação diariamente temos notícias de escolas fechadas por absoluta falta de condições de funcionamento, ora fechadas pela vigilância sanitária e outras vezes por simples falta de segurança para os alunos.

Com relação ao número de professores, dados de março de 2011, da Diretoria de Desenvolvimento Humano, órgão da Secretaria do Estado da Educação, contabilizavam 21.979 professores efetivos e 16.370 professores ACTs, os quais representam, portanto, 43% dos professores da educação básica estadual, em evidente precariedade do quadro do magistério estadual.

Neste aspecto é preciso que se faça um destaque: o que o governo do estado de Santa Catarina faz com os professores e suas carreiras é um crime, pela completa ausência de valorização do magistério, situação que inevitavelmente se refletirá na qualidade do ensino fundamental e médio.

Em outras palavras, temos um governo estadual que privilegia descaradamente os chamados empreendedores, ou seja, o capital, ao invés de investir em serviços públicos essenciais que ponham fim ou mesmo diminuam o sofrimento da população trabalhadora.

O processo de privatização do atual governo do estado, em continuidade ao anterior, pode ser verificado pela aplicação do denominado Fundo Social, na medida em que seus recursos financeiros, em grande parte, são utilizados para os convênios com a iniciativa privada para que esta preste serviços que deveriam ser mantidos pelo setor público, e ainda pelo processo de sucateamento de prédios, equipamentos e carreiras dos servidores, para posteriormente apresentar a privatização como remédio para todos os males, sem falar no processo contínuo de municipalização e até entrega de escolas públicas para empresas e entidades empresariais.

Diga-se ainda que o problema não é a falta de dinheiro, mas a opção política de sua aplicação. Santa Catarina, muito embora um estado pequeno do ponto de vista de sua área territorial, tem um PIB correspondente a 4% do PIB nacional, algo em torno de 130 bilhões de reais.

Logo, o que é preciso é romper a lógica da subordinação e passar ao protagonismo. Neste sentido o Sinte, juntamente com vários outros sindicatos, precisa ser fortalecido.

Nossos sindicatos podem cumprir um papel decisivo na luta de classes, foi para isso que construímos nossos instrumentos de luta, é para isso que temos que usá-los. À luta companheiros!

2. Política Educacional

Na última década vimos a educação passar por significativas mudanças. Quando saímos da ditadura militar o que se esperava era que a educação pública, para todos e em todos os níveis fosse um dos pilares da democracia, mas a realidade nos trouxe outra história. Dia após dia vemos nossas escolas sendo destruídas, fechadas, abandonadas e entregues à iniciativa privada. A precarização é tanta que os cursos de licenciatura têm sido abandonados.

É preciso romper com o engodo do Plano Nacional de Educação, dos Conselhos de Educação, das mesas tripartites. A luta de classe está mais viva do que nunca e não há planos para fazermos junto com os governos. Nossos planos são por uma escola pública e gratuita em todos os níveis. Os governos querem o fim disso. Todos esses planos tem servido tão somente para confundir nossos companheiros e homologar políticas governamentais. Temos que romper com a política de colaboração de classes, que começemos no Sinte.

Outra medida é contrapor a política da RBS: A educação quer mais: mais escolas públicas, mais salários, mais merenda, mais quadras de esporte, mais bibliotecas... Queremos muito mais.

Precisamos combater o desmonte do currículo do ensino médio. A escola tem função de socializar o que a humanidade acumulou. Não é possível aprender se os currículos não tiverem unidade, ou seja, continuidade. É preciso unidade curricular; é preciso escola integral com qualidade; é preciso tudo e não pela metade. É preciso que nosso sindicato se transforme em uma ferramenta de luta, de sustentação da nossa categoria.

Contra a flexibilização da grade curricular!

Contra a privatização da educação!

Fim da colaboração entre sindicato e governo!

3. Política Sindical

O contexto para o próximo período exige do movimento sindical respostas firmes e objetivas para os problemas da classe trabalhadora. Ou construímos uma direção de luta e comprometida com a classe ou corremos o risco de perdermos o momento histórico de mudanças pelo qual estamos passando.

Para enfrentarmos os ataques do governo do estado que não reconhece a Lei do Piso Nacional, mantém as escolas com estrutura física sucateada, fecha escolas, municipaliza, impõe um calendário escolar desumano, ataca direitos históricos da categoria, precisamos nos organizar, fortalecer todas as entidades criadas na luta dos trabalhadores.

O Sinte é um exemplo claro de uma destas entidades, e para que ele cumpra com seu papel, precisamos urgentemente da ampliação do número de liberações sindicais. Um sindicato forte precisa ter sua entidade mantida por seus filiados e uma direção que tenha estrutura humana de mobilização.

O nosso sindicato não tem essas estruturas. Temos poucos liberados em nível estadual e nada para as regionais. O Sinte precisa de quadros sindicais liberados de fato de seus postos de trabalho e trabalhando para a organização da categoria, impulsionando nossa luta diariamente.

A atual direção do Sinte parece conformada com as liberações atuais rateadas entre a executiva estadual e com migalhas às regionais. Não se vê uma luta pelo aumento de liberações, ou seja, parece que está tudo bem, que não precisamos organizar nas bases.

É preciso lutar pela ampliação do número de sindicalistas liberados na estadual e em todas as regionais do estado. É preciso fortalecer a entidade em cada centímetro deste estado. É preciso que o sindicato tenha condições reais de discutir com a categoria.

Política de filiação e Fim do Imposto Sindical

A contribuição sindical é um imposto criado na década de quarenta com o objetivo de sustentar as estruturas sindicais sem a participação dos trabalhadores e atrelar as direções diretamente ao governo. O exemplo tomado do fascismo italiano criou uma aristocracia sindical em nosso país, capaz das mais profundas traições.

Defendemos o fim do imposto sindical e, enquanto ele existir, a sua devolução a todos os trabalhadores, filiados ou não. Somos contra, também, a infame taxa negocial que nada mais é do que um imposto sindical às avessas, travestido de falsa democracia. O que tem de sustentar o sindicato são as mensalidades voluntárias pagas pelos sócios. É preciso que discutamos com cada trabalhador da educação a necessidade de filiação, a necessidade de que somente os trabalhadores sustentem o sindicato. Não queremos nenhum centavo de nenhum governo e queremos todos os trabalhadores da educação filiados ao Sinte. Essa é nossa luta!

O SINTE e a CUT

Hoje, mais do que nunca precisamos manter e ampliar a unidade no movimento sindical. O isolamento político leva inevitavelmente à degeneração e à inatividade.

A CUT, pela sua história e pela sua estrutura, é a única central capaz de organizar de fato o conjunto dos trabalhadores desse país. E o SINTE pode jogar um papel importante nesse momento, mantendo sua filiação à CUT. Desta forma não apenas fortalece a Central, mas ajuda no debate político necessário para que a direção dê um passo à frente, superando as longas discussões intermináveis das negociações nos fóruns e mesas tripartites e volte sua atenção à organização dos trabalhadores desde a base. Na outra via, a experiência acumulada pela CUT ao longo de três décadas de luta vai contribuir de maneira imensurável para a organização dos trabalhadores do ensino público no estado de Santa Catarina.

Sempre fizemos o combate e denunciemos as armadilhas criadas pela direção majoritária da CUT. Por outro lado, entendemos que a proposição de desfiliação não ajuda em nada o conjunto da classe trabalhadora. Muito pelo contrário. Fragmentar a nossa classe, pulverizando o movimento sindical em diversas e pequenas “centrais” só interessa ao governo e ao capital. É preciso disputar a Central e unificar a luta, esse é o caminho.

Companheiros, não caímos nessa armadilha. Quando o governo Lula “reconhece” as centrais em 2007, para fins de partilha do imposto sindical, estava plantando a cisão do movimento, pois era sabido que diversas organizações políticas sairiam ansiosas criando suas próprias centrais sindicais, na ânsia de pôr a mão em parcela do dinheiro do famigerado imposto e isso aconteceu.

Não vamos tapar o sol com a peneira. A desfiliação da CUT é uma medida que causa o isolamento e a divisão. Vários agrupamentos acusam os cutistas de atrelamento político, mas na prática são comprometidos com seus partidos, a ponto de querer romper com a CUT para poder fortalecer a central que impulsionam.

Companheiros, não podemos nos ater à burocracia. O que a classe trabalhadora precisa, acima de tudo, é unidade e bons instrumentos de luta. Quando uma direção degenera, nosso papel é ajudar a varrer os que se adaptaram, “botar sangue novo” e retomar o movimento para a luta em defesa da emancipação dos trabalhadores. Rompendo o movimento agimos exatamente de acordo com os interesses daqueles que querem, a qualquer custo, aniquilar o poder de organização e luta dos trabalhadores.

Nossos compromissos de luta

A CUT, a CNTE e o SINTE jogam um papel decisivo no combate à precarização dos serviços públicos implementada pelo governo. É preciso combater severamente a entrega da saúde às OS’s – empresas travestidas de “organizações sociais”. É preciso frear a privatização, mesmo que travestida e rebatizada de “concessão”.

É preciso fazer avançar a aplicação da Lei do Piso do Magistério na rede pública, pois ela traz avanços na carreira e na qualidade do ensino. Para isso é necessário unidade nacional em torno da reivindicação. A CUT deve organizar uma greve geral no país pela aplicação da Lei do Piso. É isso que o SINTE deve defender nas instâncias da CNTE e nas instâncias da CUT.

Por fim, companheiros, a luta de classes está mais viva do que nunca. O ataque a uma categoria é um ataque ao conjunto dos trabalhadores. A vitória de uma categoria é a vitória de toda a nossa classe.

Contra o isolamento.

Viva a unidade da classe trabalhadora!

Manutenção da filiação do Sinte à CUT!

4. Plano de lutas

Precisamos manter e ampliar nossas bandeiras históricas de luta:

- ✓ Nenhum direito a menos, contra a “reforma” da CLT que retira direitos;
- ✓ Contra a criminalização dos Movimentos Sociais;
- ✓ Contra todas as privatizações e aquelas via organizações sociais (OS’s);
- ✓ Reforma agrária dirigida pelos trabalhadores;
- ✓ Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários;
- ✓ Estatização da previdência – Previdência Pública para todos;
- ✓ Reverter a reforma da previdência dos servidores;
- ✓ Contra a desoneração da folha de pagamento;
- ✓ Proibir as demissões imotivadas;
- ✓ Acabar com o imposto sindical, sem contribuição negocial;
- ✓ Cumprimento integral e imediato da Lei do Piso Nacional do Magistério;
- ✓ Contra a municipalização do ensino fundamental;
- ✓ Contra a flexibilização da grade curricular do ensino médio;
- ✓ Ampliação do número de liberações para o Sinte;
- ✓ Defesa do Sinte filiado à CUT;
- ✓ Contra o fechamento de turmas e reenturmação;
- ✓ Revogação imediata do decreto que trata da progressão funcional;
- ✓ Pela alteração de carga horária definitiva;
- ✓ Contra o sucateamento das escolas;
- ✓ Contra o fechamento de escolas públicas;
- ✓ Defesa da Educação Pública e Gratuita para todos em todos os níveis.

Assinam esta tese os nomes abaixo:

Clarice Erhardt - Coordenadora Regional Joinville e militante da Esquerda Marxista

Claudio Fernando Silva - Diretor Jurídico Regional Joinville e militante da Esquerda Marxista

Maritania Camargo – Diretora de Organização Regional Joinville e militante da Esquerda Marxista

Maria da Consolação pereira Osório – Conselheira SINTE/SC pela Regional Joinville e militante da Esquerda Marxista

Sidenara Terezinha Valentim Sartori – Diretora Financeira Sinte Joinville

Josiano Godoi - Suplente de direção regional Joinville e militante da Esquerda Marxista

TESE RESISTIR E CONQUISTAR X CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE-SC: POR UM SINDICATO FORTE UNIFICADO E ATUANTE

A Tese Resistir e Conquistar: A categoria em 1º lugar! organizou-se, com base no acúmulo da luta sindical dos que a assinam, por um debate de ideias e um programa constituído, a partir de sonhos, princípios inegociáveis e experiências vividas, no conjunto da nossa categoria.

A somatória desses fatores nos deu a condição necessária, para escrever uma tese com representação estadualizada, com concepção plural e a clareza de que o Sindicato é um importante instrumento, em nossa luta diária, tendo o dever de ser independente dos governos, patrões ou partidos.

1. ANÁLISE DA CONJUNTURA

1.1. CONJUNTURA INTERNACIONAL: A CRISE, PARA ONDE VAMOS?

Realizamos o X Congresso do SINTE/SC em meio a uma crise que aos poucos vai reconfigurando a correlação de forças entre potências econômicas a nível mundial.

Ao mesmo tempo em que o EUA a maior economia do mundo corre o risco de ficar sem dinheiro para pagar suas dívidas, se os(as) congressistas americanos(as) não aprovarem o aumento do teto da sua dívida o mundo poderá assistir ao primeiro calote da história. O FMI já alertou: um calote americano teria consequências para toda a economia mundial – que ainda se recupera das turbulências de 2008.

Mesmo assim, sua postura de império transcontinental continua, com a criação da chamada 4ª frota marítima para policiar o Oceano Atlântico, costas brasileiras e africanas seu prestígio e determinismo está cada vez menor diante da comunidade internacional, a política intervencionista no Oriente médio, vive um momento bastante tenso e uma possível intervenção americana na Síria, terá consequências sérias. O golpe militar no Egito e os protestos contra e a favor do presidente eleito tiveram como consequência, a ocorrência de centenas de mortes. Na África subsaariana, vários conflitos estão ocorrendo, mas a grande mídia internacional não dá nenhuma importância ao fato.

A velha Europa tenta sobreviver de sua tradição, com governos cada vez mais conservadores a exemplo da Alemanha, que reelegera Merkel. Mesmo os governos ditos de esquerda, buscam enfrentar a crise aplicando medidas neoliberais com receitas que levam os países à bancarrota e deixam a população cada vez mais vulnerável.

OS chamados BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China), vislumbram uma oportunidade para se posicionarem melhor internacionalmente e aos poucos vemos surgir um novo império desta vez, asiático, com características bem peculiares a China. Socialista na estrutura de governo aplica os fundamentos da economia capitalista, com superexploração dos (as) trabalhadores (as).

Nesta nova configuração do ponto de vista do trabalho, também temos problemas. Apesar da recorrente disposição de manifestação e contestações por parte da população, em especial os (as) trabalhadores (as), a exemplo do que ocorre na Espanha, Portugal, Grécia, há uma carência de organizações sociais fortes, capazes de coordenar e canalizar essas forças, no sentido de propor uma nova sociedade,

Na Europa, berço do sindicalismo moderno, vemos um movimento sindical em parte cooptado, perdido na burocracia, e outro, de ultra esquerda, que não consegue representar a classe trabalhadora. Na China os sindicatos são um apêndice do estado. Nos EUA, o movimento sindical nunca deslanchou. No mundo Islâmico o movimento político se mistura com as crenças religiosas, dificultando a organização. Desta forma os movimentos mais importantes surgidos a nível mundial nos últimos anos se tornaram manifestações espontâneas, que não se configuraram em lutas permanentes e com pouca possibilidade de vitória para a classe trabalhadora moderna.

O momento é de instabilidade e insegurança e vivemos um tempo em que a ecologia apresenta claros indicadores de esgotamento das condições objetivas de sobrevivência do modo de produção baseado no consumo e exploração sob o risco de tornar o planeta humanamente inviável.

Precisamos nos questionar sobre qual o modelo de organização política da luta dos (as) trabalhadores (as) a nível internacional que tenha capacidade de fazer frente ao capitalismo.

Na América Latina, desde as décadas de 60 e 70 não se vislumbrava um avanço real do socialismo como temos presenciado nos últimos anos. Essa é a resposta ao neoliberalismo implantado no mundo nas décadas finais do século passado pelas medidas econômicas adotadas pelo FMI para esses países aprofundando a miséria, o desemprego e a desigualdade social. As lutas no continente, movimentos contra a globalização, os fóruns governamentais como a ALBA, não governamentais como o Fórum Social Mundial, a resistência dos (as) indígenas, e do povo cubano, e a eleição de governos de esquerda, levaram o quadro político da região a uma mudança qualitativa importante. Tanto na América Central como na América do Sul, a movimentação geopolítica dos Estados Unidos na disputa por áreas de influência econômica e militar na região continua, com países alinhados a Washington, tais como, México, Colômbia, Paraguai e grande parte da América Central. Governos de característica social-liberal, com discurso progressista e popular, se contradizem, pois privilegiam o capital financeiro pela adoção de medidas capitalistas de mercado. Outros combatem estas práticas econômicas com medidas que atendem aos interesses nacionais, dentre eles a Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Peru, Nicarágua. Por outro lado, temos países latinos americanos que se colocam contrários ao imperialismo dos Estados Unidos, como Cuba, Venezuela, Bolívia e Equador. Em síntese, o neoliberalismo não está vencido, e a superação deste sistema passará por várias etapas difíceis de luta e reorganização de forças no cenário nacional.

1.2. CONJUNTURA NACIONAL.

Felizmente o Brasil rompeu com a cartilha do FMI num momento estratégico, quando os EUA gestionavam a ALCA e se lograssem êxito, colocariam o Brasil em situação semelhante à Grécia em relação aos países centrais da Europa.

Este rompimento possibilitou que os Governos de Lula e Dilma, nos tornassem mais independentes dos EUA, com investimentos na economia, mudança no perfil da dívida externa, valorização da moeda, manutenção das reservas cambiais para enfrentar a desvalorização da economia internacional, promoção e distribuição de renda, aquecimento do mercado interno com manutenção do consumo e produção. Isto evitou que sucumbíssemos como muitos países, mas não nos tornou imunes aos efeitos dos rearranjos internacionais.

Apesar desta independência econômica, a política cambial, aliada aos altos juros, nos deixa pouco competitivos no mercado internacional, fator que vem colocando nossa balança comercial em situação desfavorável, pois ainda exportamos commodities de baixo valor agregado e importamos produtos de alta tecnologia, mazelas históricas de nossa política produtiva. Se não aproveitarmos a possibilidade de desenvolvimento e modernização industrial na extração do óleo do pré-sal, o país poderá ficar fora da rota produtiva internacional.

É inegável que os governos Lula e Dilma, se diferenciaram dos governos anteriores por promover: 1) diversificação do mercado internacional; 2) fortalecimento das estatais e investimentos como o PAC; 3) fim da dependência relativa à dívida externa; 4) maior distribuição de renda através do aumento do salário mínimo, programa bolsa família, aumento do emprego e outros programas sociais.

Apesar dos resultados positivos para a população brasileira, a alteração na lógica capitalista continua não avançamos nas reformas de base e alterações estruturais, como a realização da reforma agrária, e a reestatização de setores estratégicos como as telecomunicações, a Vale do Rio Doce, a geração e distribuição de energia elétrica, reforma fiscal, reforma política e outras medidas necessárias para uma nova configuração na política econômica do país. O efeito para os (as) trabalhadores (as) continua sendo a manutenção da grande desigualdade social, dificuldade nos avanços das negociações trabalhistas e menos investimentos em políticas públicas.

Para contrapor essa lógica, a união dos sindicatos é fundamental no sentido de definir pautas políticas, planejar estratégias a longo e curto prazo que evitem reveses nos direitos dos (as) trabalhadores (as), e propor leis para avançar nas lutas como: a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário, aplicação dos dez por cento do PIB na educação pública, reforma política e tributária e a taxação das grandes fortunas, entre outras.

1.3. CONJUNTURA ESTADUAL

Em 2014, precisamos construir uma alternativa política para Santa Catarina. Não podemos mais aceitar governos sem compromisso com o serviço público e conseqüentemente com a população. O

governo Colombo é a continuidade do governo LHS, com a lógica de desmonte do estado privilegiando o empresariado como a instalação da BMW no norte do estado. Enquanto isso os (as) servidores (as) públicos estaduais vem acumulando perdas por essa política de privilégios, a exemplo das SDRS, cabides de emprego, para seus cabos eleitorais e apadrinhados (as) políticos. Janeiro, data base dos (as) servidores (as) públicos instituída pelo governo pela lei 15.695/11, que Colombo insiste em não cumprir alegando falta de dinheiro, apesar do constante aumento da arrecadação e com a conivência dos conselheiros do TCE que compactuam com a mentira sem tomar nenhuma providência, como é o caso da não aplicação dos recursos do FUNDEB na educação.

Com as privatizações da CASAN foram desviados milhões de reais, tornando os serviços de água e esgoto em Santa Catarina um grande balcão de negócios, entre políticos e empreiteiras, desde o ano 2002. O desmonte de empresas públicas é a tônica do governo como a EAGRI, CIDASC, COHAB, CIASC, CODESC, entre outras. As terceirizações continuam na merenda escolar pagando milhões para empresas suspeitas, que fornecem merenda de baixa qualidade a milhares de estudantes catarinenses. Na CELESC, de janeiro a julho deste ano, o governo já gastou 134 milhões de reais com as terceirizações. Dessa forma Colombo expõe e penaliza cada vez mais os (as) trabalhadores (as), precariza as relações de trabalho, com assédios, riscos a saúde, à segurança, além dos baixos salários.

2.1. POR QUE DEFENDER A CUT

A CUT é o resultado do processo histórico de Ascenso das lutas populares (CONCLAT) que teve início na segunda metade da década de 1970. Foi fundada em 1983 e em pouco tempo tornou-se uma central sindical com grande representatividade e um símbolo de combatividade junto à sociedade brasileira, transformando-se no polo articulador dos sindicatos mais combativos e comprometidos com a luta classista dos setores mais avançados do movimento operário até os dias de hoje, reconhecida nacionalmente e reverenciada no mundo todo como modelo de organização sindical.

Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior Central Sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 associados (as) e 23.981.044 trabalhadoras (as) na base. Desde sua fundação, a CUT tem atuação fundamental, na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas nos cenários político, econômico e social, ao longo da história brasileira, latino-americana e mundial.

Nossa Central segue sendo a que tem maior capacidade de intervenção efetiva na luta dos (as) trabalhadores (as), capaz de realizar movimentos fortes, como pudemos testemunhar recentemente com posicionamento político e presença nas ruas em atividades como: A marcha a Brasília em setembro de 2013, onde mais de quinze mil trabalhadores de todo Brasil defenderam a pauta dos

(as) trabalhadores (as) em educação representados na CNTE. A marcha da classe trabalhadora, em março com mais de 50 mil participantes pela redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário e dez por cento do PIB para a educação. A mobilização e articulação para impedir a aprovação do PL 4.330, quando o empresariado tentou abolir parte da legislação trabalhista, inclusive no setor público, através da liberação total das terceirizações sem garantias aos(as) trabalhadores(as), que barramos no primeiro embate mas ainda temos luta pela frente pois o projeto continua tramitando. A luta vitoriosa pela aplicação dos recursos do fundo social e dos royalties do petróleo em saúde (25%) e educação (75%). A manutenção do acampamento em Brasília pela CNTE para evitar que se retire da redação do PNE o investimento de 10% do PIB para a educação pública, além de outras manobras do setor da educação privada, para privatizar a educação via PNE. Do nosso ponto de vista, é preciso elevar a consciência da classe trabalhadora (a) para podermos desfazer a confusão existente entre as entidades, sob pena de reforçarmos o ideário despolitizado segundo o qual os (as) dirigentes e entidades são todos (as) iguais e não servem para nada. Além disso, num momento de crise como vivemos hoje devemos é agregar e não fragmentar. Somos pela unidade dos (as) trabalhadores (as), e defendemos a permanência do SINTE na Central Única dos Trabalhadores.

Fragilizar a CUT é enfraquecer a própria luta, é fortalecer os grupos que sempre se apoderaram dos bens produzidos por todos. A CUT é uma ferramenta de todos (as) nós que temos princípios e acreditamos ser possível a defesa dos direitos dos (as) trabalhadores (as), pois acreditamos na construção de um país justo e na consolidação de uma sociedade igualitária e socialista. Os que negam o papel histórico de lutas da CUT negam o seu próprio papel de unificar e combater o inimigo comum, pois acreditam que seus inimigos estão dentro da mesma trincheira.

Para avançar na luta é necessário mais que vontade, é preciso ter condições históricas objetivas, ter representatividade junto à classe trabalhadora, ter peso político na sociedade. Não basta pensar que é possível avançar apenas com um ato burocrático. A luta por justiça, igualdade e dignidade dos (as) trabalhadores (as), é antes de tudo uma luta de classes, de classe contra os patrões, não é algo a ser atingido pela luta de um sindicato isoladamente. As questões de fundo que intervêm nas relações entre capital e trabalho, como as leis, só pode ser enfrentado por uma organização ampla, capaz de aglutinar as forças de vários sindicatos e várias categorias em uma luta comum e permanente.

Imaginemos o que seria de um sindicato sem as proteções legais ao direito de organização conquistado a duras penas ao longo dos anos pela união das forças dos (as) trabalhadores (as). Ou se a jornada de trabalho tivesse que ser negociada diretamente por um sindicato com seu patrão. Ou ainda, o que seria da luta pelo piso nacional para os (as) trabalhadores (as) em educação, sem a CNTE e a CUT, sendo buscada apenas pelo SINTE.

Fica evidente a necessidade de estarmos ligados a uma Confederação e a Uma Central Sindical que organize as lutas para além da relação corporativa do sindicato. Colocar os objetivos da categoria em primeiro lugar, também diz respeito a isso, manter-se ligado aos movimentos de disputa enquanto classe. O que precisamos evitar é que nossas ações se resumam a intermináveis embates internos que confundem e prejudicam a categoria.

3. POLÍTICA SINDICAL

3.1. PROPORCIONALIDADE:

O critério de proporcionalidade foi implantado no SINTE/SC a partir do Congresso de Araranguá em 2005. A direção executiva é composta proporcionalmente pelo número de votos que cada chapa obtiver nas eleições e temos uma experiência de três gestões com a proporcionalidade e essa forma de composição tem demonstrado que, na prática a teoria não funciona, contrariando os desejos da base e os propósitos do Sindicato e da categoria.

As propostas vencedoras, nas eleições, no Conselho, ou em qualquer instância, não são encaminhadas, pois na Executiva, cada chapa defende seu programa e há tensionamento a cada momento, criando impasses, dificultando os encaminhamentos, ou mudança nas decisões tomadas. Além de uma traição ao princípio da democracia, o que acaba sendo feito atende a interesses políticos de tendências presentes na Executiva, deixando o Sindicato refém de interesses que nem sempre são os da categoria.

É legítimo que cada tendência tenha um programa político próprio e o defenda. O que não é legítimo é transformar a Direção Executiva (que executa, o que as instâncias deliberam democraticamente, com a presença de todas as tendências) num palco de disputa por reformulação de propostas, afrontando o Estatuto e a Categoria, ou então num órgão anti-executivo, que não consegue encaminhar as deliberações tomadas.

É necessário avaliar essa forma de composição da direção, a partir da discussão do papel que exerce cada Instância no Sindicato. A executiva, por exemplo, tem o papel de executora das propostas políticas aprovadas no Conselho Deliberativo, nas Assembleias Estaduais e nos Congressos. Portanto, não tem necessidade de ser proporcional, o que lhe cabe é o encaminhar a execução das tarefas definidas. A proporcionalidade não é a garantia de que as políticas aprovadas serão implementadas. Ao contrário, hoje a proporcionalidade engessa a executiva e a transforma num palco de divergências que a rigor deveriam ser ideológicas.

A discussão que deveria ocorrer no campo da política, se dá ao nível das questões pessoais, onde passam a contar questões de honra e de poder, fazendo com que os conflitos não possam ser superados, criando um clima de permanente tensão. As questões macro são engolidas pelas micro. A luta que o Sindicato precisa travar é para fora, com o governo e, para fazê-lo depende de unidade

da Categoria e a proporcionalidade cria cisões tão fortes internamente, que a luta maior acaba sendo para dentro, dividindo e diminuindo a capacidade de luta para fora.

Como alguém que comanda um movimento tão expressivo como é o dos (as) professores (as), consegue fazê-lo bem, se o Comando está completamente dividido? A confiança entre os membros da Executiva fica reduzida a zero e tudo é visto como golpe, e esta opinião é levada para a base ao ponto de ocorrerem agressões contra dirigentes numa lógica de turba enfurecida. Sem contar que algumas lideranças se movem por interesses pessoais fora da categoria, deixando de exercer suas funções, relegando para outros (as) a responsabilidade de fazer as tarefas decididas coletivamente. Sem um caráter unificador cada corrente ou dirigente faz a agenda e defende a política que quer e não existe instrumento de avaliação ou cobrança dessa ou daquela postura.

O pensamento de quem defende a proporcionalidade é de que a oposição se compromete com as decisões e encaminhamentos das instâncias, mas na prática não é assim. A oposição tenta de todas as formas emperrar, não deixar as coisas acontecerem. Levam para a base boletins apócrifos e mentirosos, tentam depreciar e destruir pelas redes sociais o que foi construído coletivamente.

Quando suas propostas não são aprovadas encaminham-nas da mesma forma nas Regionais de sua Coordenação e boicotam as mobilizações que não estão nos eixos por ela defendidos.

O papel dos (as) que estão nas Instâncias Executivas, mas que não representam a maioria é vigiar, sabotar, deslegitimar lideranças, na lógica de ataques pessoais, a partir da disseminação de boatos. Se não bastasse o governo e toda mídia burguesa que quer destruir a Entidade, a oposição interna, presente na direção pela proporcionalidade, também colabora para que isso ocorra. A disputa do poder para favorecer projetos fora da categoria acaba sendo extremamente mais relevante do que a luta. Estar na Executiva para partir dela, disseminar confusão na base de forma planejada e orquestrada mesmo que comprometa o Sindicato, as suas lutas, a sua credibilidade, passou a ser rotina trazida pela proporcionalidade que leva dirigentes a se posicionarem a favor de interesses sectários, pessoais, partidários e não dos verdadeiros interesses da categoria.

Não podemos negar a cidadania a um dirigente sindical e o direito de sua opção partidária, mas tornar a pauta do sindicato completamente desfocada a partir da opção partidária é um erro. A função da entidade é fazer luta sindical e não usar estrutura do Sindical para construir partido. Isto é uma afronta, tanto no plano ético, quanto no material. Infelizmente o que temos visto, é o surgimento de grupos que se dizem defensores (as) dos (as) trabalhadores (as) e de seus interesses, quando na verdade seu objetivo é construir uma base para seus partidos dentro das regionais e alavancar a campanha de seus (as) candidatos (as) às eleições de 2014.

Neste contexto não existe a possibilidade de qualquer mediação para estabelecer um acordo político e construir coletivamente uma alternativa de propor ações significativas que realmente mudem as condições de salário e trabalho da categoria. Dão-se o direito de agir com total irresponsabilidade,

comprometendo as lutas e depois discursam e se intitulam os (as) únicos (as) e maiores lutadores (as). Se der certo nós estamos lá, nós é que construímos, mas se der errado o dedo é imediatamente apontado para seus (as) opositores (as), não conseguem fazer autocrítica e assumir a responsabilidade e consequência de seus atos. Agem como adolescentes irresponsáveis para quem é mais fácil encontrar culpados que é claro, sempre são os membros majoritários da direção, o que não contam e o trabalho de articulação que fazem para impedir um resultado positivo para a categoria.

Não é a estrutura sindical que não unifica. O problema é que o projeto sindical defendido por cada corrente política, passa longe da vontade de construir a unidade. A experiência tem demonstrado que no discurso, a oposição se compromete com o plano de lutas, como se fossem completamente desprezados de outros interesses. Mas tudo não passa de jogo, engodo com o fim de utilizar a estrutura sindical para favorecer seus (as) candidatos (as) no próximo pleito eleitoral. Os (as) defensores (as) da proporcionalidade, não querem correr o risco de perder espaço na direção, pois não poderiam manter suas estruturas e organização partidárias sem o braço institucional da entidade.

A proporcionalidade só seria viável numa perspectiva de mudança cultural muito profunda, em que prevalecesse a solidariedade de classe de forma efetiva. Mas dado o grau de distanciamento que nos encontramos desta utopia e pelo que a experiência de proporcionalidade tem mostrado não podemos continuar comprometendo a luta dos (as) trabalhadores (as) em educação, mantendo essa prática. Desta forma se faz necessário acabar com ela nas Instâncias Executivas, construindo uma direção unitária no Sindicato, tanto para não comprometer a Instituição, quanto para encaminhar de forma mais efetiva as demandas da categoria.

3.2. FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL.

A proposta da Formação Política e Sindical vem sendo encaminhada, como forma de subsidiar os (as) educadores (as), na prática pedagógica localizada, em que os conteúdos se contextualizem com as transformações atuais da sociedade, e busquem a compreensão, em plano mais geral, das políticas adotadas pelos governos estadual e federal, com ligação com o seu dia-a-dia, enquanto profissional e também como pessoa.

3.3. ORGANIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SINDICAL:

A comunicação e a organização representam desafio a ser enfrentado. Ambos são indispensáveis, para o fortalecimento da entidade, criando a possibilidade para que os (as) filiados (as) se apercebam como elos de uma mesma corrente, com objetivos comuns a ser conquistados. Categoria bem informada e organizada significa Sindicato vivo, consciente, atuante e fortalecido.

3.4. SAÚDE FINANCEIRA DO SINTE

Assim como qualquer organização, o Sindicato não pode ser conduzido pelo espontaneísmo. As finanças devem ter objetivos em seu investimento, garantindo depois das despesas fixas, o investimento às demandas prioritárias, apontadas no planejamento da entidade.

Propomos a garantia de campanha de filiação sindical, a fim de fortalecer o Sindicato, e aumentar a receita. Também, que os gastos da entidade estejam de acordo com o planejamento da entidade.

3.5 DEPARTAMENTO JURÍDICO:

- Regionalizar o atendimento, agilizar as ações e melhorar o atendimento aos sócios, repassando as despesas para os advogados, atendimento mínimo nas regiões.

4. POLÍTICA EDUCACIONAL

Os investimentos brasileiros em educação ficam hoje entre 5% e 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) são insuficientes para as atuais necessidades do país. Para a revolução educacional do século XXI, precisamos de 10% do PIB para a Educação Pública. O maior desafio só se resolve com mais investimentos Públicos e exclusivamente aplicados na Educação Pública, sobretudo levando em conta a possibilidade de mais recursos disponíveis com os royalties do petróleo e do Fundo social do Pré-Sal.

Quando observamos a evolução da escolaridade obrigatória no país constatamos que em 1960 era de 4 anos; em 1972, de oito; em 2016, será de 14 anos. Enquanto as matrículas subiram 250%, os recursos de impostos aumentaram menos de 100%. E o acesso às creches e a educação superior, são urgentes e necessários e custam bem mais caro. São necessários mais de R\$ 225 bilhões para atender a demanda e é preciso indicar de onde virão esses recursos e como serão gastos.

Esta é a realidade e não temos como fugir. Pelos dados os recursos do petróleo renderão em dez anos R\$ 132 bilhões. É um início, mas não o bastante, pois somente chegaremos ao patamar de qualidade almejada com fontes de financiamento permanentes e sustentáveis.

Na forma atual de distribuição da arrecadação, a União fica com a maior parcela da receita tributária, com apenas 5% das matrículas sob sua responsabilidade. O governo federal aumentou sua suplementação aos estados e municípios, via Fundeb e Proinfância, a expansão da merenda, do transporte escolar e dos livros didáticos para toda a educação básica. Mas, sem garantir a aplicação integral da Lei do PSPN para melhorar os salários dos (as) profissionais da educação, essas ações perdem força.

O novo Plano Nacional de Educação deve ser votado pelo Senado Federal nos próximos dias, a vigorar de 2011 a 2020 um atraso de três anos. Esse segundo plano é fruto de amplo debate público envolvendo mais de 3 milhões de pessoas em todo o Brasil.

Essa mobilização resultou em uma conscientização maior sobre o direito a uma educação de qualidade para todos que se fez sentir nas manifestações de junho, onde milhares de pessoas

reivindicaram melhorias na educação, mas para a implementação das 20 metas e suas estratégias não adianta apenas aumentar os recursos é necessário ao mesmo tempo, implementar uma gestão eficiente e que a sociedade fiscalize sua aplicação.

Nesse sentido, o CAQi (custo aluno-qualidade inicial) é um instrumento fundamental que define o investimento mínimo na educação para o enfrentamento das desigualdades entre as regiões Norte e Nordeste e as demais, entre as zonas rural e urbana, dos municípios mais pobres e as regiões centrais e periféricas das grandes cidades.

4.1 POLITICA EDUCACIONAL DO ESTADO

As ações do Governo do Estado de Santa Catarina para a educação são pontuais totalmente desconectadas do diálogo com a sociedade e da realidade das escolas. O governo impõe sua vontade via decretos e projetos elaborados por técnicos e gestores que não sabem o quão complexa é a realidade da educação pública e que não atendem as necessidades alunos (as) e nem professores (as).

É sem o diálogo com os (as) trabalhadores (as) em educação que o governo vem propondo políticas educacionais, anunciadas como inovadoras e muito avançadas, mas pela falta de envolvimento e preparação dos (as) profissionais envolvidos (as), se tornam verdadeiros balões de ensaio e transformam nossas escolas em laboratórios e os (as) alunos (as) em cobaias para experiências educacionais aventureiras como as do projeto de escolas de tempo integral e ambiental implantadas e imediatamente abortadas sem que fosse discutida sua viabilidade.

Da mesma forma o ensino de nove anos, aplicado atropeladamente, sem uma transição racional e eficiente, forçando um grande número de alunos (as) à aprovação automática. A promessa de que seria oferecido reforço pedagógico para propiciar o acompanhamento de idade série a todos (as) os (as) estudantes não aconteceu levando um grande número deles chegarem ao final do ensino fundamental como analfabetos (as) funcionais.

No Ensino Médio a situação não melhora. Nem bem havia sido implantado o projeto de Ensino Médio Inovador, com as escolas tentando entender e se adaptar a ele, aparece o Ensino Médio em Tempo Integral levando muitas escolas a deixarem o Ensino “Inovador” e migrar para o “Integral” e em menos de dois anos de implantação o projeto foi abortado Novamente os (as) trabalhadores (as) em educação foram solenemente ignorados (as). Não foi oferecida capacitação, não foram chamados (as) ou consultados (as) para discutir e elaborar a proposta ajudar na tomada de decisões para sanar os problemas que surgissem na execução do projeto. Escolas estaduais estão sendo fechadas ou entregues a ONGs e instituições privadas, através de convênios. Há muito tempo não há concurso para a FCEE e CEDUPS comprometendo o atendimento nestas instituições.

O governo vem literalmente cometendo é um crime contra a educação, não é possível promover a reestruturação do ensino desta forma, sem discutir o todo da educação e em que fundamentos as propostas se ancoram. Ao invés do diálogo e da busca do entendimento o que ocorre nas escolas é a política da coerção com as regras ditadas do alto e a autonomia não tem espaço, pois os (as) trabalhadores (as) são impedidos (as) de participar de assembleias ou mesmo atividades formativas da categoria, mesmo com disposição de repor as aulas. Somos tratados (as) como os perigosos (as) e subversivos (as) do sindicato e não como aliados (as) que buscam melhorar a educação.

Precisamos ter claras as seguintes questões: Há quanto tempo o estado de Santa Catarina não chama a categoria dos profissionais em educação para debater nossa proposta curricular? Que mecanismos de diálogo existem para diagnosticar os nós críticos da pedagogia que estamos desenvolvendo? Em que condições estamos trabalhando? Com escolas ruindo sobre as cabeças de alunos (as) e professores (as), o governo ainda acha que com um “tabletzinho” coloca nossa educação no patamar de excelência necessária ao desenvolvimento do país?

De forma impositiva o governo Colombo decreta um processo totalmente antidemocrático para eleição de diretores (as) de escola, frustrando a expectativa histórica da categoria. Apesar do SINTE/SC e ALESC organizarem audiências públicas, que deixaram evidente toda a contradição ao decreto, este não abriu mão da proposta. Ela representa na prática uma tentativa de eternizar os (as) atuais diretores (as) em seus cargos, evidenciando que o decreto não passa de um engodo.

O autoritarismo e a desculpa da lei de responsabilidade fiscal são recorrentes no governo para não respeitar as legislações com relação à aplicação dos recursos em educação e a valorização do magistério. Roendo a corda de seu compromisso com a greve de 2011, pelo cumprimento da lei do piso nacional, e a descompactação da tabela, com reajuste anual na carreira. O governo optou pela alternativa de cortar investimentos, especialmente nas áreas saúde, segurança e educação, setores que lidam diariamente com a parcela mais frágil da população. Esta é a forma que o governo do estado usa para se apropriar do patrimônio público e atender ao interesse de poucos.

Diante desta realidade como representantes da categoria não podemos nos furtar ao debate e da necessidade de pensar e propor ações que possibilitem a busca de soluções para o problema. Por isso, o SINTE/SC precisa discutir propostas que beneficiem todos (as) os (as) envolvidos (as) com a educação. Estas ações devem fazer parte do nosso Plano de Lutas.

5. POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Nossa luta deve ser pela implementação e execução de projetos que contribuam para a ampliação e efetivação dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania especialmente pela implementação de políticas públicas de Gênero, Raça e Etnia de combate ao preconceito e a homofobia e que promovam a igualdade social e o bem estar social. O papel da entidade é fundamental na

conscientização e luta pela defesa dos direitos do Movimento de mulheres, negros (as) e LGBT, para fazer valer seus direitos, excluindo toda e qualquer forma de preconceito contra estes grupos, que na história de nosso país, vêm sendo tradicionalmente excluídos.

O predomínio das mulheres entre os (as) trabalhadores (as) em educação é incontestável e o quadro de violência também se faz sentir dentro do ambiente escolar. Resolver as questões relacionadas a gênero é premissa fundamental para que as mulheres e meninas tenham direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, pois é um requisito central para o seu desenvolvimento. É necessário que o SINTE/SC faça uma discussão mais aprofundada acerca do tema no sentido de garantir sua integridade física, o reconhecimento do seu trabalho, dos seus direitos e seu espaço na sociedade, inserindo esse tema em todos os espaços institucionais do sindicato tais como: debates, seminários, jornais, etc.; divulgar através de materiais a discussão em todas as UES; elaborar e divulgar juntamente com outras entidades propostas de políticas públicas que resgatem e garantam o direito e a dignidade da mulher; propor e participar com outras entidades em encontros, seminários, palestras e colóquios; propor ações contra a discriminação e a desvalorização da mulher; apoiar programas que visem combater toda forma de violência contra a mulher; combater de todas as formas discriminatórias como as praticadas contra os homossexuais, afro-brasileiros e povos nativos; incluir imediatamente nos currículos escolares a lei 10.639 sobre a educação das relações étnica racial e para ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

6. PLANO DE LUTAS: É PRECISO AGIR!

Nosso Plano de Lutas é claro, e objetivo, defendendo e promovendo, sempre, a mobilização, enfrentamento quando necessário, em defesa dos direitos de todos (os) trabalhadores (as) em educação de Santa Catarina, mas sempre primando pela negociação:

- Implantação de 1/3 de hora atividade na jornada, para garantir qualidade da educação pública, considerando o tempo para planejar, estudar, pesquisar e se organizar em coletivo;
- Implantação do Piso Salarial na carreira, para valorização do magistério, de acordo com sua formação;
- Reajuste anual do Piso, conforme o Art. 5º da lei 11.738/2008, de acordo com o percentual de reajuste do custo aluno do ensino fundamental urbano;
- Descompactação da tabela salarial, para valorização da formação, considerando o tempo de serviço;
- Implementação de diretrizes de carreira, garantindo uma tabela com 10 referências, 6 níveis, e diferença, no mínimo, de 50% entre não graduados e graduados, de 75% entre não graduados e

especialistas (lato sensu), de 100% entre não graduados e mestrado (stricto sensu) e de 125% entre não graduados e doutorado (stricto sensu);

- Manutenção da regência de classe;
- Contra a reenturmação e pela redução de alunos (as) por turma, em respeito à Lei 170 (SEE);
- Formação continuada com frequência e em período letivo, para todos (as) os (as) trabalhadores (as) em educação;
- Revisão da lei 456/2009 (Lei dos ACTs), com contratação dos ACTs, conforme o nível de formação e o tempo de serviço no Estado, e garantia de concurso público, a cada dois anos, ou quando o número de ACTs chegar a 10% do número de efetivos na rede;
- Concurso público para todos (as) os (as) demais profissionais de educação: orientadores (as) de leitura, de convivência, de laboratórios do EMI, - bibliotecários (as), serventes, vigias, merendeiras, para a FCEE e para os CEDUPs, bem como para os profissionais das salas informatizadas;
- Que a efetivação e a contratação dos (as) trabalhadores (as) em educação ACTs seja realizada conforme o nível de formação;
- Implantação gratuita de programas efetivos de prevenção, reabilitação de doenças ocupacionais, incluídos na jornada de trabalho dos (as) profissionais da educação;
- Anistia das faltas, por mobilização, greve e assembleias (regionais e estaduais), organizadas pelo SINTE, para todos os (as) trabalhadores (as);
- Revogação do decreto de progressão funcional, para valorização do profissional, independente de faltas eventuais;
- Plano Estadual de Educação democrático e popular, que contemple todos (as) os trabalhadores (as) em educação, garantindo plenos direitos previstos na Constituição Federal;
- Contra a municipalização do ensino fundamental, já que cabe ao Estado, o atendimento dessa rede, conforme determina LDB;
- Desterceirização da merenda escolar, com contratação de nutricionistas à rede estadual;
- Recuperação emergencial e urgente das estruturas físicas das escolas, com implantação de programa de segurança humana preventiva nas escolas;
- Implementação dos PPPs, em todas as unidades escolares, com acompanhamento e formação;
- Implementação da gestão democrática na rede estadual, e pela derrubada do decreto do governo, que legitima a continuidade da indicação político-partidária aos diretores de escolas;
- Aprovação do PNE democrático, elaborado pela sociedade; Luta pelos 10% do PIB e 100% dos royalties do petróleo à educação, e destinação das verbas públicas à educação pública.
- Aposentadoria especial para administradores (as), orientadores (as), supervisores (as), ATPs e AEs;

- Participação do SINTE, na organização das entidades estudantis e no fortalecimento das APPs e criação de um órgão específico para acompanhamento e formação dos conselhos deliberativos escolares;
- Participação em todos os fóruns de luta em defesa do serviço público e de saúde do (a) trabalhador (a); e participação em todas as lutas e marchas dos (as) trabalhadores (as) contra a exploração e o trabalho infantil, por moradia, por transporte público gratuito e acesso à cultura;
- Implantação da licença sabática, aos portadores de, no mínimo, título de Doutor (a), por um período remunerado de seis meses, a cada sete anos;
- Equiparação do valor do vale alimentação entre todos os (as) servidores (as) públicos estaduais;
- Paridade entre os ativos (as) e aposentados (as), no que diz respeito ao Plano de Carreira;
- Garantia e respeito ao número necessário de especialistas, por número de alunos (as), profissionais de ed. e turmas;
- Denunciar os desvios públicos e exigir que o percentual destinado à educação seja de fato investido, em sua totalidade, na educação, com conhecimento público e irrestrito;
- Implementação da lei 10.639/2003, em toda a rede estadual, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, bem como implantação de programas para combater a opressão contra a mulher, a discriminação racial e contra a homofobia, programas de saúde e prevenção nas escolas (DST/AIDS da CNTE).
- Fiscalizar, denunciar e exigir do governo, qualidade da estrutura escolar;
- Defesa da educação inclusiva para os (as) portadores (as) de limitações, com cursos de formação e capacitação para o (a) segundo (a) professor (a).

7. PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO ESTATUTÁRIA:

Apresentamos, a seguir, uma proposta de reformulação, após uma criteriosa avaliação da atual estrutura e funcionamento da estrutura sindical:

- (1) Emenda modificativa no Caput do Art. 22 após o ponto final, com a seguinte redação: “Participam das Assembleias Gerais todos (as) os (as) trabalhadores (as) em educação”.
- (2) Emenda modificativa no parágrafo único do Art. 22, com a seguinte redação: “Com direito a voz e voto os (as) filiados (as) em dia com a contribuição financeira e os demais apenas a voz”.
- (3) Emenda modificativa no Inciso III do artigo 24, que passa a ser “filiados (as)” no lugar de 1“sócios (as)”.
- (4) Emenda Modificativa do § 6º do Art. 31, que trata da composição da Diretoria Executiva passa a ter a seguinte redação: do § 6º do Art. 31: **“Os (as) titulares da Executiva, Coordenações**

Regionais e Municipais, serão Substituídos (as) a qualquer tempo pelos membros suplentes da chapa”.

(5) Emenda supressiva do **Inciso II**, do Art. 37.

(6) Emenda Modificativa no Inciso II do § 2º do Art. 49, que trata da composição da Coordenação Regional, que passa a ter a seguinte redação: **“Para as estruturas regionais com o número de filiados (as) até 1000 (mil) haverá (vinte) horas de liberação para os membros da Coordenação Regional”.**

(7) Emenda supressiva: fica suprimido o **Inciso I do §2º do Art. 49.**

(8) Emendas supressivas: ficam suprimidos os **parágrafos 4º e 5º do Art. 49.**

(9) Emendas Aditivas no Art. 49, que trata da composição da Coordenação Regional, incluir o seguinte:

§ 6º - A Direção Executiva Estadual e as Coordenações Regionais poderão alterar a quantidade de horas de liberação sindical, desde que aprovadas pelo Conselho Deliberativo Estadual e pela Assembleia Regional respectivamente.

§ 7º - As despesas com as liberações mencionadas no parágrafo 6º serão de responsabilidade de suas instâncias.

§ 8º - Os (as) Conselheiros (as) Estaduais poderão ser liberados com carga horária máxima de 20 horas, aprovadas em Assembleia Regional e com as despesas pagas pela respectiva regional.

§ 9º - A troca da liberação de Conselheiro (a) Estadual deverá ser aprovada em uma nova Assembleia Regional.

(10) Emenda Aditiva no Art. 50, que trata da vacância de cargo da Coordenação Regional, incluir o item C com a seguinte redação: **“A vacância dos cargos da Coordenação Regional ocorrerá após 03 (três) faltas dos membros desta em reuniões ordinárias, convocadas pela coordenação com até 07 (sete) dias de antecedência sem justificativa apresentada sempre na reunião posterior”.**

(11) Emenda Aditiva no Art. 55, que trata do Conselho de Representantes de base municipal, incluir o seguinte nos Incisos I, II e III: **“filiados (as) ao SINTE/SC”**,

(12) Emenda Aditiva no Art. 57 A Comissão Municipal é formada **nos municípios, que contemplem o mínimo de 30 trabalhadores (as) na base, sendo que destes no mínimo 50% devem obrigatoriamente estar filiados (as). A Comissão é formada por no mínimo 5 (cinco) membros eleitos em Assembleia Municipal e tem como função:...**

(13) Emenda Modificativa no § 8º do Art. 61, que trata das Eleições Gerais, que passará a ter a seguinte redação: **“Para os (as) dirigentes do sindicato será permitida apenas uma reeleição na mesma instância independente do cargo”.**

(14) Emenda Aditiva incluir no título do Patrimônio Art. 69 “**As Sedes Estaduais e Regionais, automóveis, documentos e todo e qualquer material impresso deverão conter a logomarca do SINTE/SC bem como as entidades as quais o Sindicato for filiado**”.

(15) Emenda supressiva, que seja suprimido o Art. 73, que trata de quem pode votar em representante de base.

(16) Emenda Aditiva, incluir no Título VIII Das Disposições Transitórias, o Artigo com a seguinte redação: “**Para votar e ser votado em todas as instâncias do SINTE/SC é obrigatório ser filiado (a)**”.

Assina a TESE Grupo Resistir e Conquistar

Tese ARTSINTE
Com a CUT, fortalecemos as lutas do SINTE e da Classe Trabalhadora

I - CONJUNTURA

Conjuntura Internacional

As revelações da política norte-americana de espionagem aos governos nacionais de vários países, inclusive o Brasil, explicitam o espaço que os Estados Unidos ocuparam na atual crise mundial, tanto econômica quanto política. Ou seja, o mundo hoje respira: desemprego e privatizações na Europa, retomada (lenta) do crescimento no hemisfério norte; fortalecimento da direita por meio de reedição de medidas neoliberais orientadas pelo FMI à Grécia, Espanha, Portugal e outros países em profunda crise. Em contrapartida, o que se vê é a dificuldade da esquerda europeia em apresentar projeto de desenvolvimento inclusivo pós-crise.

No Oriente Médio: guerra civil na Síria, Egito (e outras ocorridas desde o início da Primavera Árabe) e as tensões envolvendo Israel e a fundação do Estado Palestino, que conta com o apoio do governo americano. As contradições da Primavera Árabe, com democracia instável, falta de liberdade às mulheres e perseguições a grupos étnicos minoritários. A correlação de forças no Conselho de Segurança da ONU, coordenada por Rússia e China, que junto com a forte reação internacional impediu a ação militar norte-americana na Síria, em resposta às suspeitas de utilização de armas químicas pelo governo de Bashar Al-Assad.

Na América Latina: morte de Hugo Chaves e tensões políticas nos vizinhos: Venezuela, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, esta última com a retirada clandestina de senador boliviano da embaixada brasileira em La Paz. A reação do Planalto que substituiu o ministro de relações exteriores e afastou o diplomata encarregado pela transferência do asilado político. Os desafios do Mercosul diante da crise mundial e da guerra alfandegária, sobretudo com a Argentina.

Conjuntura Nacional

A guerra cambial promovida por EUA, China e Tigres asiáticos interfere na competitividade dos produtos nacionais, com reflexos na balança comercial. Aproveitando-se desse contexto, a mídia-oposicionista tenta minar a credibilidade do governo Dilma mediante certo “terrorismo” em torno de pseudo-crisis do “apagão elétrico”, do “surto inflacionário”, da “queda da economia”, da “disparada do dólar”. Para infelicidade deles e o bem da economia nacional, nada se concretizou e o país mantém recorde de emprego, inflação sob controle (embora com aumento da taxa selic por pressão dos setores financeiros e que comprometem a produção e o emprego), alta capacidade produtiva, retomada do crescimento econômico e expressivas reservas cambiais.

As manifestações de junho 2013 em âmbito nacional, marcada pela conjunção de interesses legítimos (por ética na política, contra a corrupção e por mais qualidade dos serviços públicos – educação, saúde, mobilidade urbana) com interesses oportunistas que a mídia, em vão, tentou potencializar. Na verdade, no geral, os protestos também tiveram a mídia conservadora como alvo, o que confere ao Governo a oportunidade de reabrir o necessário debate público sobre a regulamentação do setor. Apesar dos interesses escusos, grande parte das pautas das ruas provinha das classes sociais que recentemente ascenderam no Brasil, e que desejam consolidar seu processo de inclusão social com mais acesso à saúde, cultura, lazer, melhor mobilidade urbana e mais renda. A educação pública de qualidade foi pauta constante dos protestos, o que possibilitou a aprovação do projeto de royalties do petróleo em melhores condições para a área e para a saúde. A composição conservadora do Congresso Nacional e de grande parte dos legislativos estaduais e municipais, que têm votado matérias contra os interesses da sociedade, além de insuflar a homofobia e todo tipo de preconceitos contra negros, mulheres e grupos étnicos específicos – além das limitações estruturais decorrentes do próprio modelo capitalista – foram o cerne dos protestos comandados por uma juventude sem comando central e com preocupante descrédito na política como meio de transformação social. A ojeriza dessa juventude que foi às ruas aos partidos políticos e aos movimentos organizados mostrou a necessidade de a escola problematizar e politizar mais os conteúdos curriculares. Já recuperação da popularidade da presidenta Dilma tem revelado que as manifestações não se direcionaram a ela, propriamente, mas aos políticos em geral, em especial ao Congresso Nacional, que detém a pior avaliação pública de sua história. A votação do projeto dos royalties, o programa Mais Médicos (que superou a reação dos médicos nacionais), a atitude do governo diante dos episódios de espionagem, ajudaram a presidenta a recuperar sua popularidade e a se manter na liderança da corrida presidencial do próximo ano, com possibilidades de vitória no primeiro turno. No entanto a reforma política, sob o comando do Congresso, limitou-se a mudanças mínimas.

Aparentemente contraditório ao discurso anti-privatização feito durante a campanha, é preciso que a Presidenta Dilma explicita melhor sua política de concessões, como ocorreu com o leilão do campo de Libras.

Da atual conjuntura política e econômica, alguns desafios se impõem ao Governo federal: i) reforma política profunda, com resgate da ideologia partidária, fim da suplência de senadores, financiamento público de campanhas, mais presença de mulheres e mais canais de participação popular; ii) ampliação dos condutos de diálogo social e defesa das conquistas sociais: a sociedade está ávida em participar mais ativamente da política, e o Governo não pode fragilizar os fóruns de interlocução sociais (conferências, conselhos sociais etc). Já as conquistas com a inclusão social de milhões de brasileiros e a ascensão de outros tantos precisam ser garantidas com mais políticas públicas de base (educação, saúde, transporte, moradia); iii) potencializar as obras do PAC, que já concluíram mais de 60% dos projetos; iv) dar seqüência à exitosa política de acesso à casa própria voltada às camadas populares e à classe média; v) manter a “bússola” voltada para o pleno emprego e investir na qualificação profissional, com sólida formação educacional, dos trabalhadores e jovens ainda fora do mundo do trabalho.

Conjuntura estadual

O estado de Santa Catarina tem sua estrutura econômica baseada em cadeias produtivas regionalizadas, com capacidade competitiva no mercado mundial e com uma política centralizada entre famílias oligarcas que sempre colocaram o estado a serviço dos interesses do capital.

Embora o mito de um estado desenvolvido, muito aceito por conta da pujança de determinadas cidades, o que temos concretamente é um lugar em que as estruturas democráticas mais ou menos estáveis e a riqueza contrastam com a miséria e estruturas sociais hierarquizadas, inclusive mediadas por todo o tipo de violência.

A política do Governo Federal baseada na distribuição de renda mediante programas sociais e valorização do salário mínimo, impulsionando um mercado de consumo e, assim, mantendo a economia nacional em boas condições em relação ao cenário mundial, conflitam com as estruturas econômicas e políticas sobre as quais se assenta o poder das elites estaduais.

Na relação com o Planalto, o governo estadual tem de um lado alguns personagens do governo fazendo o jogo político para agradar o governo federal com a finalidade pragmática de viabilizar recursos públicos extras, além das obrigações legais, por outro tem aqueles que fazem o discurso oficial e garantem as práticas de um governo atrelado às velhas oligarquias estadual e nacional. Ao mesmo tempo em que explicita apoio à reeleição da Dilma, Colombo mantém relações próximas a Jorge Bornhausen (DEM) e seu filho Paulo (agora no PSB) em torno do presidenciável

Eduardo Campo (PSD). Ou seja, que estar de bem com todos, sem se comprometer de fato com as mudanças que o estado demanda.

Com o apoio da mídia e de amplo arco de sustentação político-partidária, não só dos partidos que compõem a Tríplice Aliança arquitetada pelo antecessor Luiz Henrique da Silveira e que lhe garantiram a eleição no primeiro turno, mas também pelos partidos que buscam se credenciar para uma futura composição nas eleições de 2014, Raimundo Colombo demonstra sentir-se muito confortável para sua reeleição, dando continuidade a um governo neoliberal de sustentação de um estado também neoliberal que a cada mandado se consolida mais.

Com vultosos recursos públicos do BNDES via BADESC, Colombo foca sua gestão no crescimento econômico em detrimento dos investimentos nas políticas públicas de saúde, educação e segurança pública. Apesar de ter feito sua campanha eleitoral em cima da saúde, colocando-a como prioridade absoluta, o que se espalha pelo estado é o fechamento dos hospitais filantrópicos por falta de recurso sem dar conta do aumento constante das demandas não atendidas pelo Estado.

Argumentando que 67% da população catarinense aprovam as Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDR, contrário ao que discursava antes de ser governador, Colombo agora também virou defensor do modelo de descentralização que lhe garantiu a eleição no primeiro turno e que deseja se repetir em 2014. O que Colombo não reconhece é que a população desconhece os valores financeiros liberados para as SDRs e o alto custo operacional das mesmas, com centenas de apadrinhados políticos, além do número de servidores alocados de outros órgãos da administração estadual. Entre 2004 e 2011 foram R\$ 3,3 bilhões de reais.

Na educação, o caos só não é maior por conta da categoria abnegada que tem na rede estadual e graças à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no estado, que passou de três campi em 2006 para 21 em 2013, com quase três mil vagas em 80 cursos distribuídos em 16 cidades.

A lei do piso nacional do magistério, como é conhecida a Lei 11.738, de 16/07/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional foi ao longo de todos esses anos sistematicamente combatida pelos governadores de Santa Catarina. Com marchas e muitos atos em Brasília e nos estados, derrubamos a ADIN em 2011 e fizemos, no estado, uma das maiores greves da categoria, inclusive com o apoio da sociedade. Como resultado, conquistamos do governo Colombo a aplicação da lei do piso, porém, não na carreira. Pelo contrário, o achatamento na carreira indicava que a categoria precisava continuar a luta.

Alegando falta de recursos por conta do descompasso entre o crescimento da folha e o baixo volume de arrecadação estadual, o governo diz já ter ultrapassado o limite prudencial de 46,55% para gastos com pessoal, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se continuar com as políticas de concessões, privatizações e renúncia fiscal, sobretudo mediante o Fundo Social, que

nada mais é do que um desvio para projetos políticos partidários de boa parte dos tributos que deveriam entrar no montante da receita orçamentária estadual, mas por conta do incentivo do governo, são doados para o Fundo Social, a ponto do Tribunal de Justiça determinar que o Governo repasse 25% do total desses recursos aos municípios e poderes.

Não é preciso análise muito profunda para a conclusão de que o governo Colombo é continuidade do Governo LHS, apesar de origem político-partidária aparentemente oposta. Tanto um quanto o outro seguem um modelo de gestão neoliberal de um estado historicamente construído nas bases do liberalismo político-econômico. Um modelo hoje explicitado por “meritocracia”.

Com esse modelo de gestão, a valorização dos servidores públicos se dá pelo mérito, isto é, pelo merecimento com base em alguns valores, dentre os quais a competência e o comprometimento com as metas atribuídas.

Ao considerarmos as consequências do modelo aplicado no mercado, com estatísticas assustadoras no campo da saúde do trabalhador, o resultado mais evidente será a ampliação dos mais variados tipos de doenças e acidentes de trabalho. Segundo a lógica da meritocracia, Colombo define por Decreto a forma de escolha dos diretores de escola a partir de 2015, mas não avança na efetivação de professores e nem mesmo na melhoria das relações de trabalho com os quase 20 mil ACTs, que a cada final de ano tem seu vínculo profissional encerrado. A convocação de três mil professores para início de 2014 está muito aquém da realidade hoje no estado.

O movimento sindical, portanto, mais do que nunca precisa unificar seu discurso, focando suas críticas e ações em direção a um governo que se aprofunda cada vez mais na lógica de um estado neoliberal.

BALANÇO DA GESTÃO 2010-2013

O segundo mandato com proporcionalidade, a fragilidade da direção estadual e das coordenações regionais continuam, pois as lideranças da executiva não conseguiram se desvincular da regional de origem. Ser diretor ou diretora estadual vai muito além de cuidar o seu “carral eleitoral”. A responsabilidade de pensar o SINTE-SC como um todo, de dialogar com as forças políticas internas, com outras entidades, além de tentar contemplar o anseio de toda a categoria não é tarefa fácil, mas é crucial para o maior sindicato de trabalhadores em educação e para impor derrotas as políticas nefastas implantadas por Raimundo Colombo.

Em 2011 fizemos uma das maiores greves, com a participação massiva da categoria que atropelou parte da direção que não acreditava no Piso Nacional e sempre fizeram descaso das lutas em defesa do piso chamadas pela CNTE e pela CUT. A Greve foi vitoriosa quando conseguimos convencer o governo que o piso é vencimento inicial na carreira, no entanto, ele assumiu que não poderia pagá-lo na carreira existente e propôs o seu achatamento, mesmo com a discordância na mesa de negociação e com a mobilização da categoria foi aprovada pela ALESC. A maior vitória

naquele momento era o compromisso de pagar o reajuste do piso nacional na carreira, ou seja, para todos independente do enquadramento na tabela salarial.

As aulas foram repostas até início de janeiro de 2012 devido ao compromisso com os alunos e toda a comunidade escolar, o piso teve um reajuste de 22,22% devido à atuação da CNTE que conseguiu interpor um recurso de votação na mesa diretora da Câmara. Vários encontros com governo sem resposta sobre o pagamento do percentual e foi preciso começar a mobilização para o governo dizer que não pagaria os 22,22% na carreira, mas somente para quem recebesse um vencimento abaixo do valor do piso nacional e 8% em duas parcelas para quem recebesse acima do valor do piso nacional, mesmo índice de reposição salarial dos servidores públicos. A categoria indignada decidiu entrar em greve, no entanto parte da direção apostou na derrota e não foi construí-la, pois estavam buscando os responsáveis pelo “equivoco de ter entrado em greve”. O Conlutas enganou a categoria na assembleia estadual e a fez aprovar que só reivindicaria os 13% faltantes para alcançar o percentual de 22,22% quando conquistasse a tabela salarial aprovada em assembleia realizada em Lages, enquanto que nós queríamos lutar para receber 13% imediatamente, pois a conquista da tal tabela não estava na ordem do dia, assim como ainda não está até hoje. O mais incrível é que este discurso sensacionalista não demorou muito para implodir, chegou o mês de agosto ligavam para o SINTE perguntando sobre o pagamento de 4% que viria neste mês, esqueceram eles no que votaram, até mesmo a diretora do Conlutas, em uma das audiências com secretário, cobrou a parcela, e o mesmo com sua arrogância puxou um ofício do sindicato com resultado da assembleia que votou contrária a proposta e que queriam a tabela de Lages. Relembramos aqui que o Conlutas nunca defendeu o piso nacional, começou a aceita-lo quando perceberam que é o melhor instrumento de luta dos trabalhadores em educação, que ele conseguiu alavancar greves em todos os estados do país.

Em 2013 novamente o governo não cumpre a lei do piso. Paga 7,97% para quem recebe abaixo do valor do piso nacional e propõe utilizar este percentual para descompactar a tabela, a partir do nível 7 A, com percentual que varia de 7,83 a 15% em duas parcelas. Nós da articulação sindical contestamos a proposição do governo que ofereceu 7,83 a 15% até outubro, dizíamos naquele momento que do 7A em diante tinha direito a receber 22%, (13% de 2012 mais os 7,97) mas não teve eco na direção. A pressão e o contentamento foi de conseguir antecipar um mês em relação à proposta inicial do governo.

"Sonhar e ousar" para conquistar a tabela de Lages também faz parte da nossa história, mas como direção, precisamos ter a responsabilidade de fazer o debate de carreira com a categoria e sermos ousados a apresentar uma contra proposta de curto e médio prazo sem perdermos o horizonte dos conceitos e critérios da tabela de Lages. Para isto precisamos ter atitude, o que não é para todos. Alguns se sentem melhor fazendo denúncias vazias pelas redes sociais e panfletos, do

que assumir a responsabilidade de fazer o debate com conteúdo seguindo as diretrizes nacionais. Necessidade muito mais contundente, após tomarmos conhecimento da proposta salarial do governo para os servidores públicos com duas vertentes: o subsídio (onde incorpora as gratificações) e a meritocracia.

Analisar a direção é responsabilidade das instâncias da entidade chamadas para este objetivo, após o segundo mandato da proporcionalidade, ainda não houve amadurecimento coletivo do grupo e não se respeita as decisões das instâncias deliberativas do sindicato. Precisamos aprender a trabalhar no coletivo, respeitar agenda coletiva. A ARTSINTE não vê problemas em avaliar seu desempenho enquanto direção executiva, pois um de seus princípios é o respeito à autonomia e a liberdade sindical, mas que se faça dentro dos espaços e instâncias proporcionadas pelo Sindicato.

Contudo, uma reflexão crítica do balanço da gestão, caberá ao sindicato encontrar espaços ampliados e sistemáticos de discussão para buscar melhorar seu desempenho frente às demandas.

“Mais do que lutar é preciso saber, pelo que lutar” (Ana Ribas)

POLÍTICAS EDUCACIONAIS:

Os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação na Viabilização do Sistema Único de Educação.

A história da educação brasileira nos conta a contínua construção de desigualdades na oferta educacional, que remonta séculos, desde a chegada dos “colonizadores” europeus no Brasil. Tem prevalecido até hoje a distribuição insuficiente e diferenciada de recursos financeiros e materiais da educação numa visão elitista de que educação de qualidade é para poucos e aos demais restam sobras.

Nesse sentido, o debate hoje sobre a organização do Sistema Educacional se acentuou na Conferência Nacional de Educação, de 2010, com o tema “*Construindo o Sistema Nacional Articulado*”.

Em relação ao atendimento à demanda Educacional em Santa Catarina, os dados revelaram que a rede estadual já não atende a Educação Infantil e vem, gradativamente, não se responsabilizando também da demanda do Ensino Fundamental e com agravantes:

- a) Um avanço acelerado da municipalização;
- b) Sobreposição de ações dos entes federativos;
- c) Desmantelamento da carreira dos profissionais da educação na rede estadual, múltiplas jornadas e disparidade do piso na carreira e o não reconhecimento dos funcionários de escolas.

Um exemplo concreto deste quadro tem a redes municipais do Estado, que em dias atuais, encontra-se com muita dificuldade para atender a Educação Infantil, demanda escolar de

atendimento prioritário dos municípios. Com o número excessivo de alunos no Ensino Fundamental, bem acima da sua capacidade financeira, que depende da arrecadação própria e que nem sempre cresce na mesma proporção das despesas, vem comprometendo cada vez mais seu valor *per capita* aluno. Todo esse quadro atual o SINTE /SC já antecipava quando enfrentou através de mobilizações e denúncias a municipalização dos Centros de Educação Infantis (CEIs) da rede estadual em 2008.

Qualidade na Aprendizagem com Promoção Profissional

A desigualdade na oferta educacional impacta diretamente na qualidade da aprendizagem e na inclusão. Ao se criar o conceito de custo-aluno-qualidade/CAQ no Plano Nacional de Educação (vale lembrar que este advém da formulação de educadores e sindicalistas da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE e sindicatos filiados) produziu-se subsídios teóricos e metodológicos sobre o financiamento da educação que proporcionasse qualidade na aprendizagem e promoção profissional que dialeticamente encontram-se inter-relacionados.

Se o educador não é valorizado o seu envolvimento com o processo pedagógico se reduz e o aluno aprende menos. Neste ciclo também o educador perde a motivação e pouco se desafia. A síndrome da desistência dos profissionais docentes está presente nas escolas, uma doença laboral advinda da falta de valorização e da organização do trabalho escolar inadequado (Síndrome de Bornout).

Por estas razões e outras da própria estrutura educacional e social, entende-se que o movimento reivindicatório da categoria extrapola a demanda corporativa e alcança a demanda da sociedade. Uma carreira na educação que seja atraente é uma carreira para toda a sociedade que concebe a educação como direito individual e coletivo.

Assim o propósito do governo de implementar a valorização do magistério através da meritocracia contrapõem-se com o processo de tornar a carreira atraente , pois pressupõe que apenas alguns receberão o reconhecimento financeiro (bônus, prêmio,etc.) e que muito provavelmente o “mérito” estará vinculado ao percentual de frequência, aprovação e desempenho escolar dos alunos e nos resultados dos exames nacionais padronizados, tais como IDEB e ENEM.

Varias redes e sistemas no país, já aplicaram a meritocracia, com resultados desastrosos para a qualidade da educação e freqüentemente provocaram a desagregação do ambiente escolar movido pela competição e o individualismo que também geraram “maquiagem” nos resultados estatísticos

Valorização Profissional e Condições de Trabalho: Piso Salarial – Carreira e Formação profissional

Não há como falar em educação enquanto direito sem considerar a valorização profissional dos/as trabalhadores/as da educação. Ela está diretamente relacionada com a educação de qualidade

social que defendemos. Na construção histórica da CNTE e do SINTE/SC a valorização profissional supõe **a formação/profissionalização, carreira, jornada, piso e condições de trabalho.**

Por este motivo é um tema constantemente em disputa e a principal causa da grande maioria das greves dos/as trabalhadores/as da educação no Brasil afora e como não poderia ser diferente, nas redes municipais e na rede estadual, em Santa Catarina. Com quase dois séculos de atraso, os profissionais da educação conquistaram o piso salarial em lei no ano de 2008. Passados cinco anos ainda não se tornou realidade nos holerites de milhares de educadores no país. Além disso, forças reacionárias insistem na tentativa de inviabilizá-lo minando a possibilidade de equiparação da educação com outras carreiras do executivo conforme proposto no Plano Nacional de Educação/PNE em trâmite, ao sugerir a correção nos salários ao índice da inflação/INPC.

Aspecto essencial da valorização profissional é a carreira que tem ocupado a centralidade das discussões, em nosso sindicato desde a greve de 2011 que o governo foi obrigado a reconhecer a Lei 11.738/2008-PSPN, com a instituição do piso salarial como vencimento inicial da carreira (art. 2º). Entretanto como ocorrido em quase todas as redes do país os governos destruíram a estrutura dos planos de carreira na maioria das vezes alegando insuficiência de recursos financeiros para aplicar a Lei corretamente no vencimento inicial para todos.

O resultado desta política de achatamento provocou quase a equiparação do piso com o nível da graduação. O debate sobre diretrizes Nacionais de carreira indica que os trabalhadores/as que possuem graduação deverão receber vencimento inicial cinquenta por cento (50%) sobre o piso, definindo ainda índices que valorize a pós-graduação/mestrado/ doutorado e contemplando o tempo e a experiência de exercício na profissão.

Outro desafio é a escolarização e profissionalização dos funcionários de escola, há de se reconhecer que tivemos grande avanço no aspecto legal, recentemente (abril de 2013), com aprovação da Lei 11.796/2013, que acrescentou à LDB artigo 62-A e garantido de forma mais precisa como esta formação deva ocorrer. É sem dúvida uma grande mudança, pois contraria a lógica que tem prevalecido, onde a Secretaria de Estado de Educação continua com a política de precarização, dos trabalhadores/funcionários de escolas, aqui no Estado, (vinculados a APP), ainda conhecidos como serventes, vigias e merendeiras.

Ao não reconhecer a relevância desta formação para os funcionários, a omissão da nossa entidade tem fortalecido a política da terceirização dos serviços gerais e merenda. Os/as funcionários/as da educação tem direito a formação, devendo o SINTE/SC exigir do poder público que garanta a oferta da vaga. Imenso desafio para o movimento dos/as trabalhadores/as da educação na exigência à disponibilização das vagas pelos sistemas de ensino.

Jornada de Trabalho

A homologação pelo Ministro da Educação Aloísio Mercadante/MEC do parecer emitido pelo Conselho Nacional de Educação/CNE reconhecendo o direito a 1/3 de hora atividade previsto na lei do Piso Nacional fortaleceu a defesa e a luta da categoria contra a precarização da educação com duplas e triplas jornadas que não é especificidade de uma rede de ensino.

Em Santa Catarina o Secretário da Educação mantém a posição “malabarista” de somar tempos escolares da jornada profissional para afirmar com base na hora/relógio que cumpre 1/3 de hora atividade. O secretário deveria seguir o exemplo do município de Palhoça/SC entre outros e do Estado do Paraná que já cumprem 1/3 de hora atividade.

Apesar da legislação nacional - Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal não descrever explicitamente a hora atividade, a Lei 170 do Sistema Estadual, estabelece que a hora atividade terá a mesma duração da hora aula. Portanto hoje cumprimos 20% (8 horas aulas) do contrato de 40 horas semanais.

A conquista de 1/3 de hora atividade é o caminho mais curto para a melhoria da educação pública, pois significa mais tempo para o planejamento, avaliação, preparação de provas, intercâmbio com o corpo docente, pois à hora atividade não é um trabalho individual somente. Além disso, serve para interagir com a comunidade escolar e dessa forma ter maior compromisso com o projeto político da escola.

Para demonstrar a importância da nossa organização e resistência frente aos Governos que insistem em retirar direitos, vale mencionar a conquista da meta 17 e 18 na proposta de PNE em tramitação no Congresso Nacional que demandará uma extensa jornada de lutas até a sua aprovação, mas que exprime a garra do movimento social dos trabalhadores em educação.

Todos os aspectos discutidos, forma de ingresso, carreira, salário, fazem parte das condições de trabalho, assim como outras variantes como o número de alunos máximo por turma, acesso a equipamentos didáticos pedagógicos e padrão mínimo de infraestrutura nas escolas, são elementos de valorização profissional pelos quais deveremos incansavelmente lutar!

Financiamento da Educação na perspectiva da valorização dos profissionais da Educação

Uma das principais bandeiras históricas do SINTE/SC tem sido sua incansável luta em garantir a ampliação de verbas para a Educação Básica de Santa Catarina, também em nível Nacional junto a CNTE. Entendemos que tais ações, aliadas com a melhoria das condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação com formação continuada e salários dignos, ampliação do tempo de permanência das crianças nas escolas, a gestão democrática do ensino e a implementação dos planos estadual e municipais de educação, são as condições imperativas para o alcance da qualidade da educação que tanto almejamos.

Em Santa Catarina a crise da educação pública é agravada pelo desvio de verbas e a aplicação insuficiente dos recursos vinculados constitucionalmente. O governo do Estado deveria aplicar 25% dos recursos do orçamento anual em manutenção e desenvolvimento do ensino, mas, conforme relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no ano de 2011, foi aplicado pelo governo somente 22%, o que resultou em uma ação do SINTE protocolada no Ministério Público Federal/MPF.

Contudo há de se reconhecer que há ainda muitos desafios a serem superados, principalmente na pauta do financiamento da educação:

- 1) A revisão do papel da União no financiamento da educação básica;
- 2) A instituição de um verdadeiro regime de colaboração e cooperação entre os entes federados;
- 3) O estabelecimento de uma real valorização de todos/as os/as trabalhadores/as em educação;
- 4) A definição de referenciais de qualidade para todos os níveis e modalidades de educação/ensino;
- 5) A definição do papel da educação pública no processo de desenvolvimento do País.

Reafirmamos, junto com a CNTE, a luta nacional pela imediata aprovação do Plano Nacional de Educação e pela elevação dos investimentos do PIB em educação, saindo dos atuais 5,2% para o mínimo de 10% e que seja destinado, ainda para financiamento da educação, 100% dos royalties do petróleo, bem como, os recursos oriundos das taxas e contribuições que, mesmo sendo tributado da sociedade, não gera recursos para a educação pública.

Gestão Democrática

A gestão democrática é um pressuposto essencial quando entendemos que a transformação da sociedade pode ocorrer a partir da escola pública de qualidade referenciada socialmente. Mas a democracia deve perpassar todo o sistema educacional igualitariamente, isto é, passa, por exemplo, pela democratização do Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e Conselhos Municipais de Educação (CME), a efetivação dos Fóruns Municipais de Educação (resolução CONAE /2010) o funcionamento dos Grêmios Estudantis e Conselhos Deliberativos escolares que são os organismos democráticos que representam pais, alunos, funcionários e professores nas escolas. A eleição direta para dirigentes das instituições de ensino da educação Básica Pública com paridade entre docentes, funcionários, pais e estudantes.

A eleição de acordo com o Plano Nacional de Educação /PNE deve ser garantida através de lei, portanto o governo de Santa Catarina novamente na contramão da história estabelece um processo autoritário ao impor um decreto lei para regulamentar a escolha dos dirigentes escolares. Os critérios definidos para as candidaturas na prática já antecipam quem serão os candidatos escolhidos. Também condiciona à participação na eleição a aprovação de plano de gestão por uma banca avaliadora indicada pela Secretaria de Educação /SED.

O SINTE/SC é frontalmente contra este processo tendencioso além do calendário eleitoral, onde a posse dos eleitos só acontecerá no ano de 2016. Defendemos eleições livres com a possibilidade de candidatura para todos os trabalhadores/as e posterior capacitação pelo governo do Estado. Desta forma, mantemos nossa posição de apoiar realização de eleições diretas em todas as escolas do Estado de Santa Catarina, onde a comunidade estiver disposta a assumir esta importante bandeira de luta.

A qualidade do ensino público passa por uma gestão democrática que pressupõe a escolha do gestor escolar através de eleições. Entendemos que essa forma democrática vem de encontro às diretrizes nacionais.

POLÍTICAS SINDICAIS

Filiação à CUT - Central Única dos Trabalhadores

Explicitar o compromisso de classe trabalhadora é reafirmar a importância de fazermos parte da maior Central Sindical da América Latina e a quinta maior do mundo: a CUT.

As lutas da Central Única dos Trabalhadores do campo e da cidade, dos serviços públicos e privados ao longo dos seus 30 anos vão além da relação direta empregador/a – empregado/a. Forjada por um amplo conjunto de forças sociais de resistência e combate ao sistema ditatorial e excludente instalado no país com o golpe militar de 64, e em defesa de bandeiras históricas da classe trabalhadora, como a reforma agrária, a liberdade e a democracia, a ampliação de empregos, salários e melhorias nas condições de vida, a CUT, reunindo entidades sindicais combativas dos vários ramos de atividades vem, desde a fundação, em 1983, fazendo história na defesa de direitos históricos e imediatos da classe trabalhadora.

Mobilizando, organizando e formando quadros, a CUT busca ocupar todos os espaços possíveis de intervenção e negociação de pautas da classe trabalhadora, seja nos embates diretos com os empregadores, seja nos espaços de disputa de concepções de Estado e projetos de governo, tanto no Executivo quanto legislativos das três esferas da federação.

Presente em todos os ramos de atividade econômica, a CUT, com mais de 8 milhões de trabalhadores/as na base, são 2.169 sindicatos, 21,58% do total cadastrado no Ministério do Trabalho, representando 2.694.757 sindicalizados, 35,60% do total dos filiados nos sindicatos cadastrados.

Nós, profissionais da educação da rede pública estadual de SC, apesar de conquistarmos o direito de sindicalização somente a partir de Constituição de 1988, participamos de todos os movimentos nacionais e estaduais para a criação da CUT. Desde o congresso de fundação, em 1984, participamos na definição das resoluções e planos de lutas da Central, tanto em âmbito estadual quanto nacional e, por isso, defendemos a continuidade da filiação.

Em SC, são 123 sindicatos filiados e 7 organizações de ramos, sendo duas (2) federações oficiais e cinco (5) entidades orgânicas – coordenações de ramos, representando 625.694 trabalhadores/as.

Com os princípios da identidade de classe, da autonomia e liberdade sindical, tanto frente a patrões como também a partidos políticos e governos, e os princípios da unidade de ação, da democracia e da solidariedade, a CUT tem como objetivo organizar, mobilizar, representar e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativo e aposentado, por melhores condições de vida e de trabalho, rumo a uma sociedade justa e democrática, focando sua utopia na construção de um socialismo, também, este, em construção.

Com grandes mobilizações, a Central Única dos Trabalhadores marcou história não só no processo de reabertura democrática, mas também na reconstrução dos espaços de exercício e consolidação da redemocratização brasileira. Ao longo de seus 30 anos, tem sido decisiva na defesa do reconhecimento da valorização do trabalho, seja nas lutas pela garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, tanto nas negociações diretas junto aos empregadores quanto nas reivindicações e resistência no campo do marco legal, como, recentemente, tem sido em relação à redução da jornada de trabalho para 40 horas, o fim do fator previdenciário e o arquivamento do PL 4.330, sobre a terceirização, que ampliará a precarização das relações de trabalho.

Também são eixos de sua concepção e atuação estratégica o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento que assegure crescimento econômico com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental. Daí, a luta pela universalização dos direitos ser cotidianamente reafirmada com a participação ativa da Central nos espaços de formulação de políticas públicas e afirmativas de vários setores e segmentos da sociedade, com destaque para saúde, educação, comunicação, trabalho decente, mulheres, juventude, pessoas com deficiência física, combate à discriminação racial, idosos, meio ambientes, entre outros. No campo da solidariedade internacional, a CUT tem trabalhado no desenvolvimento de estratégias conjuntas com organizações da classe trabalhadora para o enfrentamento das políticas neoliberais - de privatização, de concentração de capitais e altos lucros - que ferem a soberania nacional e proliferam práticas especulativas, resultando na precarização das condições e relações de trabalho.

É com esta concepção e prática que o movimento sindical Cutista foi forjado na história do nosso país, cresceu e que continuará crescendo, isto é, contribuir para uma sociedade justa, igualitária e de garantia do acesso aos direitos da pessoa humana.

Fieis aos princípios históricos que balizou a criação da Central, a Articulação Sindical do SINTE – ArtSinte, defende a continuidade da filiação à CUT e o fortalecimento de pautas que nos unem enquanto classe trabalhadora.

Por essa história de 30 anos de comprometimento nas lutas da classe trabalhadora brasileira, explicitamos nossa defesa de filiação à CUT, pois fazemos e somos parte dessa história. Nas lutas da CUT estão impressos nossos sonhos, ideais e ações por uma sociedade de justiça social. Assim como todas as demais forças políticas hoje atuantes no SINTE, mas que optaram criar outros instrumentos e trilhar outros caminhos, nós, da ArtSinte reafirmamos nosso compromisso em continuar fazendo história com as demais categorias que até então construíram a Central Única dos Trabalhadores. Cientes de que contradições são próprias da natureza humana, não nos omitimos dos possíveis erros que são cometidos nas incansáveis lutas contra o capital e seus representantes, mas jamais contra a própria classe trabalhadora, como tem atuado companheiros/as de outras forças políticas atuantes no SINTE. Ignorando os nossos reais adversários, esses companheiros/as há anos vêm dissipando nossas forças ao nos atacar com políticas divisionistas. Não por ignorância, mas por pretensões de aparelhamento político-partidário, acabam nos fragilizando e favorecendo única e exclusivamente patrões e maus gestores públicos. Acusam-nos de pelegos, mas as categorias que mais tem se mobilizado, feito greves e obtido conquistas são as categorias cujas entidades são cutistas, como foram às inúmeras as greves de trabalhadores/as nos serviços públicos municipais, nos correios, no comércio, nas escolas particulares, na indústria metalúrgica, nas agroindústrias e nos demais ramos em SC e no Brasil nos últimos anos. Ao contrário do discurso panfletário, divisionista da CONLUTAS/PSTU e de outras correntes políticas, a Central Única dos Trabalhadores nunca mediu esforços para combater atitudes antidemocráticas e retiradas de direitos que governos e patrões tentam implantar para classe trabalhadora. Exemplo recente foram às mobilizações no Congresso Nacional contra o PL 4330 e contra o leilão de Libras, com dezenas de trabalhadores/as cutistas enfrentando a polícia.

Queremos nos manter filiados a CUT porque é ela que abraça e marcha pelas ruas conosco por educação pública inclusiva, transformadora, gratuita e de qualidade para todos; pela valorização profissional, melhores salários, melhores condições de trabalho e a aplicação de 10% do PIB .

Queremos nos manter filiados a CUT porque com ela somos mais fortes, temos maior enraizamento social, presença nacional e relações internacionais. Com ela somos mais fortes porque temos relações com o conjunto dos movimentos sociais e nos fazemos presentes em todos os setores da vida dos trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos; trabalhadores(as) da indústria, do comércio, dos serviços privados e dos serviços públicos; homens e mulheres: negros, brancos, mestiços, índios, jovens, adultos e idosos que constroem esta nação amada chamada Brasil

Por último, queremos lembrar que a maior defesa da continuidade da filiação à CUT foi feita na última eleição do SINTE. Mesmo diante do discurso e defesa contrária feita durante a campanha, quando colocavam como um dos primeiros pontos da proposta de chapa a desfiliação da CUT, a categoria respondeu com sabedoria no voto, elegendo a chapa cutista. Portanto, pelo discurso da

coerência e o respeito com a vontade da maioria, devemos manter a filiação à CUT, pois a vontade das nossas bases, em sua maioria, não deve ser suprimida pela vontade e projetos político-partidários de segmentos da direção do SINTE. Para nós, esse é um ponto vencido. Com a CUT – Central Única dos Trabalhadores, somos mais fortes. Uma Central que reúne trabalhadores de todos os ramos de atividade, do campo e da cidade, dos serviços públicos e privados. Juntos, somos mais fortes.

PLANO DE LUTAS

I- Nacional

Pelo fim do fator previdenciário;

Pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial;

Pela regulamentação da Convenção 151 e a ratificação da Convenção 87 da OIT e o fim do imposto sindical;

Contra a terceirização em todos os serviços (público/privado) e contra a aprovação da PL 4330.

Contra a privatização de patrimônio público (Petrobrás, BB, Correios.);

Pela implantação do Plano Nacional da Educação com a destinação de 10% do PIB para a educação e o fortalecimento da política do Piso Salarial Profissional Nacional;

Pelos 10% do PIB para a saúde;

Pela reforma agrária e soberania alimentar;

Pela aprovação da PEC do trabalho escravo e da PEC do limite de propriedade da terra;

Pelas reformas política e tributária.

II- Estadual

Pela revogação das leis das Organizações Sociais, tanto estadual quanto federal;

Pela aprovação de lei estadual que extinga o direito de pensão vitalícia aos ex-governadores e a proibição do nepotismo no serviço público estadual e municipal

Contra o trabalho escravo e infantil, com a aplicação de medidas punitivas aos responsáveis

Pelo fim do interdito proibitório e a federalização dos crimes contra sindicalistas e militantes políticos e sociais do campo e da cidade;

Contra a criminalização dos movimentos sindical e social

Por um projeto político pedagógico- jurídico à defesa da autonomia e democracia nas escolas

Por eleição direta para diretor de escola em síntese gestão democrática

Pela paridade entre ativos e aposentados;

Por um plano de carreira que valorize os profissionais da educação de acordo com as diretrizes nacionais;

Por concurso publico para todos os cargos; professor, especialista,

Pela implantação do PRÓ FUNCIONÁRIO e por concurso publico para os funcionários;

Pela inclusão dos funcionários de escolas no estatuto do magistério;

Pela manutenção da gratificação da regência de classe com percentual igual para todos/as os /as professores/as;

Contra qualquer forma de avaliação por desempenho-Meritocracia;

Pelo reconhecimento do cargo de professor (a) para os especialistas e assistente técnicopedagógico;

Contra o Bulling, homofobia nas escolas e nos espaços de participação da categoria;

Por uma política de prevenção e saúde dos trabalhadores em educação, efetivo e Act;

Pela ampliação da representatividade do SINTE/SC nos espaços de controle social, em nível estadual e municipal, com destaque os conselhos de educação, Fundeb, alimentação escolar;

Pela fiscalização sistematicamente da aplicação dos recursos da educação;

Pela implantação de 1/3 de hora atividade, com o fim das aulas excedentes;

Por melhores condições de trabalho e segurança nas Unidades Escolares;

Pela manutenção da diferença entre e de Ensino Superior em 50% de acordo com as Diretrizes Nacionais

Pelo cumprimento da Lei Complementar nº 170/98 com relação ao quantitativo de alunos por série;

Pela criação de mecanismos de acompanhamento dos Conselhos Deliberativos Escolares;

Segurança e Promoção a Saúde

Lutar pela implantação nas escolas da comissão de promoção a saúde, segurança e meio ambiente, mediante composição paritária entre os segmentos da comunidade escolar, garantindo mecanismos de prevenção à saúde do profissional e usuários;

Lutar pela implantação de programas voltados à reabilitação funcional, dos profissionais readaptados, com tratamento adequado à doença, incluído na jornada e de forma gratuita;

Lutar para garantir aos trabalhadores em educação e seus respectivos familiares um plano de saúde de qualidade, com atendimento médico e hospitalar, independente da forma de contratação; sob-responsabilidade do Estado;

Exigir o cumprimento da legislação de segurança, relativa às funções; estrutura física das escolas; transporte escolar; acidentes de trabalhos, entre outros;

Desenvolver de forma efetiva em todas as unidades escolares o programa Saúde e Prevenção DST/AIDS da CNTE.

Políticas em defesa dos direitos humanos:

Combater quaisquer formas de discriminação no âmbito interno e externo do sindicato;

Lutar pela implantação da Lei 10639

Lutar pelas políticas públicas de igualdade e diversidade.

Políticas Sindicais

Promover ampla campanha de filiação;

Manter posição contrário ao imposto sindical e com devolução aos filiados com prazo de 2 meses para requer, após os recursos serem repassados para o sindicato

Pelo fim da proporcionalidade no SINTE.

Assinam a tese: Anna Julia Rodrigues, Carlos Alberto Lopes, Ilone Moriggi, Cassiano Marafon, Sandro Luiz Cifuentes, delegados/as de Brusque, delegados/as de Blumenau, delegados/ de Rio do Sul, delegados/as de Ibirama, delegados/as de Ituporanga, delegados/as Canoinhas, delegados de Curitiba, delegados/ de Caçador, delegados/as de Jaraguá do sul, delegados/ São Lourenço do Oeste, Marta Vanelli e Marlene Golin de Itajaí, Ivonete Zeckowski, Isabel Ivanise, Maria Helena Martinischen e Viviane Dvojtzki Skonieski de Mafra, Aneli Remus Gregório de Florianópolis, Zoê Bittencourt Bergler, Neuza Sotilli e Fernando Patricio Filho de São José.

ESTATUTO DO SINTE/SC

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS E FINALIDADES

Art. 1º - O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA é pessoa jurídica, sem fins lucrativos e duração indeterminada, criado em Assembléia Geral da categoria.

Art. 2º - O SINTE/SC goza de autonomia administrativa, financeira e política, que exercerá na forma desse Estatuto.

Art. 3º - O SINTE/SC representa, em juízo ou fora dele, todos(as) os(as) trabalhadores(as) em educação na rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina, da educação básica e aposentados(as), defendendo os direitos coletivos ou individuais da categoria.

§ 1º - Entende-se por trabalhador(a) em educação os(as) ocupantes dos atuais cargos e os que venham a serem criados, ativos(as) e aposentados(as), vinculados(as) direta e indiretamente, nas redes de ensino estadual e municipal e respectivas secretarias de educação.

§ 2º - Compreende-se por trabalhadores em educação da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina, todos(as) os(as) que são vinculados na rede estadual e municipal, efetivos(as) e/ou admitidos(as) em caráter temporário das respectivas redes de ensino.

Art. 4º - O SINTE/SC representa todos os (as) trabalhadores(as) em educação na rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina independente de suas convicções políticas, ideológicas e religiosas, tendo como objetivo avançar na unidade dos(as) trabalhadores(as) em educação em Santa Catarina e da classe trabalhadora em geral, lutando por sua independência econômica e organizativa.

Art. 5º - O SINTE/SC é regido por ampla democracia em todas as suas instâncias e departamentos e garante plena liberdade de expressão às correntes internas de opinião, cujas deliberações são efetivadas através da unidade na ação em todas as instâncias.

Art. 6º - O SINTE/SC tem sede e foro em Florianópolis e jurisdição em todo o território do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º - O SINTE/SC tem por finalidade:

I - promover a união e integração de todos(as) os(as) trabalhadores(as) em educação na rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina e garantir sua independência de classe em relação ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos;

II - representar perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses coletivos e/ou profissionais da categoria;

III - defender os direitos, interesses e reivindicações da categoria;

- IV** - reivindicar e lutar junto aos poderes públicos pela valorização funcional, profissionalização e aperfeiçoamento dos seus representados;
- V** - garantir, quando solicitado, as orientações e homologações relativas a vida funcional dos(as) filiados(as).
- VI** - fortalecer o intercâmbio e a integração com as organizações sindicais e populares representativas dos(as) trabalhadores(as), especialmente as entidades dos(as) trabalhadores(as) no serviço público estadual e municipal;
- VII** - efetivar o plano de lutas e campanhas reivindicatórias junto aos órgãos oficiais competentes.
- VIII** - lutar por uma escola pública gratuita, democrática, laica e de boa qualidade;
- IX** - participar da luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária.
- X** - lutar em defesa da criança e do adolescente conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação equivalente;

TÍTULO II

DOS(AS) FILIADOS(AS)

CAPÍTULO I

DA ADMISSÃO E CATEGORIAS

Art. 8º - Pode ingressar no quadro social do SINTE/SC todos os indivíduos que integram a categoria profissional representada, ainda que contratados através de interposta pessoa, desde que exerçam suas atividades em qualquer município do Estado de Santa Catarina.

Art. 9º - O sindicato terá filiados(as) contribuintes, beneméritos(as) e especiais.

§ 1º - São filiados(as) fundadores(as) aqueles que promoveram a fundação do sindicato e que regularizaram sua situação social.

§ 2º - São filiados(as) contribuintes os(as) trabalhadores(as) em educação na rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina, admitidos(as) de acordo com o art. 8º desse Estatuto.

§ 3º - São filiados(as) beneméritos(as) os(as) cidadãos(ãs) que fizerem contribuições consideráveis ao sindicato, mediante aprovação de Assembléia Geral, sendo isentos(as) de contribuição e não tendo direito a voto.

§ 4º - São filiados(as) especiais os(as) trabalhadores(as) na rede pública de outros estados, que atuem na rede pública de Santa Catarina, por permuta.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 10 - São direitos dos(as) filiados(as) contribuintes:

I - participar das assembleias com direito a voz e voto;

II - votar e ser votado(a) em eleições de representação do sindicato;

III - participar com direito a voz e a voto em todas as instâncias do sindicato para as quais tenha sido eleito(a);

IV - gozar dos serviços, benefícios e assistência oferecidos pelo sindicato.

Parágrafo Único: O atendimento e usufruição da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas, por meio do departamento jurídico dar-se-á exclusivamente para filiados(as) contribuintes.

Art 11 - São deveres dos(as) filiados(as) contribuintes:

- I** - cumprir e exigir o cumprimento das finalidades e determinações estabelecidas nesse Estatuto, assim como as decisões das instâncias deliberativas;
- II** - zelar pelo patrimônio e serviços do sindicato, cuidando de sua correta aplicação;
- III** - comparecer as reuniões e assembleias convocadas pelo sindicato;
- IV** - vetado
- V** – denunciar formalmente ao sindicato todos os casos de não cumprimento e desrespeito aos direitos dos(as) trabalhadores(as) em educação, dos quais tenha conhecimento;
- VI** – exercer expressa vigilância sobre todas as instâncias e departamentos do sindicato, denunciando formalmente e com comprovação as irregularidades e atos lesivos contra o sindicato ao Conselho Deliberativo.
- VII** – pagar pontualmente a mensalidade ao sindicato, incidente sobre o vencimento mensal e sobre o décimo terceiro salário (gratificação natalina), de acordo com o valor estabelecido pela Assembleia Geral.
- VIII** – lutar pela plena igualdade entre os povos e nas relações de gênero e étnico-raciais.

Art. 12 – vetado

Art. 13 – O(a) filiado(a) desempregado(a) tem direito à assistência jurídico-trabalhista pelo período de 12 (doze) meses após o rompimento do vínculo empregatício.

Parágrafo Único: Aos ACTs serão assegurados todos os direitos de filiado, inclusive de direção, até um ano após cessado o vínculo com o Estado, desde que não tenha culpa pela não contratação, sujeito a análise do Conselho Deliberativo.

Art. 14 - O gozo pleno dos direitos é vinculado ao cumprimento dos deveres do(a) filiado(a).

Art. 15 – Os(as) filiados(as) estão sujeitos as penalidades de suspensão e de eliminação do quadro social quando cometerem desrespeito ao presente Estatuto.

§ 1º - Será considerada infração ao presente estatuto a omissão de dirigente liberado, no encaminhamento das deliberações das instâncias sindicais.

§ 2º - Poderão ser aplicadas penalidades de advertência, suspensão temporária ou exclusão do quadro de filiados/as.

§ 3º - Excetua-se da punição os casos comprovados de doença ou força-maior.

§ 4º - Cabe ao Conselho Deliberativo apreciar e deliberar a respeito das infrações ao presente Estatuto, estabelecendo as penalidades, assegurando-se o direito à ampla defesa.

§ 5º - Do processo de julgamento:

I – Apresentação da denúncia, por escrito em reunião do Conselho Deliberativo, a qual deverá ser lida em plenário.

II – Comunicação ao(a) acusado(a), entregando-se ao mesmo, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento, cópia de inteiro teor da denúncia, por dois membros da Executiva, que assinarão o ofício de comunicação.

III – O(a) Representado(a) apresentará defesa oral e escrita na primeira reunião posterior a notificação.

IV – Apresentada a defesa se abrirá espaço para esclarecimentos, sendo em seguida votada a absolvição ou punição e qual delas deve ser aplicada.

TÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 16 - O SINTE/SC tem organismos e instâncias de decisões em nível estadual, regional e municipal.

CAPÍTULO I DAS INSTÂNCIAS ESTADUAIS

Art. 17 - As instâncias estaduais são:

- I** - congresso estadual;
- II** - assembléias gerais;
- III** - conselho deliberativo;
- IV** - diretoria executiva;
- V** - conselho fiscal;

SEÇÃO I DO CONGRESSO ESTADUAL

Art. 18 - O Congresso Estadual é o órgão soberano do SINTE/SC, realizado bianualmente, com o objetivo de avaliar as situações presentes e deliberar as metas e linhas de ação.

Art. 19 - O Congresso Estadual é convocado pelo(a) coordenador(a) estadual do SINTE/SC e organizado pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - O Conselho Deliberativo, em reunião no primeiro semestre, delibera sobre o temário geral, a dinâmica, os critérios de participação de delegados(as) e o regimento do Congresso.

Art. 20 - O Congresso Estadual é composto por delegados(as) eleitos(as) na base, proporcional ao número de filiados(as). A eleição de delegados(as) é realizada, com discussão do temário, em Assembléia.

Parágrafo Único - São delegados(as) natos(as) ao Congresso Estadual a Diretoria Executiva e a Coordenação Regional que sedia o Congresso.

Art. 21 - O Congresso Estadual tem, além de outras, as seguintes competências específicas:

- I** - aprovar o Plano de Lutas anual;
- II** - aprovar o relatório e prestação de contas da Diretoria Executiva;
- III** - promover alterações no Estatuto do sindicato;
- IV** - dissolver o sindicato pela aprovação de 2/3 (dois terços) dos votos dos delegados, desde que convocado especialmente para este fim;
- V** - aprovar seu regimento de funcionamento.

SEÇÃO II DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 22 - A Assembléia Geral é a instância deliberativa para encaminhamentos das campanhas reivindicatórias em defesa dos interesses dos(as) trabalhadores(as) em educação e dos(as) trabalhadores(as) em geral, bem como de decisões sobre as formas de luta da categoria.

Parágrafo Único - Participam das Assembléias Gerais todos(as) os(as) trabalhadores(as) em educação, com direito a voz e voto.

Art. 23 - A assembléia ordinária é instalada uma vez por ano, por ocasião da data-base da categoria.

§ 1º - Caberá também a assembléia ordinária a aprovação da prestação de contas anual do sindicato, englobando a da Diretoria Executiva, Sedes Regionais e Municipais.

§ 2º - Poderão ser convocadas assembléias extraordinárias, de acordo com necessidade justificada.

Art. 24 - A Assembléia Geral é convocada por:

- I - decisão da Diretoria Executiva; ou
- II - deliberação do Conselho Deliberativo; ou
- III - requerimento dos sócios, com 5% (cinco por cento) de assinaturas dos sócios.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 25 - O Conselho Deliberativo tem por função decidir sobre todos os assuntos de interesse do SINTE/SC, respeitando as deliberações do Congresso Estadual e das Assembléias Gerais.

Art. 26 - Compete ainda ao Conselho Deliberativo:

- I - elaborar propostas indicativas às Assembléias Gerais;
- II - decidir sobre conflitos entre a diretoria e os departamentos, ou entre a diretoria e as comissões de trabalho, ou ainda entre a diretoria e as sedes regionais e municipais;
- III - resolver os casos omissos desse Estatuto, em primeira instância;
- IV - convocar Assembléias Geral ou Regional, bem como reuniões extraordinárias do Conselho Deliberativo;
- V - elaborar e aprovar os regimentos internos do SINTE/SC sobre:
 - a) organização e funcionamento do Conselho Deliberativo;
 - b) eleições;
 - c) outros, para cumprimento desse Estatuto;
- VI - elaborar o regimento do Congresso;
- VII - referendar os regimentos das sedes regionais;
- VIII - estabelecer data para a realização das eleições gerais, bem como eleger a comissão eleitoral estadual composta de, no mínimo, 3 (três) pessoas;
- IX - aprovar na primeira reunião anual o plano orçamentário para o SINTE/SC, elaborado pela Diretoria Estadual;
- X - indicar o valor a ser pago mensalmente pelos filiados(as) **ad referendum** da Assembléia Geral;
- XI - elaborar e aprovar a pauta e a organização do Congresso Estadual.
- XII - Aprovar a criação e ou exclusão de departamentos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Cabe ao Conselho Deliberativo, especificar o que se entende por infrações ao presente Estatuto, estabelecendo as penalidades e processo de julgamento, assegurando-se o pleno direito de defesa.

Art. 27 - O Conselho Deliberativo é formado por Conselheiros(as) Estaduais eleitos(as) regionalmente, pela Diretoria Executiva e pelos(as) Coordenadores(as) das Sedes Regionais e das Comissões Municipais organizadas.

§ 1º - Os(as) Conselheiros Estaduais são eleitos(as) por votação nominal, em voto direto e secreto, na mesma data das eleições gerais, na proporção de 1 (um) para cada grupo de 400 (quatrocentos) filiados(as) na região.

§ 2º - As sedes regionais do SINTE/SC que não possuem, no mínimo, 400 (quatrocentos) sócios, terão direito a eleger 1 (um/a) Conselheiro(a) Estadual.

§ 3º - Na vacância ou impedimento do(a) Conselheiro(a) Estadual ou Coordenadores(as) Regional ou Municipal será convocado(a) o(a) respectivo(a) suplente.

§ 4º - Esgotada a nominata de suplentes para Conselheiro Estadual, a vaga será suprida através de eleição em Assembléia Regional, convocada especificamente para esse fim. O(a) Conselheiro(a) Estadual eleito(a) cumprirá mandato até a realização das eleições gerais do SINTE/SC.

Art. 28 - As reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo realizar-se-ão de 03 (três) em 03 (três) meses e serão convocadas pelo (a) Coordenador (a) do SINTE/SC ou por 2/3 (dois terços) dos

membros efetivos da Diretoria Executiva, respeitado o prazo mínimo de 7 (sete) dias entre a convocação e a realização das mesmas.

§ 1º - O Conselho Deliberativo pode reunir-se extraordinariamente, quando da realização de Assembléia Estadual Ordinária ou Extraordinária, obedecido ao prazo, no mínimo, de 48 (quarenta e oito) horas, por convocação:

- a) do (a) Coordenado (a) Estadual;
- b) de 2/3 (dois terços) da Diretoria Executiva.

§ 2º - Na convocação das reuniões constará o local, o horário e a pauta, podendo esta última ser modificada pela maioria dos membros presentes.

§ 3º - O quorum para o início dos trabalhos é de 30% (trinta por cento) de presença dos membros, desde que esteja representada a maioria absoluta das sedes regionais e 10% (dez por cento) das Comissões Municipais organizadas.

Art. 29 - O voto no Conselho Deliberativo é individual e as decisões serão tomadas por maioria simples, salvo exceções determinadas pelo próprio Conselho.

Art. 30 - O membro do Conselho Deliberativo que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas é excluído automaticamente, salvo a plenária considerar a ausência como justificada.

SEÇÃO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 31 - A Diretoria Executiva é o principal órgão executivo do SINTE/SC e é composta por 17 (Dezessete) membros efetivos e igual número de suplentes, numerados em ordem crescente.

§ 1º - A Diretoria Executiva é composta pelos seguintes cargos:

- I** – coordenador estadual(a);
- II** - vice-coordenador(a) estadual;
- III** – secretário(a) geral;
- IV** – secretário(a) de finanças;
- V** – secretário(a) de organização e assuntos do interior;
 - a) Secretário Adjunto de Organização – Oeste;
 - b) Secretário Adjunto de Organização – Planalto;
 - c) Secretário Adjunto de Organização – Norte;
 - d) Secretário Adjunto de Organização – Sul;
 - e) Secretário Adjunto de Organização – Vale;
 - f) Secretário Adjunto de Organização - Grande Florianópolis.
- VI** – secretário(a) de formação política e sindical;
- VII** – secretário(a) de políticas sociais e de gênero.
- VIII** – secretário(a) de aposentados(as) e assuntos previdenciários;
- IX** – secretário(a) de assuntos educacionais e culturais;
- X** – secretário(a) de imprensa e divulgação;
- XI** – secretário(a) de assuntos jurídicos e trabalhistas;

§ 2º - A composição da Diretoria Executiva, das Regionais e das municipais ocorrerá de acordo com o percentual de votação obtido na eleição.

§ 3º - Terá direito a representação nas respectivas coordenações a chapa que obtiver 15% (quinze por cento) dos votos em caso de duas ou 10% (dez por cento) com mais de duas.

§ 4º - Os cargos serão escolhidos de forma qualificada, sendo que a chapa mais votada escolhe os dois primeiros cargos.

§ 5º - As chapas deverão possuir, na sua composição, representantes de pelo menos 10 (dez) Regionais.

§ 6º Os titulares da Executiva serão substituídos da seguinte forma:

- I - Pelos suplentes da sua respectiva chapa na ordem de formação da mesma.

II - A substituição dos cargos de Secretário e de Secretário Adjunto é de acordo com a proporcionalidade da chapa do titular.

Art. 32 - À Diretoria Executiva coletivamente compete:

I - dirigir e administrar o sindicato e coordenar todas as suas lutas;

II - encaminhar o Plano de Lutas aprovado pelo Congresso;

III - representar o SINTE/SC junto aos poderes públicos federal, estadual e municipal, bem como perante as pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado;

IV - integrar o SINTE/SC com todas as entidades sindicais e populares representativas da classe trabalhadora;

V - cumprir e fazer cumprir as decisões dos congressos de entidades as quais o sindicato é filiado, assim como das Assembléias Gerais e Conselho Deliberativo do SINTE/SC;

VI - criar departamentos **ad referendum** do Conselho Deliberativo ou da Assembléia Geral ou do Congresso Estadual;

VII - deliberar sobre a convocação de Assembléias Gerais ou Regionais ou Conselhos Deliberativos;

VIII - encaminhar toda a publicação oficial em nome do sindicato;

IX - organizar os serviços administrativos da sede estadual;

X - contratar e dispensar trabalhadores(as);

XI - cumprir e fazer cumprir o Estatuto do sindicato, os regimentos e normas administrativas do SINTE/SC.

XII - Proceder a intervenção e destituição das diretorias regionais e comissões municipais, que por seis meses estiverem com atraso na prestação de contas junto à Secretaria de Finanças do SINTE/SC, promovendo nova eleição.

Art. 33 - Compete ao(à) Coordenador(a) Estadual:

I - representar extra e judicialmente o sindicato, ativa e passivamente;

II - representar o sindicato e seus(suas) filiados(as) junto à entidades e órgãos públicos;

III - assinar com o Secretário(a) de Finanças todos os cheques e documentos que representam valores e obrigações;

IV - convocar e dirigir as reuniões de Diretoria;

V - convocar e instalar a reunião do Conselho Deliberativo;

VI - convocar e instalar a Assembléia Geral;

VII - convocar as eleições gerais;

VIII - abrir, rubricar e encerrar os livros do SINTE/SC; e,

IX - zelar e administrar o funcionamento e o patrimônio do sindicato.

Art. 34 - Ao(À) Vice-Coordenador(a) Estadual compete:

I - auxiliar o(a) coordenador(a) Estadual no desempenho de suas funções;

II - substituir o(a) coordenador(a) estadual em seus impedimentos legais;

III - zelar e administrar o funcionamento e o patrimônio do sindicato;

IV - gerenciar os recursos humanos; e,

V - coordenar o trabalho dos(as) trabalhadores(as) do sindicato.

Art. 35 - Compete à Secretaria Geral:

I - zelar pelo enquadramento do SINTE/SC nas exigências legais e fiscais, assim como tratar de seus registros nas repartições competentes;

II - substituir o(a) coordenador(a) estadual em seus impedimentos legais, quando da impossibilidade do vice-presidente;

III - subscrever as atas das reuniões da Diretoria, Assembléias Gerais e Conselho Deliberativo;

IV - coordenar os serviços da secretaria;

- V - assinar e manter atualizada as correspondências de responsabilidade do sindicato;
- VI - coordenar o trabalho da secretaria em todas as instâncias do SINTE/SC;
- VII - organizar o arquivo da secretaria geral do SINTE/SC.

Art. 36 - À Secretaria de Finanças compete:

- I - superintender toda a arrecadação e guarda de todos os valores pertencentes ao sindicato;
- II - cuidar da escrituração dos livros contábeis e mantê-los rigorosamente em ordem, bem como a respectiva documentação sob responsabilidade de um contador legalmente habilitado;
- III - movimentar e assinar com o(a) coordenador(a) estadual em exercício todos os cheques e documentos que representam valores e obrigações;
- IV - elaborar o balanço anual e o balanço geral ao fim de cada exercício, assim como o orçamento, a fim de serem submetidos às instâncias competentes;
- V - apresentar balancetes mensais à Diretoria Executiva, publicando-os no jornal do SINTE/SC ;
- VI - estimular e coordenar eventos e atividades para ampliar as receitas do sindicato.
- VII - Encaminhar ao Conselho Deliberativo, na primeira reunião de cada ano, para a deliberação do valor para compra e venda de bens móveis e imóveis, pertencentes ao sindicato, que deverão ser aprovadas em assembléias regionais para as diretorias regionais e em assembléia estadual para a diretoria executiva.
- VIII – Suspender, até que seja regularizado, o repasse financeiro às diretorias regionais e às comissões municipais que estiverem com atraso de dois meses na prestação de contas junto à Secretaria de Finanças do SINTE/SC.

Art. 37 - À Secretaria de Organização e Assuntos do Interior compete:

- I - incentivar e dar condições para a criação de novas Comissões Municipais;
- II - implantar a secretaria de organização e assuntos do interior;
- III - organizar a memória do sindicato;
- IV - incentivar e implementar os departamentos específicos.
- V - estar em contato com as sedes regionais e municipais;
- VI - coordenar a divulgação das assembléias gerais ordinárias e extraordinárias;
- VII - coordenar a divulgação de reuniões das diversas instâncias de decisão do sindicato.

Art. 38 - À Secretaria de Formação Política e Sindical compete:

- I - propor, planejar e executar as atividades estruturais de formação e de educação sindical, com realização de cursos, seminários, encontros e outros, a partir das necessidades detectadas;
- II - promover a integração do sindicato com as demais entidades representativas da classe trabalhadora, associações profissionais e movimentos populares;
- III - coordenar a elaboração de documentos e outras publicações relacionadas à área;
- IV - promover a integração do SINTE/SC com agências e entidades de formação que realizem trabalho com objetivos afins;
- V - implementar uma biblioteca no sindicato.

Art. 39 - – A Secretaria de Políticas Sociais e de Gênero compete:

- I - estabelecer e coordenar a relação do SINTE/SC com as organizações e entidades do movimento popular e da sociedade civil em seu âmbito, de acordo com a linha geral determinada por este Estatuto e instâncias do sindicato
- II - promover e contribuir na discussão e elaboração de políticas sociais que abrangem os trabalhadores em educação;
- III - coordenar a execução de atividades e elaboração de políticas sociais, no âmbito do SINTE/SC:
- IV - promover o levantamento de dados para diagnosticar a situação de saúde e condições de trabalho da categoria;
- V - lutar pela humanização do processo de trabalho de todos os trabalhadores em educação;

- VI** - organizar fóruns para discussão do tema saúde e condições de trabalho, bem como material informativo periódico sobre a questão;
- VII** - implementar a formação da secretaria nas Coordenações Regionais e em cada unidade escolar.
- VIII** - coordenar e desenvolver as atividades pertinentes às questões da mulher trabalhadora em educação, no âmbito do sindicato;
- IX** - subsidiar as instâncias do sindicato formulando políticas e coordenando campanhas nacionais e estaduais que visem a organização e participação das trabalhadoras em educação.

Art. 40 - Compete a Secretaria de Aposentado(a) e Assuntos Previdenciários as seguintes competências:

- I** - subsidiar as instâncias do sindicato formulando políticas e coordenando campanhas nacionais e estaduais que visem a organização e participação das trabalhadoras aposentados(as) e pensionistas em educação
- II** - organizar fóruns para discussão sobre os temas relacionados a esta secretaria, bem como material informativo periódico sobre as questões;
- III** - acompanhar e divulgar as reformas previdenciárias em trâmite e/ou aprovadas nas instâncias legislativas e executivas;
- IV** - incentivar a participação dos ativos e pensionistas no engajamento das lutas do SINTE/SC;
- V** - organizar a nível regional e municipal a organização dos aposentados para formação política e sindical;

Art. 41 - À Secretaria de Assuntos Educacionais e Culturais compete:

- I** - promover cursos de atualização, gerais e específicos para os trabalhadores em educação das diversas áreas;
- II** - contribuir com a biblioteca do SINTE/SC, de forma a mantê-la atualizada, no que diz respeito a bibliografia dos assuntos educacionais;
- III** - manter-se articulada com as demais entidades da sociedade civil envolvidas com a questão da educação;
- IV** - formular propostas pedagógicas que venham a contribuir na atuação da categoria, a fim de caminhar em direção de uma educação que interessa à classe trabalhadora, junto com os departamentos;
- V** - produzir, trimestralmente, periódicos específicos sobre os assuntos educacionais, junto com os departamentos;
- VI** - subsidiar a diretoria no que diz respeito a atualização da discussão na área da educação;
- VII** - coordenar as atividades referentes aos assuntos culturais e sociais;
- VIII** - promover seminários, simpósios, encontros e debates culturais;
- XI** - organizar atividades que promovam a integração da categoria.
- X** - divulgar e fazer publicar material elaborado pelos trabalhadores em educação que sejam expressões artísticas individuais e coletivas do movimento;
- XI** - promover intercâmbio com instituições de ensino a nível nacional e internacional;

Art. 42 - À Secretaria de Imprensa e Divulgação, compete:

- I** - organizar o departamento de imprensa do SINTE/SC, bem como responsabilizar-se pelo contato e divulgação do sindicato junto a todos os órgãos de comunicação;
- II** - manter a publicação e a distribuição do jornal do sindicato, boletins e demais publicações;
- III** - recolher e divulgar informações entre sindicatos, a categoria e o conjunto da sociedade;
- IV** - desenvolver as campanhas publicitárias definidas pela Diretoria;
- V** - ter sob seu comando e responsabilidade o setor de imprensa, comunicação, publicidade e produção de material da área;
- VI** - planejar, organizar e coordenar todas as formas de divulgação do sindicato, seus objetivos, atividades e propostas.

Art. 43 - À Secretaria de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas compete:

I - acompanhar acordos coletivos, dissídios e ações trabalhistas;

II - elaborar estudos, pesquisas e documentação na área trabalhista enfocando assuntos como saúde do trabalhador, jornada de trabalho, direitos da mulher, aplicação dos direitos constitucionais, aposentadoria, etc.;

III - representar o sindicato junto aos órgãos oficiais do Estado;

IV - apor assinatura, juntamente com a da comissão de negociação, nos acordos coletivos;

V - subsidiar a diretoria no que tange aos direitos dos trabalhadores em educação do Estado de Santa Catarina;

VI - organizar e manter o arquivo de leis, decretos, regulamentos e projetos de lei concernentes aos trabalhadores no serviço público do Estado de Santa Catarina.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 44 - O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes eleitos por 03 (três) anos, na mesma data de realização das eleições gerais

Parágrafo Único - Compete ao Conselho Fiscal:

a) fiscalizar e apreciar os balancetes semestrais da Diretoria Executiva, das Coordenações Regionais e Comissões Municipais e encaminhá-los ao Conselho Deliberativo;

b) examinar todos os livros e documentos da tesouraria e encaminhar à apreciação do Conselho Deliberativo qualquer irregularidade.

CAPÍTULO II

DAS INSTÂNCIAS REGIONAIS

SEÇÃO I

DAS SEDES REGIONAIS

Art. 45 - As sedes regionais do SINTE/SC são constituídas pelas seguintes instâncias:

I - assembléias regionais;

II - conselho de representantes regional;

III - coordenação regional.

Art. 46 - As sedes regionais são localizadas nos municípios sedes das Unidades de Coordenação Regional de Educação Estadual.

Parágrafo Único - Compete as sedes regionais encaminhar as deliberações das instâncias superiores do sindicato.

SEÇÃO II

DAS ASSEMBLÉIAS REGIONAIS

Art. 47 - A Assembléia Regional é a instância de decisão na qual a categoria da respectiva região delibera posições indicativas que dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores em educação do estado e, posições finais, quando tratarem-se de questões específicas locais.

§ 1º - Compete à Assembléia Regional aprovar o regimento de organização e funcionamento da sede regional, vedado disposições que contrariem normas desse Estatuto.

§ 2º - O regimento da sede regional é colocado **ad referendum** do Conselho Deliberativo.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAL

Art. 48 - O Conselho de Representantes Regional é formado pela Coordenação Regional, por representantes dos Conselhos de Escola e representantes do Conselho Municipal.

SEÇÃO IV

DA COORDENAÇÃO REGIONAL

Art. 49 - A Coordenação Regional é composta por, no mínimo, 7 (sete) membros efetivos e 7 (sete) suplentes, eleitos na data de realização das eleições gerais do sindicato.

§ 1º - A Coordenação Regional é composta pelos seguintes cargos:

I - coordenador regional;

II - diretor de organização;

III - diretor de imprensa e divulgação;

IV - diretor financeiro;

V - diretor de assuntos educacionais e culturais;

VI - diretor de assuntos jurídicos e trabalhistas;

VII - diretor sindical e de formação.

§ 2º - As liberações para a composição das Coordenações Regionais obedeceram aos seguintes critérios:

I - Para as estruturas regionais com o número de até 300 (trezentos) sócios, haverá 10 (dez) horas de liberação para a Coordenação Regional;

II - Para as estruturas regionais com o número de sócios entre 301 (trezentos e um) e 1000 (mil), haverá 20 (vinte) horas de liberação para a Coordenação Regional;

III - Para as estruturas regionais com o número de sócios entre 1001 (mil e um) e 2000 (dois mil), haverá 30 (trinta) horas de liberação para a Coordenação Regional;

IV - Para as estruturas regionais com o número de sócios acima de 2000 (dois mil) sócios, haverá 40 (quarenta) horas de liberação para a Coordenação Regional.

§ 3º - Para as estruturas regionais que atingirem o percentual de 70% (setenta por cento) de filiação de sua base da categoria profissional, havendo um número mínimo de 500 (quinhentos) filiados, haverá acréscimo de 10 (dez) horas de liberação para a Coordenação Regional.

§ 4º - As Coordenações Regionais que possuírem apenas 10 (dez) horas de liberação, nos termos do inciso I do § 2º deste artigo, deverão apresentar relatório anual de atividades ao Conselho Deliberativo do SINTE/SC, que poderá aprovar ou não a continuidade da liberação.

§ 5º - No caso do § 4º deste artigo, sendo rejeitada a continuidade da liberação, a respectiva estrutura regional deverá ser incorporada por outra Coordenação Regional vizinha.

Art. 50 - Ocorrendo vacância de cargo, a Coordenação Regional poderá ser recomposta no todo ou em parte, mediante aprovação de Assembléia Regional convocada especificamente para tal fim.

§ 1º - A vacância de cargo na Coordenação Regional ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) desistência ou abandono do cargo pelo membro efetivo e após esgotada a lista de suplentes;
- b) desistência ou impossibilidade dos suplentes assumirem.

§ 2º - São competentes e responsáveis, no âmbito da respectiva região, o Coordenador Regional e o Diretor Financeiro para conjuntamente:

- a) abrir e movimentar contas em instituições bancárias de notória credibilidade; e,
- b) assinar cheques e documentos que representam valores e obrigações.

Art. 51 - A Coordenação Regional incentivará a criação e organização de Comissões Municipais em cada município de sua região.

CAPÍTULO III

DAS INSTÂNCIAS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DAS SEDES MUNICIPAIS

Art. 52 - As instâncias municipais são:

- I** - assembléia municipal;
- II** - conselho de representantes de base municipal;
- III** - comissão municipal.

Art. 53 - As sedes municipais são localizadas em cada município do Estado de Santa Catarina.

SEÇÃO II

DA ASSEMBLÉIA MUNICIPAL

Art. 54 - A Assembléia Municipal é a instância de decisão na qual a categoria do respectivo município delibera posições indicativas que dizem respeito ao conjunto de trabalhadores em educação do estado e, posições finais, quando trataram-se de questões específicas locais.

Parágrafo Único - Compete à Assembléia Municipal:

- I** - eleger a Comissão Municipal;
- II** - eleger o Coordenador da Comissão Municipal;
- III** - eleger os 2 (dois) representantes municipais para o Conselho de Representantes Regional.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DE BASE MUNICIPAL

Art. 55 - O Conselho de Representantes de base municipal é constituído:

- I** - pelos representantes do Conselho de Escola;
- II** - por representantes de outros locais de trabalho vinculados a rede pública de ensino estadual;
- III** - por representantes dos aposentados; e,
- IV** - pela Comissão Municipal.

Art. 56 - As reuniões do Conselho de Representantes de base antecedem às reuniões do Conselho Deliberativo e tem por função deliberar sobre assuntos que lhe dizem respeito, sem prejuízo da unidade do SINTE/SC e respeitadas as deliberações das instâncias superiores.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES MUNICIPAIS

Art. 57 - A Comissão Municipal é formada, no mínimo, por 5 (cinco) membros eleitos em Assembléia Municipal e tem como função:

I - encaminhar as deliberações das instâncias superiores do sindicato;

II - encaminhar as propostas discutidas nos locais de trabalho, desde que não contrariem as deliberações das instâncias do sindicato;

III - representar o SINTE/SC no município.

§ 1 - São competentes e responsáveis, no âmbito do respectivo município, o Coordenador Municipal e o Diretor Financeiro para conjuntamente:

a) abrir e movimentar contas em instituições bancárias de notória credibilidade; e,

b) assinar cheques e documentos que representam valores e obrigações.

§ 2º - As eleições das comissões municipais serão preferencialmente realizadas no prazo de até três meses após as eleições gerais do SINTE/SC.

§ 3º - O mandato dos(as) coordenadores(as) municipais eleitos(as) será de três anos, após este prazo será realizada nova eleição no município.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO DE ESCOLA

Art. 58 - O Conselho de Escola é a reunião de representantes de base dos trabalhadores em educação, em cada unidade escolar, com as seguintes funções:

I - representar o sindicato no seu local de trabalho;

II - representar os trabalhadores em educação da unidade escolar junto ao próprio local de trabalho e a sede regional ou municipal do SINTE/SC;

III - informar a unidade escolar sobre os encaminhamentos e atividades desenvolvidas ou deliberadas pelo sindicato;

IV - reunir os(as) trabalhadores(as) em educação da unidade escolar antes das Assembléias Regionais ou Municipais ou das reuniões do Conselho Deliberativo para discussão e levantamento de propostas.

Parágrafo Único - A eleição dos representantes de base é realizada, em todo o Estado, no mês de março, organizada pela Diretoria Executiva e encaminhada pelas Coordenações Regionais e Comissões Municipais.

Art. 59 - O Conselho de Escola é constituído por, no mínimo, um representante por turno da unidade escolar, eleito entre os professores, especialistas e funcionários(as).

§ 1º - Na formação do Conselho de Escola deverá estar garantida a representação de professores, especialistas e funcionários, no caso da unidade escolar contar efetivamente com os três segmentos no seu quadro lotacional.

§ 2º - Somente poderá candidatar-se a representante de base o trabalhador em educação filiado ao SINTE/SC.

§ 3º - O mandato do representante de base é de um ano e, na hipótese de impedimento ou vacância do cargo, realizar-se-á nova eleição para o cumprimento do restante do período.

§ 4º - É vedada a eleição, ou será imediatamente afastado da função, o representante de base nomeado para cargo em comissão ou de confiança.

§ 5º - Fica garantida, com os mesmos critérios e funções, a eleição de representante de base nas unidades escolares que não possuírem condições de organizar o Conselho de Escola.

TÍTULO IV

DOS DEPARTAMENTOS

Art. 60 - Os departamentos do SINTE/SC são criados a qualquer tempo, por deliberação do Conselho Deliberativo ou das Assembléias Gerais ou do Congresso Estadual.

§ 1º - Na criação do departamento são indicados, pela respectiva instância, até 3 (três) coordenadores(as) provisórios:

a) os(as) coordenadores(as) provisórios tem a incumbência de organizar, compor e agilizar o funcionamento do departamento;

b) no regimento interno de cada departamento é definido sua estrutura e o respectivo número de componentes.

§ 2º - Os departamentos tem caráter consultivo e de assessoramento e são regulamentados por regimento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

TÍTULO V DAS ELEIÇÕES GERAIS

Art. 61 - As eleições gerais compreendem a eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, da Coordenação Regional e dos Conselheiros Estaduais.

§ 1º - As eleições gerais são realizadas simultaneamente na mesma data, a cada 3 (três) anos, por voto direto e secreto, em todo o Estado.

§ 2º - O mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, da Coordenação Regional e dos Conselheiros Estaduais tem a duração de 3 (três) anos.

§ 3º - A eleição para a Diretoria Executiva juntamente com o Conselho Fiscal e da Coordenação Regional ocorrerá pelo sistema de chapas, vedada a inscrição de candidatura individual, exceto para o cargo de Conselheiro Estadual.

§ 4º - Pode haver candidatura simultânea à Diretoria Executiva, à Coordenação Regional e ao Conselho Deliberativo Estadual, vedada a acumulação de cargos.

§ 5º - Pode ser votado nas eleições gerais o(a) filiado(a) que tenha 120 (cento e vinte) dias de filiação no sindicato e esteja em dia com as contribuições sociais.

§ 6º - Pode votar nas eleições gerais o(a) filiado(a) que tenha se filiado ao sindicato há 1 (um) mês da realização do pleito e esteja em dia com as contribuições sociais.

§ 7º São inelegíveis por dois mandatos os Dirigentes que furarem greve, passando por cima das deliberações da Assembleia Estadual (Coordenação Estadual, Coordenação Regional e Conselheiros).

§ 8º Para os dirigentes em todas as instâncias do sindicato será permitida apenas uma reeleição, contada a partir da próxima eleição.

Art. 62 - A data de realização das eleições gerais é aprovada pelo Conselho Deliberativo, bem como o

seu regimento, respeitado o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antecedentes da realização da mesma.

§ 1º - O regimento das eleições gerais estabelecerá os demais prazos para inscrição de chapas e de candidatos(as) a Conselheiro(a) e as condições necessárias para a organização e a realização das eleições gerais.

§ 2º - A comissão eleitoral regional será eleita pelo Conselho de Representantes Regional e, na omissão deste, em Assembléia Regional.

Art. 63 - Não pode concorrer ou compor a direção do SINTE/SC, em qualquer nível, pessoas que exerçam cargos de confiança ou comissão nos governos federal, estadual ou municipal.

TÍTULO VI DA EXONERAÇÃO DA DIRETORIA

Art. 64 - A Diretoria do SINTE/SC pode ser destituída, no todo ou em parte, por decisão soberana da Assembléia Geral convocada especificamente para tal fim.

§ 1º - A Assembléia Geral referida no caput desse artigo é convocada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias:

a) pelo Conselho Deliberativo; ou

b) por 10% (dez por cento), no mínimo, dos(as) filiados(as).

§ 2º - A destituição da Diretoria dá-se por decisão da maioria absoluta da Assembléia Geral, obedecido o quórum para deliberar de 20% (vinte por cento) do número de votantes da última eleição geral.

Art. 65 - O(a) Coordenador(a) Estadual do SINTE/SC convoca a Assembléia Geral para destituição da Diretoria, em até 24 (vinte e quatro) horas, após ter recebido a solicitação, em local e horário estabelecido pelo solicitante.

Parágrafo Único - O(a) Coordenador(a) Estadual não convocando a Assembléia Geral, é competente para fazê-la o Conselho Deliberativo.

Art. 66 - Aplica-se o disposto nos artigos 64 e 65 e respectivos parágrafos à Coordenação Regional, respeitado as correspondentes instâncias.

TÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO

Art. 67 - Constitui o patrimônio do SINTE/SC:

I - as mensalidades pagas pelos sócios;

II - as taxas de administração de cursos, os saldos dos Congressos e as contribuições de outra natureza;

III - as subvenções ou donativos de qualquer outra natureza;

IV - os juros e correção monetária dos valores depositados em estabelecimentos de crédito; e,

V - os bens imóveis que possua ou venha a possuir, assim como os bens móveis.

Art. 68 - Os bens, móveis e imóveis, adquiridos por compra, transferência ou doação para cada sede regional ficarão a disposição desta, em caráter de usufruto.

§ 1º - Somente a Assembléia Geral estadual da categoria pode dispor sobre os bens, móveis ou imóveis, das sedes regionais, quando para tal fim for convocada.

§ 2º - A Assembléia Geral estadual convocada para deliberar sobre a destinação de bens, móveis ou imóveis, de sede regional, é realizada, obrigatoriamente, na respectiva região.

Art. 69 - As disponibilidades monetárias do sindicato deverão ser empregadas em títulos garantidos pelo Poder Público ou outros que mereçam notória credibilidade, ou ainda, em bens imóveis, a critério da Diretoria, **ad referendum** do Conselho Deliberativo.

Art. 70 - O sindicato não contrairá dívida que exceda a receita, nem fará despesas que não sejam essenciais aos seus objetivos.

Parágrafo Único - Os sócios não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais contraídas pelo sindicato.

Art. 71 - No caso de dissolução do sindicato, que deverá se dar em Congresso especialmente convocado para este fim, o patrimônio do SINTE/SC será destinado a entidade congênere.

Art. 72 - A prestação de contas anual engloba a da Diretoria Estadual, das Sedes Regionais e Municipais.

Parágrafo Único - A prestação de contas anual referida no **caput** deste artigo é submetida a aprovação da assembleia estadual ordinária.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 73 - Para votar em representante de base não é necessário ser sócio do SINTE/SC.

Art. 74 - Durante o período de estruturação das instâncias regionais e municipais previstas nesse Estatuto, continuarão existindo e funcionando os Conselhos de Representantes Regionais e Municipais já estruturados com a participação direta dos representantes de base.

Art. 75 - A Diretoria Executiva estadual eleita no Congresso de 1989 tem seu mandato, no máximo, até final de junho de 1990, prazo para realização das primeiras eleições gerais do sindicato.

Art. 76 - As sedes regionais deverão eleger a Coordenação Regional até final de setembro de 1989, indicando o nome do coordenador para compor a Diretoria Estadual.

Parágrafo Único - As Coordenações Regionais e as Comissões Municipais terão mandato até a realização das primeiras eleições gerais do sindicato, em 1990.

Art. 77 - A eleição do primeiro Conselho Fiscal acontecerá no início de 1990, na primeira reunião ordinária do Conselho Deliberativo.

Art. 78 - O presente Estatuto, entra em vigor imediatamente, revogando todas as disposições em contrário.

Chapecó, 15 de junho de 2009

